



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

O CATIVEIRO RURAL COLONIAL:
RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA DA SENZALA DA
FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE

Município de Abreu e Lima, Pernambuco

Fabíola Amaral Jansen da Silva

RECIFE/2006

FABÍOLA AMARAL JANSEN DA SILVA

**O CATIVEIRO RURAL COLONIAL:
RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA DA SENZALA DA
FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE**

Município de Abreu e Lima, Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco, Orientada pela Profª. Drª. Virgínia Maria Almoêdo de Assis e com a Co-orientação da Profª. Drª. Cláudia Alves de Oliveira, em preenchimento parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia.
Linha de Pesquisa: Conservação do Patrimônio Cultural Histórico

RECIFE/2006

S586c Silva, Fabíola Amaral Jansen da

O cativo rural colonial : reconstituição arqueológica da senzala da fazenda de São Bento de Jaguaribe – Município de Abreu e Lima, Pernambuco. – Recife: O Autor, 2006.

129 folhas : imag., mapas, plantas, desenhos, tab.

Orientador: Virgínia Maria Almoêdo de Assis

Co-orientador: Cláudia Alves de Oliveira

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-graduação em Arqueologia. Recife, 2006.

Inclui bibliografia.

1. Arqueologia histórica – Vestígios arquitetônicos. 2. Fazenda de São Bento de Jaguaribe – Dados arqueológicos e arquitetônicos. 3. Senzalas de Fazendas – Espacialidade rural colonial. 4. Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe. I. Título.

**902.2
930.1**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BCFCH2006/34**

FABÍOLA AMARAL JANSEN DA SILVA

**O CATIVEIRO RURAL COLONIAL:
RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA DA SENZALA DA
FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE
Município de Abreu e Lima, Pernambuco**

Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada em 04 de Setembro de 2006 e,
posteriormente, aprovada pela Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:



Prof. Dra. Virgínia Maria Almoêdo de Assis
Orientadora - Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – UFPE



Prof. Dra. Cláudia Alves Oliveira
Co-orientadora e Examinadora Interna – Núcleo de Hotelaria e Turismo - UFPE



Prof. Dr. Carlos Alberto Cunha Miranda
Examinador Externo - Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências
Humanas - UFPE

Dedico este trabalho aos meus pais, Luiz Caetano e Tereza Cristina, pelo exemplo de vida e dignidade e pelo apoio irrestrito ao meu desenvolvimento intelectual. Ofereço também aos meus irmãos, Bruno e Caetaninho, que também me estimularam, constantemente, no decorrer dessa nova formação.

São eles os principais responsáveis por tudo o que eu sou e consegui conquistar até hoje...

AGRADECIMENTOS

Todo trabalho de pesquisa, invariavelmente, sabe mais a exercício de viajante solitário... No entanto esta Dissertação foi uma idéia que, com felicidade, pude partilhar com muitos amigos, aos quais gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos...

Ao Prof^o. Dr^o. Armando Souto Maior, que me fez conhecedora do curso logo após o momento da minha formatura em Arquitetura e Urbanismo, e me incentivou a continuar trilhando minha carreira profissional por meio da especialização;

Aos meus tios e primos e, mais especificamente, à minha avó, Lúcia Jansen, que me encorajaram, de maneira imprescindível, a assumir mais esse passo;

Aos meus mestres queridos da graduação, Maurício Rocha de Carvalho e Roberto Salomão, que confiaram na minha capacidade e empenho e me estenderam a sua atenção durante longo tempo, me cedendo conselhos preciosos e, inclusive, me presenteando com indicações de encaminhamento para o ingresso no Mestrado;

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/ Conservação do Patrimônio, representada pelas ilustres Prof^a. Dr^a. Anne-Marie Pessis e Prof^a. Dr^a. Gabriela Martins;

Ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), pelo indispensável apoio financeiro através da concessão de bolsas de estudo no decorrer de dois anos;

À Prof^a. Dr^a. Virgínia Maria Almoêdo de Assis, minha admirável e paciente orientadora, e pessoa da qual recebi criteriosas pautas para ampliar os meus pontos de vista. Foi, realmente, um privilégio poder ter o aparato do seu conhecimento intelectual neste estudo, em todos os sentidos;

À co-orientação da Prof^a. Dr^a. Cláudia Alves de Oliveira que, com as suas argutas observações, contribuiu significativamente para o adiantamento da pesquisa;

Ao Corpo Docente desse curso, pela transmissão dos conhecimentos científicos;

À Fundação Museu do Homem Americano, por toda a diligência para que o período de estágio obrigatório em São Raimundo Nonato – PI fosse um aprendizado de excelência;

Aos colegas de empreitada, vasculhadores do passado das mais diversas sociedades, pelas ricas discussões, trocas de material e momentos de descontração: Antônio de Moura, Ana Paula Guedes (“pareia” de diversos momentos!), Áurea Tavares (minha sempre “mama” adotiva!), Carlos Costa, Carlos Rios (o “marinheiro!”), Daniele Luso (Dani), Demétrio Mutzemberg, Estela Bartel, Fabio Mafra, Flávio Augusto, Gleyce Lopes, Leandro Surya (o primeiro que conheci!), Lucilene, Marcela Valls, Marília Perazzo, Melânia Forest, Mércia Carréra (inspiradora do meu assunto de análise!), Ricardo Barbosa (o “Belo!”), Roseane Limaverde (“meu povo!”), Teresa Símis, Wladimir Neto, Valdecir dos Santos Jr., Vera Menelau e Vivian de Sena.

A Ivanildo Machado Júnior, grande e sincero amigo com quem dividi muitas certezas e perplexidades, não poupando esforços para me apoiar a vivenciar essa nova experiência;

A Everton Climaco Ximenes, que me presenteou com inestimáveis momentos de alegria e companheirismo, me transmitindo de uma maneira bem especial força e bom humor durante parte importante dessa jornada;

À Ana Valéria Menezes, que, muito mais que uma amiga de todas as horas, tornou-se uma irmã leal! Não poderia deixar de registrar aqui a minha gratidão às suas demonstrações de carinho e cumplicidade, sem as quais este trabalho - e muitas outras coisas que aconteceram antes e durante a sua confecção - não seria possível;

À Camila Paes, amiga de longo tempo e que, mesmo distante, esteve sempre presente na minha vida;

À Juliara Braga, a quem tive o feliz prazer de conhecer no Piauí e que se tornou a minha amiga pessoal, tendo me incentivado bastante e sempre torcido pelo meu êxito;

Ao amigo Henrique Nelson da Silva, que tanto me ajudou com a sua dedicação inabalável e com as valiosas opiniões tecidas em todas as propostas temáticas que me surgiram para esta Dissertação;

Aos membros do NEA (Núcleo de Estudos em Arqueologia), que participaram dos trabalhos de análise laboratorial, incluindo a “força-tarefa” da limpeza dos fragmentos: Ana Carolina Santa Cruz, Íris Barbosa, Jeanne Golçalves, Josilene Bezerra, Lívia Blandina, Marcelo Hermínio, Mônica Almeida, Paulo de Tarso e Rafael Saldanha.

Aos funcionários, que me dispensaram profissionalismo e solidariedade: Antony Licolly Carmem L. De Carvalho, Glenda Salgado, Luciane Borba e Tony Macêdo,

Aos amigos que, mesmo sem colaborarem diretamente para o trabalho, de forma prestimosa estiveram continuamente ao meu lado;

A Deus, minha fonte de inspiração e força maior!!!

“A negação da história e da memória de uma determinada época, em favor de uma suposta nova mudança que nos conduz atualmente, acabou por condenar alguns modelos da estética Colonial, a exemplo do que acontecera irremediavelmente no passado da cidade no que diz respeito à perda de sítios arqueológicos, de malhas urbanas tradicionais, de construções históricas oficiais, de alguns marcos e referências e, com eles, dos costumes das comunidades. Se é verdade que a cidade não é feita de pedras, mas sim de homens, também é verdade que as lembranças se apoiam nas pedras da cidade, e não é por outra razão que os homens, ao longo dos séculos, têm lhes atribuído valor e trabalhado para que permaneçam (ou desapareçam) enquanto expressões da memória coletiva, de uma identidade compartilhada”.

Giulio Argan, 1992.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é o estudo da hipotética setoriação da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, antiga propriedade dos Monges beneditinos, que se desenvolveu na remota área da Sesmaria Jaguaribe, hoje zona rural do Município de Abreu e Lima, litoral norte do Estado de Pernambuco. Procura-se verificar se o espaço investigado apresenta homologias com os conhecidos modelos morfo-tipológicos construtivos dos edifícios que funcionavam como alojamento para os escravos durante o Período Colonial. Para tanto, a documentação de base utilizada abrange, paralelamente às informações historiográficas levantadas, os dados referentes à Arqueologia Histórica, priorizando, além da interdisciplinaridade, o enfoque na Arqueologia da Arquitetura. O espaço foi, então, conceituado como uma das categorias fundamentais para a compreensão dos sistemas sociais e do complexo cultural dinâmico que os envolvia. Assim, a sua recomposição aqui foi projetiva, tratando constantemente da relação entre o atual e o possível, e levando-se em conta a continuidade do ambiente como um todo. A partir dos subsídios oferecidos pelos métodos de sondagens arqueológicas e dos efeitos das observações científicas subseqüentes, constatamos ser admissível a afirmação de que os remanescentes das estruturas arquitetônicas superficiais encontradas no sítio condizem com os exemplares das Senzalas/pavilhão erguidas nos Engenhos e Fazendas dos séculos XVIII e XIX, e que o entendimento da função social do edifício como habitação para os cativos, em determinada época, pode ter sido correta.

Palavras-chave: **Pernambuco – Período Colonial (século XVII ao XIX) – Sociedade Escravista –Espacialidade Rural – Fazenda Colonial – Senzala – Arqueologia Histórica.**

ABSTRACT

The objective of this work is the study of the hypothetical setorialization of the Senzala of the Bento Jaguaribe's Farm, old property of the Monges Benedictines, that if developed in the remote area of the Sesmaria Jaguaribe, zonal today agricultural of the Abreu and Lima City, the coast north of the Pernambuco State. It is looked to verify if the investigated space presents homologies with the know constructive morfo-tipológicos models of the buildings that functioned as lodging for the slaves during the Colonial Period. For in such a way, the documentation of used base encloses, parallel to the raised historiographical informations, the referring date to Historical Archaeology of the prioritizing, beyond the interdisciplinarity, the approach in the Archaeology of the Architecture. The space was, then, appraised as one of the basic categories for the understanding of the social systems and the dynamic cultural complex that involved them. Thus, it resetting was projective here, treating constantly to the relation between current and possible one, and taking in account the continuity of the environment as a effects das subsequentes scientific comments, we evidence to be permissible the affirmation of that the remainders of the structures found superficial architectural in the small farm condizem with the units of the Senzalas/pavilion raised in the Devices and Farms of centuries XVIII and XIX, and that the agreement of the social function of the building as habitation for the captives, in determined time, can have been correct.

Words-key: Pernambuco – Colonial Period (century XVII to the XIX) – Slave Society – Agricultural Space – Colonial Farm – Senzala – Historical Archaeology

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	10
Relação de Imagens	13
Relação de Mapas, Plantas, Desenhos e Tabelas	15
INTRODUÇÃO	16
1- CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	24
1.1- Acerca do Conhecimento sobre as Referências Espaciais	28
1.2- Arqueologia da Arquitetura: resgatando o projeto do espaço	31
2- ANTECEDENTES HISTÓRICOS	34
2.1- A Dimensão Religiosa da Colonização	37
2.2- A Vida Rural dos Escravos: algumas considerações gerais	42
2.3- Senzalas de Fazendas: a cultura material e o cativo colonial beneditino	50
3- UM ESPAÇO BENDITINO RURAL: A FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE	
3.1- Aspectos Históricos	65
3.2- Dados Geo-morfológicos	69
3.3- A Prospeção Arqueológica	72
3.4- Descrição dos Alinhamentos Sondados	77
3.5- Exame do Material Arqueológico Coletado	87
3.5.1- Vestígios Cerâmicos	88
3.5.2- Vestígios de Louça	95
3.5.3- Vestígios de Vidro	105
3.5.4- Vestígios Osteológicos	109
3.5.5- Vestígios Metálicos	110

3.5.6- Outros Vestígios	112
4- ANÁLISES PRÉVIAS DAS ESTRUTURAS DA SENZALA NA FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE	
4.1- Morfo-tipologia Arquitetônica e Dimensionamento Interno dos Ambientes	114
4.2- Análise das Técnicas e Materiais Construtivos	117
4.3- Exame Comparativo da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	126

RELAÇÃO DE IMAGENS

● Figuras

Figura 01	Ilustração do modelo de Senzala do tipo Cabana.	54
Figura 02	Senzala-Barraco, com o relacionamento interpessoal se realizando em seu entorno.	55
Figura 03	Organização de Senzalas do tipo Cabana/ Barracão, com dimensões um pouco maiores e o habitar se realizando no entorno	55
Figura 04	Organização de Senzalas do tipo Cabana, com a variação de mais número de aberturas nas paredes.	55
Figura 05	Senzala primitiva do tipo Pavilhão, com compartimentos de cabanas dispostos linearmente em grupo	57
Figura 06	Mobiliário interno dos compartimentos.	59
Figuras 07 e 08	Fachada e Planta Baixa da Senzala do Engenho Matas, no Cabo de Santo Agostinho, PE	61
Figuras 09 e 10	Fachada e Planta Baixa da Senzala do Engenho Jurissaca, no Cabo de Santo Agostinho, PE	61
Figura 11	Fachada da Senzala do Engenho Coimbras, no Cabo de Santo Agostinho, PE	62
Figura 12	Fachada da Senzala do Engenho Tinoco, em Rio Formoso, PE	62
Figura 13	Planta Baixa da Senzala do Engenho Pimentel, em São Sebastião do Passe, BA	63
Figura 14	Fachada da Senzala do Engenho Vitória, em Cachoeira, BA	63
Figuras 15 e 16	Fachada e Planta Baixa da Senzala do Engenho Uruaê, em Condado, PE	64
Figura 17	Fachada da Senzala do Engenho Santa Cruz, no Rio Formoso, PE	64

● Fotografias

Foto 01	Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Vista da área pesquisada antes do início da prospecção arqueológica.	75
Foto 02	Sondagem nos alinhamentos 13H a/b e 15H a/b. Vista de noroeste para nordeste.	77
Foto 03	Alinhamento 16. Aparecem na imagem a parede de pedras e a escadaria à esquerda. Vista de norte para oeste.	78
Foto 04	Contrapiso de calça com marcações em 45°. Alinhamento 16N b	79
Fotos 05 e 06	Confirmação da soleira de tijolos através da segunda decapagem. A-17I a/c	79
Foto 07	Tijoleira do alinhamento 18G a/c	80
Foto 08	Detalhe do ferro de passar roupas	81
Foto 09	Estruturas dos alinhamentos 18J b/d e 18K b/d.	81
Fotos 10 e 11	Estruturas dos alinhamentos 18L e 18M a/b/d	82
Fotos 12 e 13	Tijoleira de piso dos alinhamentos 18N a/c e 18O b/d	82
Fotos 14 a 16	Estruturas das quadrículas 19 “J” d/c, “K” a/b e “N” a/c.	83
Foto 17	Estruturas da quadrícula 20H a/b.	84
Foto 18	Estruturas da quadrícula 20L.	84
Foto 19	Estruturas da quadrícula 20P a/b/d	84
Foto 20	Vista dos alinhamentos 23H à 17H, de noroeste para sudeste.	85
Foto 21	Vista geral da prospecção, de oeste para leste.	86
Foto 22	Vista geral da prospecção, de sudoeste para noroeste	86
Fotos 23 a 44	Análise dos vestígios cerâmicos	93
Fotos 45 a 79	Análise dos vestígios de louças	103
Fotos 80 até 91	Análise dos vestígios de vidro	108

Foto 92	Análise dos vestígios osteológicos	109
Fotos 93 até 102	Análise dos vestígios de metal	110
Fotos 103 a 107	Análise de outros vestígios	112
Foto 108	Material (pedras e tijolos) utilizado na delimitação do pavilhão. Nota-se a escadaria à direita, predominantemente em calcário. Vista de sul para norte.	118
Foto 109	Detalhe do material construtivo. Extremidade leste da Senzala (Quadricula 16B).	118
Fotos 110 e 111	Detalhe do contrapiso em caliza e da tijoleira, compondo a nova etapa construtiva da Senzala.	120

RELAÇÃO DE MAPAS, PLANTAS, DESENHOS E TABELAS

● Mapas

Mapas 01 e 02	Localização geográfica do sítio arqueológico em estudo.	67
Mapa 03	Zona de Implantação da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.	68

● Plantas

Planta 01	Planta Topográfica das estruturas remanescentes da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.	71
Planta 02	Planta Topográfica das estruturas remanescentes da Senzala do Setor II.	74
Planta 03	Dimensionamento volumétrico e dos ambientes.	113
Planta 04	Compartimentos e circulações.	114
Planta 05	Secção do desenho para mostrar a alteração dos compartimentos com a construção de estruturas mais recentes.	117
Planta 06	Materiais construtivos.	117

● Desenhos

Desenho 01	Esquema do alinhamento 16	76
Desenho 02	Esquema do alinhamento 18	78
Desenho 03	Esquema do alinhamento 19	81
Desenho 04	Esquema do alinhamento 20	82

● Tabelas

Tabela 01	Gráfico da frequência do material arqueológico no sítio. Setor II, 2ª Campanha.	85
Tabela 02	Totalidade dos fragmentos cerâmicos recolhidos nas sondagens	87
Tabela 03	Fragmentos cerâmicos do padrão de Queima 01	88
Tabela 04	Fragmentos cerâmicos do padrão de Queima 02	89
Tabela 05	Louças do grupo tipológico das Faianças	94
Tabela 06	Louças do sub-grupo tipológico das Faianças (tipo Exportação)	95
Tabela 07	Louças do sub-grupo tipológico 01 das Faianças Finas	96

INTRODUÇÃO

A história do Brasil está profundamente marcada por algumas generalizações herdadas de posturas acadêmicas que se baseiam, fundamentalmente, em sistemas de interpretações limitados sobre os fatos históricos e que, por assim dizer, acabam compreendendo o Período Colonial ainda a partir de uma visão superficial no que concerne a uma de suas principais marcas: o sistema *plantation*, usualmente definido pelas palavras-chave “latifúndio, monocultura e escravidão”.

Os estudos sobre a sociedade da grande lavoura brasileira freqüentemente apresentam-se escritos sob a perspectiva da varanda da Casa-Grande, já que boa parte da documentação existente fora produzida pelos proprietários das terras, sendo também muitas vezes os próprios historiadores descendentes das famílias de latifundiários (SCHUARTZ, 1988). Até então é mínimo o número de pesquisas que se referem a temas mais específicos como, por exemplo, aqueles que tratem da cultura⁰¹ africana no período da escravidão nas Américas (principalmente nos séculos XVII, XVIII e XIX), ou das discussões a respeito das permanências e miscigenações das raízes negras no cotidiano escravo, ou mesmo da moradia escrava, dando margem a novos pontos de vista que, inclusive, permitam visualizar os cativos também como agentes históricos, além de terem servido apenas como meros instrumentos para a fundamentação de um sistema produtivo por durante aproximadamente 300 anos.

Desde os primórdios da ocupação colonial no território brasileiro, a cultura negra vem se condicionando à adaptações rígidas de comportamento, provenientes das imposições geradas pelas tradições européias. Mas, mesmo tendo sido desvinculados violentamente de seu local de origem, em prol de uma servidão sob os moldes escravistas,

01. Cultura é o resultado do processo de adaptação dos humanos dentro de uma estrutura social definida, gerando artefatos com formas próprias, com matérias primas específicas e com tecnologia peculiar de produção. A cultura é a soma dos subsistemas tecnológico, social e ideológico (BINFORD, 1962). Podemos, em outras palavras, dizer que a cultura é uma forma de comunicação, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o meio, um resultado obtido através do próprio processo de viver. É por isso que as migrações agridem o indivíduo, roubando-lhe parte do ser, obrigando-o a uma nova e dura adaptação em seu novo lugar.

a favor de uma política mercantilista em outros continentes, os povos africanos lutaram para manter à tona as tradições naturais que imperavam em seus principais costumes cotidianos. Foi preciso, durante muito tempo, e por conta dessa nova condição social que os fazia totalmente submissos, criar e recriar uma série de aspectos culturais para sustentar na memória dos imigrantes o vínculo de identidade nacional que carregavam da sua terra (ORSER JR., s/d).

Entretanto, os observadores estrangeiros e brasileiros “bem-nascidos” constantemente tenderam a perceber o escravo a partir de uma ideologia do trabalho que postulava diferenças radicais entre a cultura do homem livre e a do cativo; ou, pior, o olhavam através de fortes preconceitos raciais e culturais. Além disso, e em parte como consequência, eles não se empenhavam em registrar minuciosamente o comportamento e os valores dos escravos na vida íntima (SLENES, 1999: 132). Nesse sentido, e diante desse “hiato de conhecimento”, fica evidente a necessidade de reflexão sobre tais discursos que se pautaram privilegiando as ideologias dos detentores do poder e, em uma direção contrária, torna-se válido tentar desmistificar as reais formas por eles empregadas na obtenção do silenciamento e da anomia social dessas identidades igualmente escravizadas, que enfrentaram uma série de embates e conflitos para se impor diante da política de domínio senhorial.

As interpretações “habitadas” pela historiografia sobre o cotidiano do escravo, em outras palavras, são mais úteis para revelar desvios no “olhar” branco do que no “lar” negro (SLENES, 1999: 132). Talvez por esse motivo, o interesse na preservação das lembranças culturais dos povos afro-americanos começou a suscitar entre os arqueólogos os anseios para aprimorar as informações sobre a história dos padrões étnicos, da sobrevivência aos rigores da vida diária e, inclusive, das diferenças de status entre os mesmos negros escravos e outros que conseguiram a liberdade, a fim de, com isso, reorganizar os dados sobre o fato da escravidão brasileira e das diferentes tipologias comportamentais que ela acarretou.

As evidências comumente encontradas nos sítios arqueológicos caracterizados como Engenhos Coloniais, tais como a utilização da cerâmica, os vestígios da culinária e a própria Arquitetura em sua conformação espacial, têm apontado com bastante

incidência os ditos hábitos referentes a essas particularidades adequadas ao período mencionado da escravidão. Aliás, especialmente o exame das edificações vem fornecendo aos arqueólogos indícios desse passado que, de outra maneira, muitas vezes seria extremamente difícil visualizar (ORSER JR., 1992:38). As vivendas nos Engenhos, quer fossem elas moradias dos senhores ou mesmo os alojamentos para os trabalhadores, funcionavam como um mecanismo ideológico-disciplinar destinado a gerar nos indivíduos que as habitavam, as bases mentais que contribuíam para o funcionamento e reprodução do sistema capitalista (ZARANKIN, 1999). Mas será que o mesmo raciocínio poderia ser transplantado para locais de Fazenda, na medida em que também eram compostos por recintos multiculturais complexos e diversificados?

Uma das razões que permitem que questões sociais possam ser abordadas a partir de estruturas arquitetônicas refere-se à descoberta de que as edificações podem ser “lidas” da mesma forma que os estratos arqueológicos do solo. As obras podem ser vistas como um signo, cujo sentido mantém-se radicalmente disperso por uma cadeia aberta de significantes e significados e, quando examinadas com cuidado, produzem informações sobre quando foram construídas e para que fins serviram em determinados momentos, denunciando, inclusive, a aplicabilidade de estilos e técnicas construtivas vigentes em certas épocas. Quaisquer alterações, por conseguinte, podem ser veiculadas como uma medida de mudanças de atitudes sociais e culturais (ORSER JR., 1992:36 e 37).

Segundo CARRERA (2005: 95), na sua recente pesquisa científica sobre o zoneamento e as estruturas de implantação da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, no Município de Abreu e Lima – PE⁰², o elemento responsável pela definição do espaço em propriedades rurais de origem colonial – isto é, tanto nos Engenhos quanto nas Fazendas - era o tipo de organização social a qual elas estavam submetidas, muito embora essa autora pensasse, a princípio, que a sua modificação se daria de acordo com as atividades produtivas estabelecidas ou conforme o sistema de administração fundado para o local. Dessa forma, não atribui grandes diferenças para o modelo de arranjo espacial entre

02. As pesquisas realizadas na área da Sesmaria Jaguaribe fazem parte do “Programa Jaguaribe”, desenvolvido pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e coordenado pela Prof^a. Dr^a. Cláudia Oliveira, cuja finalidade não seria apenas o resgate histórico local, mas a inserção desse patrimônio numa política de desenvolvimento sustentável (CARRERA, 2005: 17; OLIVEIRA, 2005).

ambos os complexos arquitetônicos, nos levando a concluir, contudo, que também nas regiões onde havia as práticas de agricultura de subsistência, de pecuária, etc., coincidiam as mesmas referências daquelas instituições em que a atividade principal era o fabrico do açúcar. Referências essas que só vêm a confirmar a máxima de que a estruturação dos espaços e das construções sobre eles se relaciona com as concepções existentes em cada sociedade (SANTOS, 1987).

Dentre os muitos aspectos estudados para a região em questão, outrora pertencente à Ordem Religiosa Beneditina na Capitania de Pernambuco, desde o século XVII até a segunda metade do século XIX, e definida como um dos primeiros modelos de organização espacial das propriedades rurais do tipo Fazenda no Estado, levantou-se a informação sobre a presença de várias unidades construtivas que seriam sugestivas de exames individualmente mais aprofundados. A exemplo disso, tem-se o apontamento da Capela, aproveitada para professar o culto da religião católica; da Casa de Vivenda, com fins habitacionais para os monges; e de duas Senzalas que serviam para alojar os escravos. Todas essas edificações estariam supostamente localizadas na parte mais alta da elevação da Sesmaria Jaguaribe. Constituindo anexos das estruturas principais, sabe-se ainda da existência de uma Casa de Farinha, de uma Olaria para o fabrico de artefatos em cerâmica, dos Fornos para a produção de cal e da Salina. Roças com plantações de cana, café, arroz, feijão, milho e mandioca, paralelamente à criação de animais, terminavam por compor as atividades produtivas da Fazenda, contribuindo para suprir os gastos do Mosteiro como um todo⁰³.

Dentro dessa conjuntura, é fato que muito já se aventou para a descrição das origens e tipologias dos edifícios tidos como primordiais para o funcionamento do conjunto rural. Todavia, continuam sendo pouco numerosas as iniciativas de se tentar penetrar realmente no mundo dos escravos, ou melhor, nas Senzalas, almejando uma análise que contemple as experiências nelas vivenciadas. O constante isolamento a que foram submetidos os afro-americanos, frente à realidade cultural pré-existente, parece ter inibido a possibilidade de reconhecê-los como manipuladores de uma gramática do espaço não inteiramente alheia às suas condições como escravos, as quais não foram

03. Informações extraídas dos “Manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda” (ROCHA, 1948)

percebidas de imediato pelos estudiosos. Permanece em vigor, portanto, um leque de dúvidas.

O presente estudo, situado no contexto da Arqueologia Histórica⁰⁴, visa a recomposição do espaço habitado pelo negro escravizado no cerne da totalidade funcional da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, a partir de um enfoque particular das estruturas⁰⁵ arqueológicas evidenciadas. Essas estruturas são representativas da trama de relações que constituem um agrupamento significativo e que, por sua vez, poderão apontar a real existência desse tipo de alojamento no sítio, inclusive confirmando ou refutando a indicação exata para o seu posicionamento perante as outras construções. Procurou-se, portanto, investigar se a utilidade das formas arquitetônicas remanescentes correspondia à das antigas moradias para escravos.

De maneira mais específica, o assunto discutido abordará a análise da hipotética área entendida como sendo o setor de implantação da Senzala local, vista como um elemento central para a identificação das relações sócio-culturais que ali vigoraram entre os cativos. As problemáticas que iremos debater aqui se inserem dentro de questões primordialmente espaciais, mas tratam particularmente de temas de ordem morfo-tipológica, uma vez que iremos nos ater aos elementos considerados aptos a nos informar sobre a concepção e o tratamento oferecido à edificação aludida. Com efeito, estaremos nos perguntando sobre como era a Senzala daquele ambiente: quais seriam os seus limites espaciais, as suas características tipológicas, as técnicas e os materiais construtivos empregados? Como teriam se dado nela as experiências cotidianas entre os escravos daquela Fazenda? Por fim, então, procuraremos observar, no caso de afirmação dos nossos pressupostos sobre o uso do espaço, se as residências destinadas aos servos, feitas

04. Normalmente, a Arqueologia Histórica atinge elucidações um tanto estreitas do ponto de vista dos seus princípios e é compreendida, em termos gerais, como o estudo dos materiais remanescentes de um período histórico específico, isto é, desde a difusão da cultura européia no continente americano (a partir do século XV), com os seus conseqüentes impactos nas populações indígenas existentes na época. Assim, é um tipo de Arqueologia que fornece informações sobre um passado recente e que, ao testemunhar a expansão dos povos europeus pelo mundo, inclui linguagens escritas, mapas, pinturas, fotografias e outras fontes para o enriquecimento das pesquisas. Orser Jr. (1992) define-a como “o estudo arqueológico dos aspectos materiais em termos históricos, culturais e sociais concretos, dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que foi trazido da Europa em fins do século XV e que continua em ação ainda hoje”.

05. Uma estrutura é qualquer evidência de presença humana que não pode ser removida do sítio, mas que fornece informações abundantes sobre as atividades desenvolvidas no sítio (ORSER JR., 1992: 33).

pelos senhores religiosos em Fazendas, seriam diferenciadas arquitetonicamente daquelas construídas nos Engenhos para os trabalhadores dos senhores laicos.

Evidentemente, tal apreciação irá requerer uma visão arquitetônica a partir dos dados obtidos da Arqueologia, motivo pelo qual as estruturas só são representadas em caráter de menção. Por isso, tentaremos verificar nos nossos exames até que ponto é válido o seguimento construtivo das Senzalas e se ele se aplica ao nosso objeto de estudo, a partir de padrões morfo-tipológicos coincidentes definidos. A validade dos agrupamentos estruturais estará baseada na repetição de situações arquitetônicas homólogas das ligações entre os elementos que constituem o testemunho observado e os remanescentes conhecidos pela literatura (PALLESTRINI, 1975: 101). Todo o material encontrado estará imbuído de um grande valor simbólico que, por sua vez, será fundamental para a tradução da correlação entre vocabulário formal e estrutural das plantas “tipo”⁰⁶ comparadas.

A partir de então, estaremos procurando corrigir periodicamente algumas lacunas conceituais e tentando nos afastar das visões homogeneizadoras citadas a princípio - onde vários elementos passam despercebidos -, em detrimento da valoração da observância das peculiaridades intrinsecamente cheias de significados, e mais aptas a compor resultados clarificadores sobre o assunto.

Não há como negar a relevância das pesquisas arqueológicas aplicadas ao reconhecimento de sistemas sócio-culturais, visto que nos deparamos não mais com a manifestação completa de um dado fenômeno, senão com o que restou dele. A Arqueologia modernamente não se exprime como uma simples coleta de dados isolados, mas, enquanto fonte para a História e demais ciências sociais, estuda as relações existentes entre os mais variados achados. De modo geral, examina assuntos que interessam a diversas categorias de pesquisadores, mas o seu principal propósito está em observar como os aspectos materiais do passado estão sendo realizados para criar e

06. No nosso caso, mediante bibliografia especializada, efetuou-se uma seleção tipológica que resumem as características compartilhadas pelas Senzalas de uma mesma época. Com isso, assinalamos que, de nenhum modo, pensamos que esta eleição seja a única nem a mais verdadeira a se considerar, senão, pelo contrário, que só se trata de uma perspectiva sobre a qual podemos tecer algumas discussões.

manter, dentro de todas as suas revelações, a nossa existência. E é nessa busca incessante por traços culturais múltiplos em que há o fortalecimento do respeito pela diversidade cultural.

A pesquisa ora apresentada expressa-se estruturada em cinco capítulos e contempla tanto a ampliação das prospecções realizadas na 1ª Campanha arqueológica no sítio colonial (Fazenda de São Bento de Jaguaribe), como a investigação sistemática da documentação textual existente, a análise do material arqueológico resgatado e, finalmente, a divulgação dos resultados analisados, denotando uma diminuta colaboração à ciência da história local.

No primeiro capítulo, a título de um marco teórico, procurou-se montar um quadro metodológico que discorresse sobre as matrizes e pautas conceituais que integram definições como Arqueologia Histórica, cultura material, referências espaciais e estruturas arquitetônicas, verificando a adequada aplicabilidade ao contexto da nossa pesquisa.

O segundo capítulo consistiu em uma abordagem histórica sobre o processo da colonização portuguesa na Capitania de Pernambuco nos primeiros séculos de ocupação, enfatizando a dimensão que a presença religiosa obteve frente à conquista territorial e tecendo algumas considerações sobre a vida nas Fazendas de propriedade da Ordem beneditina. Por se tratar de uma sociedade que funcionava sob os moldes escravistas, aqui se abriu indispensável lugar para a compreensão sistemática do cativo rural, explorando as suas principais características como um ambiente que resguardava grandes peculiaridades das vivências dos trabalhadores negros da época.

As delimitações espaciais da suposta Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe formam o objeto do terceiro capítulo. Procurou-se nele atentar para as informações oriundas dos apontamentos pertinentes à zona de pesquisa, apresentando o contexto histórico específico e os aspectos geo-morfológicos que regem o ambiente. Os estudos arqueológicos promovidos e descritos por etapas, somam-se a esses dados.

O quarto capítulo aborda a leitura espacial que se obteve após as sondagens na Senzala, confrontando arquitetonicamente o testemunho investigado com os parâmetros construtivos das construções de igual funcionalidade e erguidas no mesmo período.

Por fim, o quinto capítulo procura interpretar as implicações da pesquisa na perspectiva histórico-arqueológica, tecendo as considerações finais a que se chegou.

1- CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

“A ação humana ambiciona intervir no processo temporal, selecionando o que guardar e o que deixar de lado ou destruir. Essa tendência de tornar presentes o passado e o futuro, garantindo a permanência dos objetos e valores caros a uma cultura, parece ser inerente às sociedades, como o é o instinto de sobrevivência nas outras espécies”.

Maria Beatriz Rezende (1996: 165)

Enquanto considerada como um campo de investigação científica, a Arqueologia vem transpondo uma ampla diacronia em relação à conceituação dos temas a que se relaciona diretamente e, com obviedade, se propõe a estudar. O significado da disciplina passa a ser questionado principalmente frente aos assuntos históricos, o que nos conduz a indagar as dimensões da antiguidade assumidas como compromisso nas abordagens válidas para o entendimento das culturas do passado.

Cada vez mais fica claro que a Arqueologia Histórica (ou Arqueologia de Sítios Históricos) não pode ser reduzida puramente ao emprego do método arqueológico no estudo da História. Ao contrário, ela tem condições de alcançar também, dentro de um ponto de vista interdisciplinar, *“os aspectos não-conscientes das estruturas socio-econômicas, sócio-políticas, ideológicas, etc., que não aparecem nos registros escritos, se for desenvolvida a partir de uma perspectiva antropológica”* (LIMA, 1989: 90). Nesse sentido, passa a ser uma ciência social, vista criticamente em um contexto mais vasto que deve evitar ao máximo o relativismo e o objetivismo extremos. A História, a Arqueologia e a Antropologia, entretanto, existirão em prol de uma complementaridade, esclarecendo inúmeros aspectos da vida das sociedades passadas na produção tanto de questões científicas quanto ideológico-pessoais.

A posição teórica pós-processualista adotada pelas investigações da Arqueologia Histórica é pertencente à década de 80, e surgiu na Inglaterra em decorrência das influências advindas do britânico Ian Hodder em detrimento da Arqueologia Processual.

As reações às abordagens anteriores, na qual a pesquisa arqueológica estava condicionada aos esquemas neo-evolucionistas, foram das mais diversas possíveis e originaram fortes censuras no que diz respeito à Teoria dos Sistemas⁰⁷.

Os anseios da Arqueologia Pós-Processualista, também denominada Arqueologia Contextual, poderiam agora ser definidos na superação dos obstáculos entre o tratamento materialista do Funcionalismo e o entendimento idealista do Estruturalismo, expondo que a função adaptativa sempre esteve controlada pelas idéias e símbolos adequados de cada grupo humano, em cada contexto. As ações inconscientes tais como os arranjos espaciais através dos tempos, as atividades de descarte, as formas de deposição, os restos alimentares encontrados e uma série de outras evidências exemplares são igualmente reveladoras das estruturas sociais que deram conformação aos comportamentos culturais do passado.

A Arqueologia Histórica como ciência cultural - e como uma teoria de Alcance Médio⁰⁸ - volta, então, a ser contextual, pretendendo reconstituir os aspectos sociais e culturais, no tempo e no espaço, de povos que viveram no passado. E, para esse fim, conta essencialmente com informações provenientes de remanescentes daquela porção de momento que é resgatada do esquecimento: a cultura material⁰⁹, a qual pode sustentar ou contradizer uma realidade.

07. A Teoria dos Sistemas, pertencente aos preceitos Nova Arqueologia (ou Arqueologia Processual), cuja figura de grande representação era simbolizada por Lewis Binford, entendia a cultura como uma rede intercomunicante de atributos ou entidades que formavam um todo completo. Ao invés de buscar normas compartilhadas, os partidários dessa conceituação procuravam diferentes elementos (ou subsistemas) e estudavam as relações que se produziam entre eles. Era uma intenção de averiguar como o homem adaptou o seu sistema cultural ao entorno, tentando compreender os motivos que fizeram evoluir, em distintas fases temporais, as sociedades (GALLAY, 1986; HODDER, 1988; JOHNSON, 2000).

08. Abrange aquelas generalizações que tentam explicar as regularidades ocorridas entre duas ou mais séries de variáveis em múltiplas situações. Na Arqueologia, as Middle-Range Theorys devem relacionar o registro arqueológico à dinâmica comportamental (PREUCEL; HODDER, 1996 *apud* CARRÉRA, 2005: 21).

09. De acordo com Deetz (1977), a cultura material remete àquele “*setor do ambiente físico que modificamos através de comportamento culturalmente determinado*”. Assim, se por um lado ela pode ser expressa através de técnicas aplicadas aos materiais presentes ou obtidos no meio natural, por outro reflete aspectos do universo mental de seus fabricantes, que resultam de toda uma tradição cultural, singularizando a identidade individual ou grupal. A prática e a representação, sem dúvida, são indissociáveis e constituem parte de um todo que conforma a cultura humana nos seus modos de pensar e fazer.

“Uma sociedade caracteriza-se pela maneira como ela produz os anteparos nos quais ela própria se enxerga. O espelho de cada sociedade é a sua produção cultural e como são criadas as condições de representação da natureza imediatizada da realidade cotidiana”.

Paulo Diniz (2004: 09)

A ferramenta para o entendimento funcional dos espaços e das suas estruturas compositivas nos permite observar o estabelecimento dos padrões culturais tal qual o exercício de um organismo, cujas partes cumprem funções úteis para a reprodução do todo. Assim, naturalmente, os traços materialmente inscritos nos vestígios orientarão leituras que permitem conclusões diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Nesse caso, as referências espaciais tais como aquelas obtidas no início da colonização brasileira – a Capela, o traçado viário, a Casa-grande, a Senzala e outros – também formarão parte desse contingente e funcionarão como artefatos em nível de superfície (SANTOS, 1995: 14), auxiliando a nossa compreensão.

A Fazenda de São Bento de Jaguaribe está relacionada à corrente povoadora portuguesa na Capitania de Pernambuco, exemplificando parte da atuação dos monges Beneditinos nas atividades rurais desde o século XVII. Nesse núcleo, sujeito a uma prospecção científica inicial entre Fevereiro e Março de 2005 (CARRÉRA, 2005: 53; OLIVEIRA, 2005), restaram objetos e ruínas indicativas da distribuição dos edifícios para compor as nossas fontes de pesquisa arqueo-históricas.

Em uma primeira análise do sítio e de acordo com os documentos históricos, os dados fornecidos apontavam para a disposição das construções formando um semi-círculo no alto da elevação (KOSTER, 1978). Integrando esse conjunto, junto à Capela e à Casa dos monges, estaria, supostamente, a Senzala. Mas como ela seria? Que proporções teria e de que materiais estaria estruturada? Os monges Beneditinos teriam utilizado a mesma técnica construtiva empregada na Igreja e na Casa Paroquial para a edificar a Senzala, uma vez que a literatura indica um tratamento diferenciado e mais ameno por parte destes para com os trabalhadores?

Partimos, entretanto, de dois pressupostos para a continuação desta pesquisa: (1) a ruína atual da edificação específica que se encontra a oeste da Capela corresponde ao que, no passado, coincidiria com as configurações construtivas e tipológicas de uma Senzala; (2) o soerguimento das construções estaria colocado em função dos recursos naturais disponíveis no ambiente, possibilitando a adoção da mesma tecnologia construtiva para os diversos edifícios, independentemente da função à qual estavam destinados.

Para abordar estas hipóteses de trabalho, o nosso exame será realizado a luz de uma reflexão crítica que se fundará nas novas bases de investigação arqueológica promovidas no sítio, o que, por conseguinte, poderá ou não documentar a constatação de vestígios tendenciosos para o restabelecimento da vida escrava no local objeto de estudo. A localização e o reconhecimento dos modos de utilização dos cômodos via elos de achados remanescentes, podem nos traçar a exploração do cotidiano dentro da área do alojamento, que fora habitado até o século XIX.

A fim de responder às questões elaboradas anteriormente, será necessário ainda confrontar uma série de informações: as referentes à historiografia da totalidade desse tipo construtivo nos engenhos e demais instalações rurais e àquelas concernentes ao padrão tipológico das Senzalas encontradas nas propriedades coloniais como um todo. Fontes primárias e secundárias serão consultadas para esta finalidade. Somente ensaiando encontrar homologias entre os exemplares conhecidos, a fim de tentar detectar sobreposições entre eles e o nosso estudo de caso, é que poderemos definir a função social do sítio estudado.

Dessa forma, também submeteremos um número significativo das peças encontradas na prospecção a um tratamento estatístico que, por um lado, vise definir o seu tipo de utilização e, por outro, procure evidenciar determinadas características predominantes na cultura afro-americana a partir da frequência de incidências (SOUTH, 1994). Ou seja, paralelamente à identificação das estruturas arquitetônicas, haverá a coleta e quantificação dos objetos móveis e tais dados serão confrontados com os referentes às peças achadas comumente na cultura material dos negros africanos. Dessa comparação, poderemos identificar o que, dentre o que se produziu, efetivamente adquiriu significado como cultura material e espaço específico de ocupação escrava.

1.1- Acerca do Conhecimento sobre as Referências Espaciais

O conceito de espaço ocupa, não há dúvidas, um lugar importante na nossa abordagem, pois pode abarcar uma série de definições. Em Arqueologia, não mais nem menos que em Sociologia, Economia, Etnologia, Geografia, Arquitetura e demais ciências, o espaço não é secundário nem residual, mas sim uma das categorias fundamentais para o entendimento dos sistemas sociais; apropriado, é signo e símbolo das práticas e relações de poder e facilita a elaboração da identidade dos mais variados atores.

A noção de espaço, no nosso entender, deveria ser considerada sob dois aspectos, que, no entanto, não nos parece indissociáveis. Um deles é objetivo (talvez), mas também arbitrário: “*o espaço é o quadro natural das atividades humanas, do desenvolvimento das sociedades*” (SANTOS, 1987). Semelhante definição, contudo, não nos leva muito longe, sobretudo por ser ela singularmente elástica. Conforme o caso – ou o objeto de análise histórica –, esse espaço pode ser um vilarejo, uma cidade, uma província, um país, um continente, o Mundo...; ou, ainda, o espaço onde se move um personagem de quem tentamos traçar uma biografia; o espaço particular de uma produção (região canavieira, industrial); os espaços que põem em comunicação um movimento migratório etc.

Isto nos conduz ao segundo aspecto: o espaço, não mais como o historiador tende a o circunscrever, mas como o percebem os homens do passado de que esse historiador se ocupa. Aliás, a história da “consciência do espaço” ainda está por ser escrita. Até uma época recente, a posse do máximo de espaço era um sinal de êxito e grandeza – não foi a este sonho que cederam todos os conquistadores, muito mais ávidos em acumular províncias do que quilômetros quadrados e em organizar os territórios por elas controlados? O desejo de conquista é justificado pela vontade de ampliar o espaço sobre o qual se exerce – teoricamente – o poder.

Ainda nesta linha de raciocínio, podemos mencionar como exemplo a consciência do espaço na Idade Média, que se caracteriza por uma estranha contradição: de um lado a noção limitada ao campanário da aldeia, ou à catedral da diocese, ao açougue da feira mais próxima; de outro, a tentação dos grandes deslocamentos coletivos (Cruzadas,

colonização de novas terras, curiosidades e ambições que dão origem aos grandes descobrimentos).

Afinal, a definição do espaço em si, como elemento isolado, nos importa pouco. Mais importante nos parece a *coerência* do ambiente onde ocorre a nossa análise, a sua correspondência com um outro espaço onde se moviam e sentiam seus personagens. Isto porque uma paisagem se explica por aquilo que nela se viveu ao longo do tempo, por uma vivência que a moldou; inversamente essa vivência só é inteligível no espaço em questão, que por isso precisa ser conhecido.

O espaço, exatamente como o tempo, é um termo eivado de subentendidos, de pressupostos e acepções múltiplas, que os pesquisadores inevitavelmente têm em mente quando se referem a essa noção ambígua. Ele pode ser, em outras palavras, considerado como a condição de ocorrência de acontecimentos no tempo e constitui uma representação, *a priori*, que serve de fundamento, aos fenômenos exteriores (KANT, 1972: 66 e 75). Entretanto, em uma outra perspectiva, tempo e espaço podem misturar-se, às vezes, segundo regras difíceis de definir: o espaço não se concebe independentemente do tempo, mas o tempo perdido é sempre perdido. Reviver pela memória não é viver; é muito mais reencontrar um lugar familiar.

Com isto posto, há duas ressalvas a serem feitas. (a) O espaço pode mudar no tempo, de um modo mais ou menos sensível (quaisquer que sejam as razões, naturais ou humanas). A essa mudança, deve o arqueólogo se mostrar sensível e cabe a ele pôr em evidência as respectivas circunstâncias e amplitude. (b) A Arqueologia deveria preocupar-se igualmente com o espaço subjetivo, isto é, o espaço conforme foi anteriormente percebido. Não só o “espaço verdadeiro”, representado pela geometria, deve ser privilegiado, mas sim o “espaço vivido”, dentro da variedade da sua natureza nas diferentes sociedades. É evidente, pois, que a cada vez devemos tentar preencher a distância entre a nossa própria concepção do espaço e a das populações estudadas (HODDER, 1988; JOHNSON, 2000; RENFREW e BAHN, 1991; TRIGGER, 1992). O espaço nos aparece, então, como o meio de expressão de um pensamento e de uma cultura, do mesmo modo que a língua.

Sendo o homem também natureza, há uma inserção sua no espaço que leva à relação sujeito-objeto, na medida em que, enquanto sujeito, ele tenta decifrar os objetos que o envolvem, ao mesmo tempo em que, enquanto objeto, faz parte do que deve ser decifrado. Nessa ótica, a divisão da sociedade em classes implica formas diversas de apropriação e essa adaptação vai se converter em produção social de espaço para fins produtivos ou improdutivos, ambos necessários.

O trabalho produz o espaço a partir do espaço existente anteriormente e o resultado, como espaço produzido, repercute sobre o anterior (SANTOS, 1987). Quer dizer, o processo determina a estrutura, que se volta sobre aquele. A passagem de um modo de produção a outro toma como ponto de partida o espaço existente já estruturado, assim como as formas de propriedade. O valor do espaço reside, entretanto, numa dupla existência que deve ser considerada no cerne de um par de diversidades: o espaço como formas de propriedade (um espaço social) e o espaço como atributos físicos da natureza ou resultado do trabalho. De tal modo, o espaço e o espaço construído passam a ser entendidos como algo inerente à dimensão humana.

O espaço seria, assim, o suporte de todas essas marcas, a areia sobre a qual se podem ler os traços inscritos por uma população em seu território, paisagem cuja natureza, mais ou menos sólida, tenta resistir à intervenção dos homens e traz o seu cortejo de coações às formas do habitat. Simboliza um rearranjo que o indivíduo faz da natureza, numa ampliação da sua esfera de ação e da sua maneira de ser enquanto homem.

As referências físicas às atividades humanas e as significações nelas inscritas passam a ter vida própria e acabam, completamente, por definir o espaço. De forma conclusiva, portanto, a compreensão da estruturação do espaço de uma simples habitação, frente a um complexo arquitetônico estruturado, exigirá um trabalho de interpretação em diferentes escalas, não apenas na maneira de encaixar complementos de decoração num domicílio, mas levando-se em conta a continuidade do ambiente como um todo. O nosso espaço não é apenas um objeto em si; agrega-se a ele a percepção através das representações e das práticas daqueles que o manejaram. Trata-se, portanto, de um espaço mental, de concepção, embora o seu entendimento passe pela análise dos traços físicos inscritos no solo.

1.2- Arqueologia da Arquitetura: resgatando o projeto do espaço

“La investigación histórica y arqueológica no es un convidado de piedras más, sino que constituye la fuente y el instrumento capaz de dotar de significados y valores a una arquitectura que de esta manera permite su socialización y, por lo tanto, su preservación.”

Juan Castillo (2004:10)

A disciplina arqueológica, com todo o seu aparato conceitual e instrumental, há algumas décadas vem utilizando o estudo da Arquitetura. Naturalmente, a ocupação dos arqueólogos com os exemplares arquitetônicos remonta a um marco de referência mais amplo – desde o Renascimento Italiano, quando esta primeira especialidade dava margem às suas origens -, mas apenas recentemente tem-se implantado novos problemas e âmbitos de investigação até então inexplorados para os espaços construídos.

A notável diversidade de significados que as edificações podem abarcar, enquanto expressão de um complexo cultural dinâmico e ativo, converte-se em uma fonte potencial de informações antropológicas (CASTILLO, 2003; ZARANKIN, 1999). A organização do espaço possui, além de uma função prática, um propósito ideológico e, nesta linha, a Arquitetura passa a ser vista como um veículo de comunicação não-verbal que pode ser analisado dentro de um marco de interpretação textual (SANTOS, 1995).

Ao exercício do uso de um determinado arcabouço construído, corresponde um aprendizado sobre as significações conferidas a esse uso e marcadas no arcabouço usado. À prática de um corresponderá a de outro. A imposição de significados a um objeto construído fora dessa prática leva à uma anulação ou à transformação daqueles.

Na Arquitetura, a semiótica dos significados não-verbais se expressa em termos de frequência, intensidades, distâncias e estruturas físicas, e é precisamente através destes distintos elementos, formais ou implícitos, que uma construção pode ser “lida”. Assim, em outras palavras, em um organismo edificado existirão significações que adquirem vida própria, à parte dos aspectos objetivos práticos contidos explicitamente no que foi

construído. O desafio, de acordo com Funari (1998), repousa justamente em descobrir o que está oculto, tanto no observável quanto no não observável.

Entendendo manifestação como sinônimo de significação, teremos sempre a manifestação aderida à construção, muitas vezes numa relação de negação mútua, mas sempre sendo exigida a consideração de ambas para a compreensão do espaço. A associação entre construção e manifestação faz com que a primeira seja constantemente reconstruída pela segunda que, por sua vez, acaba sendo sempre alterada pela inserção de novas construções (em áreas vazias ou se alterando ou se substituindo construções preexistentes). A abertura de uma porta, o fechamento de um muro, a modificação de uma fachada, todas essas transformações são, ao mesmo tempo, fato construído e significação, testemunhando o espaço em movimento e podendo ser consideradas como uma atividade contínua de arquitetar o espaço.

A recomposição dos espaços é projetiva, isto é, transporta uma imagem interiorizada para fora através de uma representação da mesma e é trazida de volta à consideração interna. Nesse vaivém são selecionadas variáveis, formuladas e resolvidas questões, apresentadas outras e assim sucessivamente. Para esta dissertação, ininterruptamente se está projetando um “como poderia ser”, até se chegar mais próximo a um “como realmente era”; e tal processo, que é mais explícito para os arquitetos, estará marcado no desenho inscrito, o qual denunciará também as formas do cotidiano da relação dos homens com o seu espaço através das mudanças rotineiras ou das etapas críticas em que estas rotinas são subvertidas. Trata-se, enfim, da relação entre o atual e o possível na vida das sociedades e de seus segmentos.

Cada momento possuirá características peculiares, que repercutirão na maneira de conceber e organizar o espaço e as estruturas dentro dele. As relações entre as frações morfológico-espaciais poderão ser identificadas, conseqüentemente, por meio de um instrumental técnico variado, abrangendo desde as interpretações estratigráficas dos projetos até as análises dos materiais construtivos, o estudo da área de captação desses materiais, as propostas de intervenção (no caso da precisão de restaurações e reabilitações), os exames arqueométricos, as leituras baseadas em critérios analógicos e estilísticos, as propostas de instrumentos de datação, entre outros (CASTILLO, 2003: 01).

Ao mesmo tempo, é possível compor uma explicação satisfatória realizando observações arqueológicas a partir do estudo das modulações, verificando a distribuição das marcas das estruturas no canteiro e, inclusive, recorrendo aos recursos tipológicos – ainda que seja necessário fazer uso de tipologias “domesticadas” pela lógica estratigráfica e pelo conhecimento das formas de produção que sustentam a atividade arquitetônica. Por fim, complementando o trabalho de campo e apresentando-se novamente de maneira relevante, tem-se o estudo dos objetos móveis.

A dimensão histórica da Arqueologia da Arquitetura nos faz sublinhar, dentre todas as estratégias e procedimentos de que se utiliza, que a realidade é muito caleidoscópica. Talvez por essa razão, é importante ter em mente que, acima das noções de *estética* reportadas a uma obra, deverá ser encontrada a idéia da *ética do contexto* ao qual ela se adequa, e este é um princípio que não pode ser englobado em valores históricos genéricos dos edifícios.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

“A colonização no Brasil se processou aristocraticamente – mais do que a qualquer outra parte da América (...). Aristocrático, patriarcal, escravocrata. O português fez-se aqui senhor das terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América. Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática, em que teve de desenvolver-se seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos.”

Gilberto Freyre *apud* SANTIAGO (2002: 316)

A necessidade de efetivar a posse definitiva da terra ameaçada pelas crescentes incursões estrangeiras, sobretudo dos franceses, ingleses e mais ainda, dos holandeses levou Portugal a iniciar o processo de colonização no Brasil de maneira mais consolidada, mediante estratégias de estímulo para o povoamento das regiões. Porém, as regras da política mercantilista¹⁰ exigiam a ocupação territorial por meio do estabelecimento de uma atividade econômica mais lucrativa que atraísse os interesses de investidores e colonos. Partindo desse pressuposto, a exploração do pau-brasil - e das suas propriedades corantes - não mais se ajustava às necessidades da Coroa portuguesa, visto que se tornara instável em termos econômicos. Era preciso transpor aquela fase de extração predatória da madeira e da circulação de mercadorias (escambo e comércio de produtos afro-asiáticos) em prol de uma etapa de produção que gerasse maior rentabilidade nas terras da colônia, atraindo os lucros, uma vez que o comércio português com o Oriente começava a entrar em crise devido, entre outras coisas, à concorrência de outras potências mercantilistas.

É evidente que toda a organização colonial estruturava-se dentro das necessidades comerciais da Europa e funcionava, conseqüentemente, de acordo com elas. Ora, o

10. Constituíam-se no ponto de articulação entre o capitalismo comercial e o absolutismo, promovendo o fortalecimento do Estado e, indiretamente, o enriquecimento da burguesia. Então, a política colonial dos Estados absolutistas modernos inseria-se nas pretensões mercantilistas, atendendo aos seus objetivos últimos.

objetivo era produzir para o mercado externo, o que significava a exigência de uma eficiência em larga escala. A solução, então, encontrada para perfazer a ascensão das causas reprodutoras de renda e, paralelamente, gerar essa nova demanda a que se iria exportar, foi incitar a preservação do domínio do solo e, para tanto, uma experiência já testada nas ilhas do Atlântico foi aplicada: a criação de Capitânias¹¹. Contudo, ao se tomar a decisão de instituir as donatarias na faixa litorânea do continente, o objetivo primordial da Coroa, ávida por se manter pioneira e privilegiada em suas expedições, ainda não era a economia plantacionista em si mesma, mas a criação de meios que conduzissem à descoberta de metais preciosos, inspirando-se no êxito que, neste particular, cedo alcançaram os espanhóis. A ocupação e a posterior fundação de engenhos deviam servir à almejada garantia da posse do território, que se esperava contivesse fortunas minerais análogas às do México e do Peru (GORENDER, 1978: 143). Acreditava-se que o estoque de metais asseguraria a riqueza e, assim, equilibraria a balança comercial prejudicada pelas competições.

Não obstante, embora as avaliações do sucesso ou fracasso desse sistema se dêem apenas na consideração das suas respostas às expectativas econômicas da Metrópole, as Capitânias Hereditárias no Brasil revelaram-se bastante eficazes na lógica colonizadora, comportando diversas realidades históricas que justificaram a sua longevidade (ALMOÊDO, 2001). Mas, dentro desse padrão geral, costuma-se noticiar com mais afinco apenas duas delas: Pernambuco e São Vicente, cujos beneficiados eram, respectivamente, Duarte de Albuquerque Coelho e Martim Afonso de Souza. Em ambos os casos, o ativo interesse dos proprietários, o investimento de capital europeu em nível suficiente e a solução dos problemas de relacionamento com os nativos foram fatores cruciais para o estabelecimento da indústria açucareira no país (SCHWARTZ, 1988).

11. O regime das Capitânias Hereditárias ou donatarias, significou a divisão feita, entre 1534 e 1536, pelo rei Dom João III na costa brasileira em 15 parcelas lineares (em respeito aos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas), com extensão de 30 a 100 léguas cada, e doadas a 12 fidalgos portugueses para que as administrassem. Essa atitude defenderia a terra da ameaça externa e transferiria para particulares o ônus da colonização, preservando a Coroa e criando uma alternativa aos contatos comerciais com o Oriente. A esses capitães-donatários foram outorgados certos direitos (instituídos por vínculos jurídicos através de Cartas de Doação e Forais) e privilégios de autoridade soberana, desde que a produção fosse efetivada sem a ajuda do capital estatal metropolitano. Estavam, portanto, condicionados à obrigação de colonizar, povoar e desenvolver a economia de seus territórios. O resultado do sistema como um todo foi, todavia, desapontador, comprometendo essa primeira iniciativa de colonização. (FOREST, 2006; SALDANHA, 1992; SCHWARTZ, 1988).

A escolha pela monocultura da cana-de-açúcar como elemento impulsionador da economia lusa na América foi vinculada ao fato de que eles, os portugueses, estavam habituados ao plantio e refinação desse artigo nas ilhas da Madeira e Cabo Verde desde o século XV. Do ponto de vista da Colônia, as condições ambientais locais também significaram um incentivo a mais para a sua produção, já que se tratava, de modo geral, de uma área de clima quente, com chuvas regulares e argiloso solo massapê¹². Além disso, Portugal há certo tempo dispunha de contatos comerciais favoráveis e o açúcar despontava, no início do século XVI, como uma mercadoria de alta aceitação entre as negociações consumidoras européias (FERLINI, 1988). Nesse contexto, o Nordeste tornou-se o centro da atividade açucareira e Pernambuco revelou-se a mais bem sucedida de todas as Capitanias.

O objetivo da colonização mercantilista portuguesa colocou-se em toda a sua plenitude, possibilitando o domínio e a exploração do território. Mas, a cargo de quem ficaria toda essa produção? Eis que o problema da mão-de-obra se impunha, e acabou sendo resolvido pela escravidão¹³. Nessa estrutura de produção em larga escala, somente a adoção do trabalho compulsório poderia assegurar o perfeito funcionamento do antigo sistema colonial. Na América espanhola, apareceram os *repartimiento* e a *encomienda*; na Nova Inglaterra, surgiram os *indentured servants*, isto é, os servos temporários; e nas regiões do México e Peru, assim como no sul dos Estados Unidos e no Brasil, a escravidão propriamente dita foi a maneira pela qual a mão-de-obra se organizou, em função dos interesses mercantilistas e a favor da elite dominante, ou melhor, dos grandes proprietários rurais (DANTAS, 1988).

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco, “o *entrosamento entre produção colonial e comércio capitalista ocorreu numa época em que jamais poderiam ter sido utilizados homens livres, pela muito simples e muito forte razão de que o sujeito expropriado dos*

12. O massapê era a terra preferida para o plantio de cana. Solo argiloso, que provém da decomposição das rochas sedimentárias cretáceas, apresenta coloração vermelha ou negra, sendo esta a preferida. Rica em matérias orgânicas, retém a umidade, favorecendo o desenvolvimento da cana. Esse tipo de terreno localizava-se principalmente em várias bacias aluviais do litoral nordestino (FERLINI, 1988: 160)

13. Representa uma forma peculiar de organização social do trabalho para a obtenção, sob garantia absoluta, do lucro capitalista, se configurando pela concentração de trabalhadores despossuídos de meios de produção. Os escravos compõem uma categoria de serviços alienados de tudo, inclusive, das suas origens e de sua liberdade.

meios de produção e obrigado a vender a sua força de trabalho não existia como categoria social, capaz de preencher as necessidades de mão-de-obra requeridas pela produção colonial” (FERLINI: 1988: 20). Assim, a escravidão surgiu quase como algo “natural”, em virtude do caráter de como se estruturavam e funcionavam os interesses para acompanhar o ritmo dinâmico do mercado europeu.

2.1- A Dimensão Religiosa da Colonização

“No Brasil, a Catedral ou a Igreja mais poderosa que o próprio rei seria substituída pela Casa-grande de Engenho. Nossa formação social, tanto quanto a portuguesa, fez-se pela solidariedade de ideal ou de fé religiosa, que nos supriu a lassidão de nexos político ou de mística ou consciência de raça. Mas a Igreja que age na formação brasileira, articulando-a, não é a Catedral com o seu bispo a que se vão queixar os desenganados da justiça secular; nem a Igreja isolada e só, ou de mosteiro ou abadia, onde se vão acoitar criminosos e prover-se de pão e restos de comidas mendigos e desamparados. É a Capela de Engenho. Não chega a haver clericalismo no Brasil. Esboçou-se o dos padres da Companhia para esvair-se logo, vencido pelo oligarquismo e pelo nepotismo dos grandes senhores de terras e escravos.”

Gilberto Freyre *apud* SANTIAGO (2002: 320)

A história da conquista do litoral pernambucano confunde-se com a narrativa da atuação das Ordens Religiosas no Nordeste do Brasil. A colonização portuguesa nessa área geográfica, ocorrida a partir do século XVI, teve nos missionários um dos suportes fundamentais para que a dominação lusa fosse efetivada. O Estado e a Igreja tinham, nesse momento, interesses comuns no sentido de apaziguar as diversas sociedades indígenas, não permitindo o fortalecimento de suas alianças com os estrangeiros que concorriam pela posse das terras. Quem dominasse as nações autóctones daquela área, controlaria a saída e a entrada dos produtos e daí, portanto, a justificativa de se propagar a religião Católica entre os cativos, ao mesmo tempo em que se objetivava o fortalecimento do comando português.

Duarte Coelho trabalhou ativamente em defesa de seus interesses de proprietário na Capitania de Pernambuco, dirigindo-a pessoalmente e atentando, em especial, para estabelecer os alicerces econômicos nos seus domínios. A Carta de Doação, elaborada pela Coroa e recebida por ele na oportunidade do regimento de divisão das donatarias, trazia expressa a ordenação de que fossem fundados Engenhos de açúcar e vilas, que se adentrasse pelo interior à procura de ouro, se difundisse o cristianismo e se promovesse o povoamento, a fim de obter êxito na consecução do projeto colonial (FOREST; 2006: 32).

Em uma atitude comum entre os vários donatários, Duarte Coelho fez a distribuição e repartição das terras por Sesmarias, marcando o início efetivo da valorização econômica naquele trecho da Colônia. Essa forma de parcelamento foi um meio de promover concessões tipicamente destinadas a premiar serviços relevantes prestados à Coroa, mas, de outro lado, exigia o amplo emprego de capitais, fosse para o desbravamento da terra, fosse para a aquisição de escravos, de modo que se transformava em um empreendimento que reclamava, dos que a recebiam, vastas posses de recursos pecuniários (SALDANHA, 1992). E essa demanda era constante, visto que cada sesmeiro, para não ter tomadas as responsabilidades dos seus limites – que variavam, em média, de uma a quatro léguas (entre 6 e 24 quilômetros) em sua extensão –, deveria fazê-los reproduzir e render em até cinco anos.

A Sesmaria, na realidade, como um tipo de propriedade concedida, era uma translação do regime jurídico português e, por meio de grande propriedade monocultora de trabalho escravo, foi o que representou, a seu tempo, o instrumento mais eficaz de ocupação do solo e de verdadeiro povoamento.

As terras, de acordo com Schwartz (1988), poderiam ser exploradas na forma de roças, Fazendas (propriedades maiores, em geral dedicadas ao cultivo de cana, criação de gado ou agricultura de produtos exportáveis, como o gengibre e o algodão) e, finalmente, Engenhos. Objetivando capitanear todo esse patrimônio, foi notável, no entanto, o desempenho religioso entre os demais tipos de proprietários, inclusive porque isso traduzia a subordinação da Igreja aos interesses da Coroa, mantendo a base econômica estável e a harmonia na parceria, o que não pode ser interpretado como via de regra. Os

bens que os membros eclesiásticos adquiriram, ressaltando-se essa troca de interesses, extrapolavam as dimensões dos mosteiros e conventos.

Como já se sabe, era a Coroa portuguesa quem direcionava a ação da Igreja no Brasil, e esta, ao chegar ao continente americano, já era submissa ao Estado, o que só fez fortalecer-se durante todo o longo Período Colonial vivenciado pela sociedade brasileira (ALMOÊDO, 1994/ 95: 342).

“O trabalho dos homens da Igreja na Colônia foi essencialmente o de desempenhar uma função política no quadro geral da colonização”. Afirmativa claramente perceptível ao se verificar a fraca atuação dos bispos e padres na sua patente dependência e submissão aos desígnios da política metropolitana, enquanto funcionários régios por injunção do Padroado português, que direcionou toda a política religiosa do Brasil colonial através de uma ação evangelizadora oficial - mistura de religião e conquista que consistiu em “reduzir” pagãos ao cristianismo, numa forma bastante clara de incorporar novos indivíduos ao universo colonizador. Configuravam-se assim, *a priori*, as Missões religiosas como mais uma manifestação do interesse português na unidade política e cultural, essenciais às diretrizes do seu planejamento (ALMOÊDO, 1994/ 95: 342).

Já no primeiro século de colonização encontravam-se na Colônia as quatro Ordens religiosas, representadas pelos jesuítas, carmelitas, beneditinos e franciscanos (LEITE *apud* CARRÉRA, 2005: 27), implementando, todas elas, a seu contento, os desígnios de cristianizar e “aportuguesar” a população nativa.

“Repetiu-se na América, entre portugueses disseminados por um território vasto, o mesmo processo de unificação que na Península: cristãos contra infiéis. Nossas guerras contra os índios nunca foram guerras de brancos contra peles-vermelhas, mas de cristãos contra bugres (...). Seu ódio é profilático. Contra o pecado e não contra o pecador, diria um teólogo. É o pecado, a heresia, a infidelidade que não se deixa entrar na colônia, e não o estrangeiro. É o infiel que se trata como inimigo no indígena, e não o indivíduo de raça diversa ou de cor diferente”.

Gilberto Freyre *apud* SANTIAGO (2002: 318)

O problema do índio era algo perturbador para a presença lusitana. Três objetivos se chocavam: a metrópole queria fazer dele um elemento participante da colonização, isto é, o via como um povoador; os colonos queriam-no como um trabalhador, um escravo para suprir o déficit de mão-de-obra; e, por fim, os religiosos visavam a dilatar a fé, converter o gentio e utilizá-lo economicamente (LOPES, 2003).

De início, as autoridades governamentais acreditavam que, no prazo de uma década, poderiam transformar os grupos indígenas, em aldeões católicos, voltados para a atividade agrícola. Esperavam ainda que esses grupos também dominassem a língua portuguesa, concepção essa baseada em uma idéia completamente falsa sobre o grau e a velocidade de assimilação de uma cultura por outra. A partir de então, os conjuntos de aborígenes estariam divididos sob a autoridade das Missões e, nesta oportunidade, os monges poderiam exercer as suas finalidades de exploração da terra em variadas fronteiras.

A mesma escassez de documentos quanto à escravatura do Brasil, em geral, observa-se também nas Ordens religiosas e, por isso, não se sabe muito sobre os benefícios e equívocos dos exercícios apostólicos em detalhe. À destruição inconveniente de muitos arquivos e documentos de negros existentes nas repartições do Estado, ordenada em 1891 pelo novel Governo Republicano¹⁴, acrescente-se nas casas religiosas o extravio de precioso material, em virtude da decadência geral do sistema claustral (DANTAS, 1988).

Todavia, é bem verdade que as Missões beneditinas de Pernambuco, iniciadas em 1592 com o estabelecimento dos frades em Olinda¹⁵, e documentadas por uma série de

14. Os arquivos da escravidão no Brasil foram destruídos por força da circular nº 29, do Ministério da Fazenda, de 13 de Maio de 1891, tornando extremamente árduo o trabalho de reconstituir o volume do tráfico negreiro, bem como verificar a procedência dos africanos aqui introduzidos em consequência do mesmo (DANTAS, Vol. 2, 1988: 61).

15. Informações extraídas dos “Manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda” (ROCHA, 1948). A Ordem beneditina foi fundada no século V, na Itália, por Bento de Núrsia e possui a tradição significativa de prestar serviços à causa da civilização na Europa Ocidental. Os beneditinos foram atraídos até Pernambuco por interesse do donatário Jorge de Albuquerque Coelho e de seu empenho junto ao abade geral Frei Gonçalo de Moraes (CARRÉRA, 2005).

obras empreendidas arquitetonicamente pela cidade, se converteram como grandes favorecedoras do progresso local e eram uma das principais fontes abastecedoras da mão-de-obra para as Fazendas rurais, lugares onde a população nativa e escravizada se concentrava, enquanto recebia instruções religiosas e treinamento ocupacional.

Para sustentar-se, o clérigo muitas vezes precisava encontrar fontes próprias de recursos, custeando e assegurando a manutenção dos seus membros e das suas atividades. Daí o interesse pela aquisição de Fazendas e Engenhos, de escravos e de tudo o que significasse estabilidade econômica para as instituições.

A Fazenda de São Bento de Jaguaribe representa, portanto, uma pequena faceta da dimensão religiosa no contexto do colonialismo português, no cerne da área de fluxo produtivo em Pernambuco. Este sítio, que possuía nas suas proximidades aldeias de grupos indígenas, passou a ser reutilizado após o período de contato e acabou por receber a interação da postura social catolicista (OLIVEIRA, 2005). A mão-de-obra disponível - e depois complementada pela vinda de negros escravizados da África - foi utilizada pelos beneditinos na exploração dos recursos naturais da área, exemplificando a incoerência que ecoava nos limites da caridade cristã a que, ideologicamente, estavam vinculados.

Outros conjuntos arquitetônicos também pertenceram aos monges beneditinos dessa época, dentre os quais os Engenhos Mussurepe, Goitá e São Bernardo (ROCHA, 1948).

No entanto, as Missões foram úteis em outros sentidos, políticos e sociais, já que realmente puderam contribuir como amortecedor contra os interesses das demais nacionalidades na costa litorânea nordestina. Ao mesmo tempo, a linha de conduta religiosa influenciava diretamente no plano da moral e dos costumes, auxiliando na catequese, cultura, educação e assistência social às populações. Resumidamente, disciplinava as maneiras de pensar e sentir na Colônia.

2.2 - A Vida Rural dos Escravos: algumas considerações gerais

“Finalmente, antecipando por espaço de desessete anos a Lei Áurea de 13 de Maio, a Ordem Beneditina no Brasil liberta todos os seus escravos, no dia 29 de Setembro de 1871.”

Manuscrito do Arquivo do Mosteiro de São Bento de
Olinda (ROCHA, 1948: 295).

Há 135 anos que os padres beneditinos do Brasil passaram carta de alforria aos seus últimos escravos, depois de quase três séculos de Senzalas conventuais. Hoje perguntamos como foi possível até as Ordens religiosas adotarem a escravidão em seu próprio benefício. Mas, como o governo colonial desse a última palavra em favor da servidão negra, também os missionários encheram suas Senzalas de escravos, de vez que no país abundava o serviço braçal e minguavam os irmãos leigos nos conventos.

A descoberta da América trouxe logo como resultado a escravidão dos índios. As mensagens dos primeiros jesuítas aqui chegados, o roteiro da nau Bertôa e outros documentos antigos, não deixam dúvidas a esse respeito. Gandavo (1924), em 1570, mostrou qual era a primeira preocupação do colono ao desembarcar: *“Se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares de escravos, ou meia dúzia deles, ainda que outra coisa não tenha de seu, logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca e outro lhe caça, e os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças, e desta maneira nem fazem os homens despesas em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas”*.

Na totalidade da formação histórica brasileira, considerado como classe inferior no estamento formador da sociedade, era, o escravo, propriedade indiscutível do capital do seu dono, que o dominava econômica, social e juridicamente, cabendo-lhe apenas o ofício do trabalho - forjador das riquezas senhoriais de que não usufruía - e a sua função sexual, na medida em que, quanto maior a prole gerada, tanto mais amplo o contingente de braços disponíveis para a aristocracia rural dominante na grande empresa agrícola tropical

latifundiária. Mantido em permanente estado de alienação, aculturado, considerado como *res nullius iuris*, o escravo pertencia a seu senhor, como o gado, as terras, os meios e os instrumentos de produção (OSCAR, 1985: 28).

Embora seja difícil aferir a extensão do regime escravista completo para a mão-de-obra indígena brasileira, é certo de que não se tratou de casos esporádicos como se poderia pensar, mas sim de algo regulamentado pela Coroa portuguesa e que atingiu caráter extenso no espaço e no tempo. É verdade que a legislação variou bastante, estabelecendo inúmeras restrições à escravidão do índio, mas os autores encontraram muitas circunstâncias em que o aprisionamento poderia ser legitimado sob as condições da “Guerra Justa”¹⁶ (DANTAS; SAMPAIO; CARVALHO, 1992; MEDEIROS, 2002; OLIVEIRA, 1999).

A mão-de-obra escrava indígena no Período Colonial foi bem mais importante e durou muito mais tempo do que a historiografia tem afirmado ao se concentrar na análise da escravidão em áreas de atividades produtivas ligadas ao comércio internacional. Sem o apoio dos índios, aliados contra os adversários internos principalmente nos séculos iniciais da colonização, a Coroa portuguesa não teria conseguido manter os seus domínios no continente americano. A importância das tropas formadas somente por índios – os *terços* – no combate aos invasores estrangeiros, aos povos indígenas inimigos e aos quilombos, e a relação dos seus capitães com os governadores e com o rei de Portugal é um aspecto da história colonial que ainda não mereceu a devida atenção (MEDEIROS, 2002).

À medida que a produção açucareira foi se tornando significativa para o comércio lusitano, recorreu-se à importação do africano e também à sua utilização como escravo. Vários argumentos se colocam para a substituição do trabalho indígena, dos quais merecem destaque: o fato de as tribos ficarem cada vez mais arredias, a partir da

16. A imagem negativa de bárbaro, canibal e rebelde atribuída aos índios será bastante comum em vários depoimentos que se ressaltarão a sua violência e a sua avidez por carne humana, sendo a prática do canibalismo um dos argumentos utilizados para declarar a “Guerra Justa” aos índios e, desta maneira, permitir a sua escravidão (MEDEIROS, 2002). Seriam os embates empreendidos em legítima defesa, já que os índios, para todo efeito, não possuíam nem lei, nem fé e nem rei.

percepção do interesse do branco em escravizá-las; a dizimação dos índios por meio da superexploração de sua força de trabalho; e a proteção religiosa (PINSKY, 2004: 20).

É muito provável, porém, que, somados aos motivos listados anteriormente, um outro fator concorresse para estabelecer a introdução e o proveito dos negros: os negociantes e fazendeiros do litoral conheceram que a entrada dos africanos vindos pelo mar saía mais barata do que a caçada dos índios pelo interior. Além do que, como elemento de trabalho, o africano parece ter sido muito superior ao nativo, por ser mais robusto, mais resistente a certas doenças tropicais, mais laborioso e impossibilitado de fugir; e, finalizando, não era tão protegido como o índio por certas medidas de Ordens régias, que por menos obedecidas que fossem, sempre mereciam alguma hipocrisia ou certos cuidados em violá-las, como acontece a todas as leis, em todos os países e tempos.

Muitas foram as hipóteses que tentaram abordar as razões da escravidão africana moderna, englobando desde a proposição da fronteira aberta, que sustentava a exploração humana devido à abundância de recursos e à escassez de trabalhadores, até a própria condição lógica necessária para o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa (FERLINI, 1988; SZMRECSÁNYI, 2002). Entretanto, a experiência portuguesa com a escravidão precedeu a ocupação do Brasil. Os galegos conheciam as formas de servidão obrigatória dos negros desde os tempos dos árabes e mouros na Península Ibérica, e a partir do instante em que descobriram o litoral ocidental africano, foram provavelmente levando escravos para o reino e preenchendo os vazios dos desfalques agravados pela constante migração para o ultramar. (DANTAS, Vol. 1, 1988: 63; PINSKY, 2004: 13).

Contudo, se ainda, de uma maneira simbólica, quisermos evocar as principais causas que levaram os colonos da América a despejar sobre o continente os milhões de africanos transportados pelo tráfico negreiro, basta juntar as hastes da cana-de-açúcar, os galhos de cafeeiro, os ramos de algodão, os caules de fumo e, posteriormente, as partículas preciosas das minas, que a obviedade da justificativa estará completa. A esse exemplo, e testemunhando a autorização para o ingresso dos escravos negros no Brasil, foi encontrado no Arquivo Público da Bahia um curioso documento, o qual vale a pena ter um trecho transcrito pela luz que traz sobre a questão: “*Eu-El-rey, faço saber aos que*

este alvará virem que havendo respeito à conservação dos meus Reynos e augmento das conquistas, introdusirem-se nellas grande numero de escravos para por esse meyo se fornecerem as terras do Estado do Brasil que necessitão delles para as lavouras do assucar, tabaco e trabalho das minas e offerecendo-se João Darfaint e seus sócios Manuel Domingues do Paço, Francisco Nunes da Cruz, Noé Honffaye, Lourenço Pereyra, Bartholomeu Miguel Vianna, todos os moradores nesta Corte estabelecer huma companhia para a costa da África para della poderem tirar escravos e levar-os por sua conta a todos os portos do Estado do Brasil, de que se seguirá huma grande conveniencia ao commercio deste Reyno e suas conquistas (...) Cumpra-se. Bahia Março 2 de 1725” (DANTAS, Vol. 1, 1988: 61).

Variavam os métodos usados para a captura dos nativos na África, indo desde a invasão pura e simples das aldeias ao acirramento das rivalidades tribais. Acorrentados uns aos outros, brutalizados, tratados como animais, os africanos, também chamados de *peças*, *fôlegos vivos*, *peças da Índia*, *peças de Fazendas de lei*, *sacos*, *fardos*, *volumes*, etc., eram conduzidos ao ancoradouro, no vasto litoral ocupado pela burguesia mercantil lisboeta na África, onde os alojavam em barracões, choças ou armazéns, até o embarque (OSCAR, 1985: 31).

É difícilimo responder com precisão quais foram as tribos negras importadas e, ainda pior, dar a sua distribuição regional no Brasil. Sabe-se, porém, que as áreas de procedência delas na África as subdividiam em basicamente dois grupos étnicos: os bantos (capturados na África equatorial e tropical, na Guiné, no Congo e em Angola) e os sudaneses (da África oriental, Sudão, norte da Guiné e Moçambique). Com isso, os mais variados tipos de negros vieram parar nos principais Portos nacionais e havia entre eles muitos grupos, diversos uns dos outros e falando distintos dialetos. Não conseguindo interagir com os companheiros de cativeiro, dificilmente eram organizadas rebeliões entre os prisioneiros após a captura. Yorubas, Gêngis, Tapas, Angolas, Haussás, Krumanos, Timinis e Bengas, são algumas denominações que podem ser mencionadas para definir tais clãs (DANTAS, 1988; PINSKY, 2004).

E quando teriam chegado ao Brasil os primeiros escravos negros? Há divergências entre os estudiosos a esse respeito, mas diz-se que foi, oficialmente, depois do Alvará de

29 de Março de 1549 (OSCAR, 1985: 29). Todavia, provavelmente Diogo Leite, em 1525, ao vir para Itamaracá como administrador da feitoria de Cristóvão Jacques, conseguiu a licença para introduzir dez escravos africanos destinados ao seu serviço agrícola. Teriam sido esses, é bem possível, os primeiros negros entrados no Nordeste (DANTAS, Vol. 1, 1988:455).

Os cronistas são imprecisos quanto ao número de escravos negros introduzidos a essa época em Pernambuco, mas antes da invasão holandesa, no período de 1620-1623, logo registravam os livros da Alfândega que aproximadamente 15 mil negros haviam sido trazidos para trabalhar nas lavouras.

A utilização de operários africanos em números generosos, em substituição aos índios nas plantações pernambucanas, parece ter sido subsequente aos apelos de Duarte Coelho desde 1539, quando solicitou autorização ao rei de Portugal para resgatar “escravos de Guiné”. A permissão lhe foi concedida por D. João III para mandar vir 24 peças por ano e, em seguida, foi estendida aos senhores de engenho pela regente D.Catarina, em 1559, possibilitando-os de importar de S. Tomé até 120 peças, mediante o pagamento de taxa reduzida.

Sem negros não haveria açúcar; este foi o prolóquio do século XVII. Mas a polarização da sociedade colonial em duas categorias fundamentais – senhores e escravos – escondia a extensa gama de grupos intermediários que compunham o universo social do Nordeste açucareiro: mercadores, roceiros artesãos, oficiais de açúcar, trabalhadores especializados livres (banqueiros, purgadores, caixeiros, calafates, caldeireiros, carpinteiros, pedreiros, barqueiros e outros), lavradores de roça e mesmo desocupados (FERLINI, 1988; SCHWARTZ, 1988; SZMRECSÁNYI, 2002). Entretanto, era realmente no desempenho da labuta dos negros escravizados que a produção tinha sentido para a sobrevivência colonial.

Há muito, na nossa historiografia, caiu em desuso o mito do bom tratamento dispensado aos escravos e a falsa idéia de que os senhores eram benevolentes. Numerosos textos desmentem esse juízo, relatando práticas inumanas de castigos - que marcavam e

amputavam partes dos membros dos trabalhadores - e aconselhando como deveria ser a técnica de distribuição dos açoites, para domar a rebeldia dos servos e lhes abater o orgulho.

Os castigos corporais eram comuns, permitidos pela lei e pela Igreja. Tudo conspirava contra o cativo, até mesmo o seu senhor. Poderá parecer profundamente estranho que o dono de um escravo não procurasse mantê-lo e valorizá-lo, para poder multiplicar as peças do seu “rebanho negro”, mas até alimento, em muitas ocasiões, também lhe faltava. E fatos outros igualmente vieram a atestar que não havia exageros nos relatos de maus-tratos; para ensiná-los a disciplina que os tornaria passivos e resignados com a sua condição de mercadoria, se permitia que fossem praticadas diferentes modalidades de violência. Figurando na lista dos principais castigos cometidos tinha-se a ocorrência de os presos, além de açoitados, serem marcados com ferro quente, amarrados a correntes e gargalheiras, machucados com palmatória e submetidos ao uso de máscaras de flandres¹⁷.

Essa foi sucintamente a realidade da história de um negro, de cem negros, de milhares de negros, desde a sua partida da África distante até a sua velhice e seus últimos dias em Pernambuco. Provavelmente nunca antes na história um povo foi tão completamente despojado de sua herança social (e cultural) quanto foram os grupos trazidos para a América. No entanto, nesse processo de desculturação¹⁸ forçada, os escravos não perderam de todo as suas normas africanas de família, parentesco e vida sexual. A cultura transmitida e reformulada entre as gerações, fornecia aos criados recursos importantes

17. Confeccionada em metal flexível – zinco ou folhas de flandres – a máscara cobria todo o rosto, à exceção do nariz e dos olhos que eram liberados por pequenos furos. Seu objetivo era impedir a ingestão de alimentos ou bebidas por parte do escravo. Na zona aurífera foram constatados casos de colocação da máscara em negros para impedir que engolissem alguma pedra preciosa (PINSKY, 2004: 74).

18. De acordo com o conceito de exclusividade competitiva, as culturas que usam os mesmos recursos e ocupam a mesma área não podem coexistir permanentemente sem que haja uma alteração dos hábitos e estilos de vida de uma ou de ambas as sociedades em questão. Vários estudos sobre a assimilação cultural dos negros pernambucanos “missionados” confirmam a validade deste conceito (ARCHIBALD apud HOOVER, 1994/ 95: 323).

para, por outro lado, enfrentarem e subverterem as condições de seu cativeiro¹⁹ (SLENES, 1999: 33 e 39).

As transformações ocorridas com a convivência entre as sociedades afro-americanas e os religiosos beneditinos nas propriedades rurais pernambucanas acarretaram, sem dúvida, um choque cultural irreversível, porém essas trocas de costumes não foram unilaterais. Nos documentos da Ordem há relatos onde se pode aferir que a convivência entre os monges e seus escravos era, de certa forma, um tanto mais pacífica, com um relacionamento mais ameno que consentia a formação de unidades familiares não só por motivos morais, mas também pelo estímulo à fertilidade e pela conseqüente economia que se alcançava através do crescimento demográfico (KOSTER, 1978; SLENES, 1999).

Certas propriedades rurais eram até mesmo administradas por feitores escravos que dispunham de autoridade total em muitos setores, testemunhando a referência a esse relacionamento pacífico. A própria Fazenda de São Bento de Jaguaribe teve um preso negro como seu administrador, com amplas aptidões e fidedignidade dos monges (KOSTER, 1978).

Quanto à catequese dos africanos pagãos recém-adquiridos e ao exame anterior ao batismo, vemo-los comprovados nos livros e atas de batizados que havia nos conventos. Cada um daqueles seres, assim que chegava ao seu local de trabalho, era logo abençoado e tinha-lhe atribuída uma nova denominação, recebendo uma alcunha “cristã”.

Os negros dos conventos consideravam-se antes servos dos santos do que escravos dos frades. Ainda que tenham trabalhado muito, em jornadas intensas, não se lhes impunha nas Fazendas religiosas o excesso de serviços, a que alude o sínodo beneditino

19. Ser transportado para um outro lugar foi, certamente, deixar para trás uma cultura herdada para se defrontar com uma outra. O fato de que, como homem, o ser humano já viva um permanente processo de mudança e de adaptação é que vai permitir aos recém-chegados participarem como ator, e não apenas passivamente, do seu novo quadro de vida, graças às novas incitações às suas capacidades e ao seu gênio criativo. A aculturação é perda, mas também é doação.

ao acusar de exploradores abusivos muitos donos de engenho. Aos escravos cristianizados era semanalmente concedido um dia livre e, inclusive, em casos de trabalhos remunerados ou da venda de produtos particulares – derivados muitas vezes das pequenas áreas de roças a que tinham direito para o sustento familiar -, era permitido que economizassem o dinheiro para a compra da liberdade própria. Ademais, lhes eram regularmente distribuídas vestes e consentidas reuniões populares com a realização de eventos festivos para que pudessem se confraternizar. Foi raro, nesse contexto, o caso de ter fugido algum negro da Fazenda.

Ainda assim, ao contrário do que seríamos induzidos a acreditar, mesmo entre os religiosos beneditinos havia certa imposição de rigor nas senzalas, onde o tronco ameaçava aos indisciplinados (DANTAS, Vol. 1, 1988: 479). A religião, ensinando a mansidão e o conformismo, não se afinava com os movimentos de revolta em qualquer nível, ativos e passivos. E essa realidade pode ser vislumbrada em nenhuma das propriedades beneditinas da época em Pernambuco.

2.3 – Senzalas de Fazendas: a cultura material e o cativo colonial beneditino

Os Engenhos e Fazendas erigidos no Nordeste brasileiro e, mais especificamente em Pernambuco, eram constituídos de elementos funcionais que davam suporte à sua rotina produtiva diária. O avanço da divisão do trabalho levou, além da decodificação de cada operação, à espacialização dos conjuntos de atividades em recintos separados, e a arquitetura que se realizou em cada uma dessas áreas não foi uma consequência exclusiva e inevitável das relações sociais em vigor no momento, mas, sem dúvida, pôde refleti-las.

De acordo com Gomes (1998: 23), figuravam como os edifícios mais importantes das propriedades rurais coloniais a Capela, a Casa Grande (ou Vivenda) e a Senzala, todos organizados no terreno dentro de uma lógica social e funcional bastante simplificada e racional, em que pesasse o condicionamento pelo meio. Geralmente apresentavam-se implantados de forma isolada, respeitando uma certa distância entre si e, na maioria dos casos, formavam um pátio interno retangular que serviria de curral para os usos e serviços gerais da localidade. Os sistemas construtivos a que estavam sujeitos eram variados e foram adotados de acordo com a natureza de cada uma das construções, dependendo diretamente da disponibilidade de material na região, das aquisições do proprietário e, como se haveria de esperar, de uma escala de valores da estrutura social que denunciava nas obras os preceitos hierárquicos vigentes.

A diversidade morfológica das Casas Grandes dos Engenhos pernambucanos dificulta por demais os estudos sistemáticos dessas edificações, porém, o que se sabe de concreto é que as primeiras moradas senhoriais se definiam como uma expressão da casa de campo portuguesa adaptada aos trópicos. De início, a sua conformação espacial e construtiva eram bem simples (traduzidas por plantas quadradas ou retangulares, com o

uso de taipa de pau-a-pique²⁰, alvenaria de tijolos ou adobe²¹ nas paredes, cobertas em palha ou telha-vã, tendo de um a dois pavimentos) e confundiam-se com as das demais casas rurais existentes. Mas, no passar do tempo, e por consequência do enriquecimento progressivo dos senhores, uma nova concepção começou a ser assimilada, havendo um maior refinamento nos partidos adotados. Em qualquer época, enfim, a Vivenda representou o verdadeiro símbolo do poder do senhor – era um misto de fortaleza, hospedaria e escritório – e, a partir dela, tudo era rigidamente controlado, desde as atividades agrícolas e fabris até o comportamento dos escravos (OSCAR, 1985).

Já as Capelas, apresentam-se como os edifícios que menos foram modificados em relação aos espaços arquitetônicos produzidos. Uma vez construídas, raramente se transformavam, até mesmo por conta do apuro estético, da solidez técnica e da maior durabilidade dos materiais aplicados – a grosso modo, alvenarias de pedra ou de tijolo, com coberturas de telhas de barro do tipo canal, estruturadas em madeira (GOMES, 1998). Parte da Casa Grande, ou construções disjuntas, ficavam comumente localizadas a seu lado, na mesma cota altimétrica; em alguns casos, podiam ser encontradas em uma posição mais elevada, como uma alegoria a ser cultuada. A Capela era indispensável ao complexo construtivo rural, posto que servia primordialmente como um elemento de controle social para reafirmar a fé católica dos senhores e trabalhadores em meio ao espaço produtivo. Não raro, o santo de sua invocação dava o nome ao Engenho ou Fazenda a que pertencia (FERLINI, 1988).

Completando as descrições, e ao mesmo tempo contrapondo-se à realidade das edificações citadas anteriormente, tem-se a Senzala, outro importante elemento compositivo da paisagem e da funcionalidade do complexo arquitetônico colonial.

20. “Pequenas estacas de madeira com casca, de 5 a 6 centímetros de diâmetro suportam uma série de peças horizontais formando quadrados de 20 a 25 centímetros de lado, cheios de barro grosseiramente alisado pela parte de fora. Nenhum reboco protege esse enchimento por isso a ação da chuva e do calor logo o deteriora e provoca ali aberturas suplementares por onde entra no cubículo um pouco de ar e frescura”. Descrição do sistema construtivo de pau-a-pique feita pelo engenheiro francês Vauthier (GOMES, 1998: 47).

21. Tijolo feito com uma mistura de barro cru, areia em pequena quantidade, estrume e fibra vegetal ou crina de animais. Possui grandes dimensões (30 centímetros de comprimento, 15 de altura e 15 de largura) e é seco à sombra e, depois, ao sol, o que o difere do tijolo convencional por não ser cozido ao forno. Deve ser revestido com massa de cal e areia e pode ser argamassados com barro (Glossário de termos da Construção Civil).

A origem bantu da palavra “Senzala” é datada do século XVII e talvez seja significativa, adequando-se satisfatoriamente ao nosso entendimento discursivo. Um dos sentidos contemporâneos de *sanzala*, em kimbundu (o idioma dos mbundu e a língua franca de uma extensa área em Angola, na época do tráfico de escravos), é “residência de serviçais em propriedade agrícola” ou “moradia de gente separada da casa principal”; isto é, exatamente o significado que a palavra adquiriu no Brasil (SLENES, 1999: 148). Denotava ela, em suma, o modelo espacial mais representativo da escravidão no país, sendo o abrigo onde se amontoavam os cativos que compunham a mão-de-obra para a produção local.

A exemplo dos Engenhos de açúcar, os Conventos também levantavam Senzalas para os seus escravos, contudo fazemos apenas algumas idéias daquelas instalações, pois a maioria não sobreviveu e muito menos foi registrada com atenção e minudência. A escassez desses edifícios nos dias atuais se deve então, principalmente, ao fato da precariedade e pouca resistência dos materiais com os quais eram levantados, e porque muitas das Fazendas acabaram por transformar os seus alojamentos em residências para trabalhadores e administradores em épocas mais recentes. Trataremos desse assunto com mais detalhe logo a seguir.

São raros os documentos históricos e os vestígios arqueológicos, e não se conhecem imagens que possibilitem uma visão precisa dessas construções no período inicial de ocupação Colonial em Pernambuco. Curiosamente, até o século XVIII, as fontes bibliográficas e iconográficas que englobam os relatos paisagísticos não revelam a existência de qualquer tipo de edificação que se destinasse especificamente à habitação coletiva dos escravos, não obstante houvesse a presença de pequenas casas ao redor do conjunto arquitetônico restante. Somente os dados do século XIX conseguem registrar uma certa variedade na arquitetura e localização das senzalas nas regiões da grande lavoura (AZEVEDO, 1990; GOMES, 1998; SCHWARTZ, 1988).

Sabe-se, porém, que toda sociedade aproveita o ambiente de uma maneira específica e que tal uso inclui igualmente fatores relativos à visão, à audição, ao olfato e ao tato. Nesse sentido, a pesquisa histórica feita por Orser Jr. (1992) sugere, a princípio, que cada tipo de espaço era utilizado em muitas Fazendas para caracterizar

designadamente a distância entre os lares dos fazendeiros e os de seus escravos. Com isso, as Senzalas zoneavam-se no contexto das instalações rurais das formas mais diversas possíveis: podiam se apresentar de maneira a que não prejudicassem a vista da Casa Grande no cenário (distância baseada na visão); ou estar implantadas longe do domicílio do senhor, o suficiente para não ofenderem a sua família com o “cheiro natural” de algumas nações de negros (referência fundamentada na percepção social olfativa); ou deveriam encontrar-se a uma “distância de convocação da Vivenda” (separação estabelecida com base na audição). Era admissível que estivessem implantadas nas proximidades mesmas da residência do fazendeiro, dada a necessidade de se fiscalizar melhor a escravaria ou, também, de modo a que os escravos ficassem mais perto dos seus lugares de trabalho.

Em quaisquer direções buscadas, entretanto, os modos de alocação e arranjo das estruturas de uma Fazenda nos remeteriam, como já fora dito, à dinâmica necessária para permitir diferentes níveis de relações sociais entre senhores e servos. Nesse âmbito, e como não dispomos de parâmetros pertinentes para rememorar a veracidade narrativa dos dados concernentes aos locais de abrigos para escravos, lançaremos mão de dois modelos de Senzalas – ambos de natureza genérica - que nos ajudarão a relativizar a investigação das suas características basilares nos diferentes sítios coloniais. Inspirando-nos na investigação dos tipos de moradia elaborados nos setores rurais como um todo, tentaremos recompor agora algumas evidências principais dos espaços que puderam ter sido habitados pelos negros escravizados em Pernambuco.

Modelo 1: Senzala do tipo Cabana ou Barracão

Nas propriedades menores, onde apenas se cultivava mandioca, milho, feijão ou algodão, bastavam algumas choupanas de pequeno porte para abrigar os cativos. As choças arranjavam-se linearmente ou em círculos e eram muito toscas, de construção “ligeira”, feitas com tábuas e barro e recobertas com folhas de palmeiras. Seu teto era tão baixo que só no centro da construção uma pessoa conseguia manter-se perfeitamente ereta

e, em lugar de pregos, suas junções eram improvisadas com cordas que, uma vez amarradas, sustentavam as madeiras (AZEVEDO,1990: 117).



Figura 01: Ilustração do modelo de Senzala do tipo Cabana. Nota-se a simplicidade da construção.
Fonte: McDONALD, 1993, p. 177.

Um tabique²² feito de vime trançado dividia as cabanas em dois cômodos, destinando-se um para a dormida e o outro para serem cozinhadas e servidas as refeições; uma porta de taquara vedava a entrada. Comumente, os moradores desse modelo de habitação deitavam-se no chão, sobre uma esteira ou embrulhados em cobertores.

Tratava-se de uma morada térrea muito simplória, onde a água penetrava quando chovia e o vento soprava de toda parte - apesar de ela não conter aberturas para janelas -, dada a natureza precária do seu material construtivo. Uma variante desse exemplar era a casa dos trabalhadores livres, em que possivelmente se visualizava, além da porta, um ou dois interstícios a mais (AZEVEDO,1990: 117).

A palhoça não era um espaço para morar, porém um espaço para dormir, e, quando necessário, um abrigo contra efeitos climáticos. E o “habitar” se realiza no ambiente a sua volta, onde as pessoas trabalhavam em tarefas domésticas ou artesanais, cuidavam de crianças e descansavam.

22. Parede fina, geralmente de tábuas, para dividir compartimentos de casa (FERREIRA, 1993: 523).



Figura 02: Senzala-Barraco, com o relacionamento interpessoal se realizando em seu entorno. Litografia de I. L. Deroi. Fonte: SLENES, 1999, p. 161.

Figura 03: Organização de Senzalas do tipo Cabana/Barracão, com dimensões um pouco maiores e o habitar se realizando no entorno. Gravura de A. Y. Bingham em madeira
Fonte: SLENES, 1999, p. 167.



Figura 04: Organização de Senzalas do tipo Cabana, com a variação de mais número de aberturas nas paredes. Fonte: McDONALD, 1993, p. 177.

Sem maiores equívocos, esse tipo de “cubículo”, “casebre” ou “compartimento” de escravos deixava muito a desejar em termos de durabilidade e conforto espacial, tendo a exata aparência de uma cela num presídio. Há de se reconhecer, contudo, que, em certos aspectos importantes, as habitações dos cativos brasileiros – especialmente as choupanas – não divergiam muito dos padrões africanos, embora não exista nenhum documento que

comprove a intencionalidade da reprodução morfo-tipológica. Algumas destas semelhanças podem ter refletido, inclusive, em uma primeira instância, os limites de tempo, de material e de desenho arquitetônico impostos pelos senhores.

Em determinadas regiões da África, por exemplo, um rápido levantamento revelou que constantemente se usavam unidades com tamanho médio de 2.7 por 2.7 metros; estas dimensões são comparáveis às das cabanas de 3 por 3 metros e de 2.4 por 2.4 metros encontradas em Angola (SLENES, 1999: 165 e 166).

Os casebres tradicionais desses confins também eram normalmente baixos, tinham o teto coberto de colmo (ou seja, de palha, “sapê”, ou outro material vegetal, entrelaçado), e não possuíam janelas.

Modelo 2: Senzala do tipo Pavilhão

Esse tema condiz melhor com o tipo de Senzalas referenciadas no século XIX, as quais sobreviveram à abolição da escravatura, sendo reproduzidas como depósitos e residências de homens livres em Fazendas e em conjuntos habitacionais de operários das modernas usinas. O que as difere na atualidade é o fato de terem sofrido sucessivas modificações, restritas a acréscimos no número e nas dimensões dos seus antigos compartimentos (GOMES, 1998: 43).

Esse modelo compreende sucintamente os barracões/ pavilhões térreos alongados, de forma retangular, separados internamente em uma série de cubículos contíguos de 8 a 10 pés (isto é, um total de 2.7 a 3.4 metros) de largura, cada qual com uma saída individual. Sob recomendações, esses prédios posicionavam-se em uma só linha, estando voltados, na grande maioria das vezes, para o nascente ou o poente, com quartos de aproximadamente 5.3 metros quadrados e uma varanda (ou alpendre) comum de 1.8 metros de largura ao longo de todo o comprimento do edifício. Também há registros de Senzalas um pouco maiores, com largura variando de 3 a 4 metros e profundidade de 6 a 7 metros (AZEVEDO, 1990; GOMES, 1998).

Figura 05: Senzala primitiva do tipo Pavilhão, com compartimentos de cabanas dispostos linearmente em grupo. Litografia de Victor Frond. Fonte: SLENES, 1999, p. 155.



Escritores sulistas americanos aconselhavam, nos periódicos agrícolas publicados antes da guerra civil de 1861, que a Senzala escrava deveria ter no mínimo de 27 a 30 metros quadrados, sendo as menores planejadas para acolher marido, mulher e três a quatro filhos. Os registros arqueológicos demonstram, entretanto, que o seu tamanho na prática mudava muito, havendo desde algumas com apenas 21 metros quadrados, na Flórida e Carolina do Sul, até outras com 30 metros quadrados, na Geórgia, e 37 metros quadrados, na Virgínia (ORSER JR., 1992: 111).

Distintos depoimentos de viajantes e, inclusive, a observação de alguns alojamentos ainda existentes, nos fornecem mais informações a respeito da arquitetura dessas construções, conquanto não nos falem sobre diferenças claras nas moradias de solteiros e casais. Em geral, havia compartimentos separados para os homens e mulheres, com exceção dos casados e com filhos que ocupavam exclusivamente cada aposento. Aparentemente, a maior parte dos escravos vivia numa grande casa dividida em quartos com vãos de paredes de 3 metros de largura.

Não havia janelas, apenas portas. Não só isso: era corriqueiro possuírem uma porta única que se abria para o terreiro, permitindo ao senhor e ao feitor manterem uma vigilância estreita sobre os negros. Quando sucedia de existirem mais aberturas, estavam atravessadas por barras quadradas verticais de madeira, colocadas bem juntas, o que refletia a preocupação de impedir as fugas. Ou então, ao invés vez de janelas, possuíam

uma abertura de 30 a 40 centímetros abaixo do teto, a 4.1 metros acima do solo, que permitia ventilação e iluminação suficientes para todo o recinto (COSTA, 1998: 294).

A questão das técnicas construtivas utilizadas nas Senzalas estava vinculada à própria função dessas edificações. Se eram concebidas como casas, depósitos ou prisões, sua disposição deveria se adequar a esses fins. Mas, a grande incidência nos faz mencionar a utilização de materiais como a taipa de pau-a-pique, a aplicação de alvenaria de tijolos e, em casos mais específicos, o soerguimento de paredes em pedra e cal. A terra nua constituía o seu piso, no entanto, em construções um tanto mais refinadas e salubres, viam-se ladrilhos no chão. E, no que concerne à estrutura das cobertas, podemos dizer que resumia-se a terças de madeira escoradas nas divisórias, caibros roliços e ripas de embira. As cumeeiras podiam apoiar-se também em forquilhas²³ (ver imagem 03), tendo seu recobrimento de frondas de palmeiras ou telhas de barro do tipo canal, em duas águas²⁴ caindo para os lados mais compridos da casa.

Nenhuma das prováveis Senzalas remanescentes era dotada de compartimentos sanitários. As privadas ficavam atrás das cubatas, às vezes substituídas por barricas com água até o meio e colocadas no corredor, onde eram, diariamente, esvaziadas e limpas.

Além de apertadas, sem janelas e freqüentemente mal construídas, as habitações dos escravos eram comumente trancadas à noite, ficando os negros recolhidos desde o momento do sinal do feitor até o horário da faina no dia seguinte. O mobiliário interno dos casebres era escasso e o conforto, mínimo: os cativos repousavam em redes ou em camas (tarimbas) simples armadas sobre paus, que parecem ter sido feitas de acordo com um modelo africano²⁵. As crianças menores dormiam com as mães, as maiores possuíam suas tarimbas individuais, dormindo, em geral, duas delas em cada uma. Às vezes a cama era mais alongada, de forma a permitir que se colocasse um baú na extremidade. No

23. Tronco de madeira bifurcado. Ramificação em “V” na madeira (SLENES, 1999: 173). A utilização de forquilhas para sustentar as tábuas da cumeeira e dos lados de uma casa é típica de uma área extensa em Angola e na região do Congo.

24. Cada uma das superfícies inclinadas da cobertura, que principia no espigão horizontal (cumeeira) e segue até à beirada.

25. Os leitos nas casas da África assentavam-se em quatro forquilhas, de 40 centímetros a 1 metro acima da terra, sobre as quais formam estrados, para estenderem as esteiras onde dormem (SLENES, 1999).

Brasil, também eram utilizadas como jiraus ou guarda-comidas da Senzala (COSTA, 1998; SLENES, 1999).



Figura 06: Mobiliário interno dos compartimentos. Desenho de Guillobel, 1812. Fonte: PINSKY, 2004, p. 67.

No centro do edifício havia um longo corredor e alguns fogões primitivos, nos quais os negros preparavam, uma vez ou outra, pratos simples ao voltar do regime pesado de trabalho: peixes e caças do mato, junto com frutas e legumes. Pelo número reduzido, podia trata-se de serem fogos comunitários. No caso das Senzalas do tipo pavilhão, com aposentos para solteiros e outros para famílias conjugais, há indícios de que havia uma fogueira em cada cubículo e, portanto, de que cada casal tinha uma lareira própria (SLENES, 1999: 182). À noite, terminando o serão, quando fazia frio, os servos amontoavam-se de cócoras em redor do fogaréu, fumando e conversando em grande algazarra.

Um ganho importante decorrente do controle sobre o preparo dos alimentos e, conseqüentemente, sobre o ritual de comer parece ter sido a substituição das cuias ou das gamelas de barro - aproveitadas por duas (ou mais) pessoas - por recipientes maiores. É possível que muitos africanos tenham provindo de sociedades em que era praxe tomar as refeições em recipientes comunitários, contudo, não seria surpreendente se os escravos chegassem a identificar o ato de alimentar-se em gamelas com o cativeiro (ou pior, com a condição de animais), e daí passassem a valorizar o uso de vasilhas individuais -

inclusive de pratos feitos com material “mais nobre” do que as cuias – como prática que poderia distanciá-los um pouco da sua condição social (SLENES, 1999: 195).

De fato, um conjunto pequeno de louças usadas não estaria fora da possibilidade de compra de um escravo. A venda de alguns dos seus produtos teria lhes permitido a aquisição de objetos que, mesmo sendo de pequeno valor monetário, provavelmente eram de um alto valor simbólico para a manutenção e dignidade humana frente às pressões da escravidão. Há a observação nos relatos históricos de algumas panelas, louças, talheres de prata e pequenos utensílios dentro das cabanas dos serviçais (SLENES, 1999: 196; McDONALD, 1993).

Os “objetos” do tráfico teriam reconhecido nas Senzalas brasileiras uma gramática do espaço que não lhes era totalmente estranha e teriam, por conseguinte, elaborado maneiras de usá-la em seu proveito. Em resumo, as dimensões dos cômodos e, amiúde, os seus materiais, técnicas de construção e planos internos não foram completamente alheios aos trabalhadores, por conta, primeiro, das coincidências entre certas imposições de seus donos diante da sua herança africana e, segundo, considerando-se que eles mesmos conquistaram o poder de decidir sobre alguns aspectos de suas habitações.

É possível que tenham existido duas Senzalas nos Engenhos e Fazendas pernambucanos, uma para os escravos encarregados pelas tarefas da Casa Grande e outra para os escravos envolvidos na agricultura e na produção do açúcar (GOMES, 1998: 48). Entretanto, a maior parte dos viajantes nem sequer se preocupou em decifrá-las, insistindo em percebê-las através de lentes etnocêntricas e burguesas e caindo na incompreensão dos seus detalhes arquitetônicos. Eis certas imagens que nos restaram para apreciação das Senzalas-pavilhão no Nordeste:

- Senzala do Engenho Matas, no Cabo de Santo Agostinho, PE

Fonte: GOMES, 1998, p. 44 e 45.



Figura 07: Fachada.

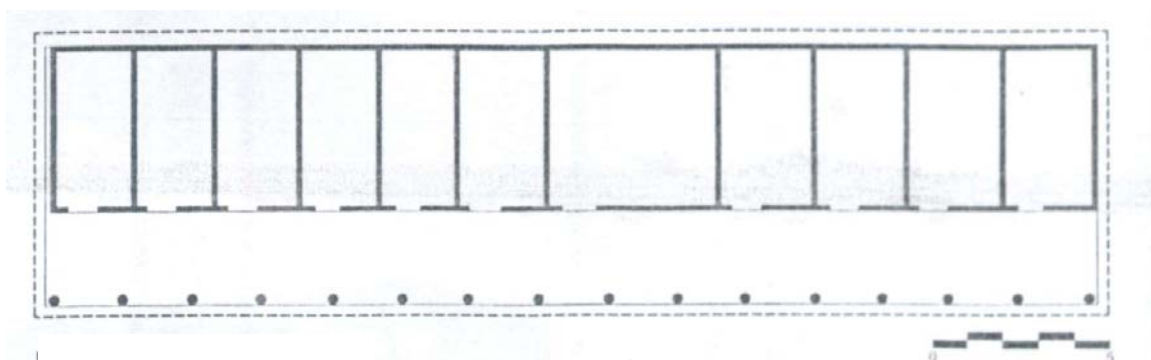


Figura 08: Planta Baixa. Compartimentos de, aproximadamente 2,5 m x 5,5m.

- Senzala do Engenho Jurissaca, no Cabo de Santo Agostinho, PE

Fonte: GOMES, 1998, p. 43 e 44.



Figura 09: Fachada.

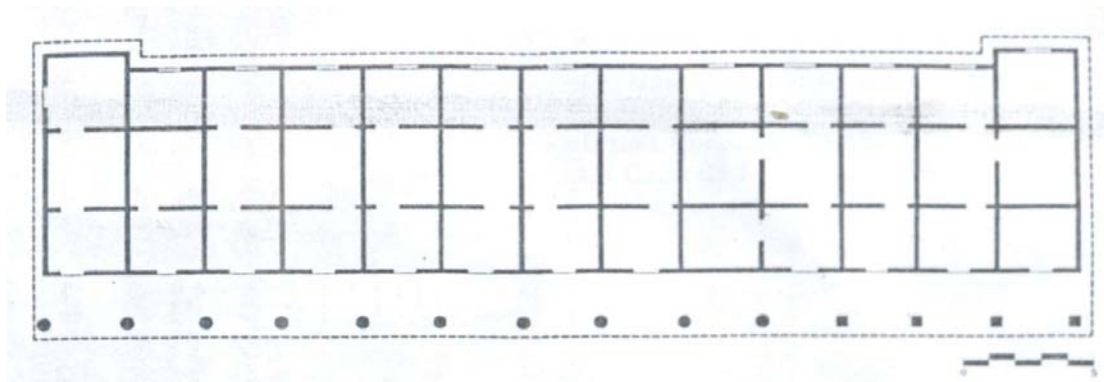


Figura 10: Planta Baixa. Compartimentos de, aproximadamente 3,0 m x 3,0m.

- Senzala do Engenho Coimbras, no Cabo de Santo Agostinho, PE

Fonte: GOMES, 1998, p. 46.



Figura 11: Fachada.

- Senzala do Engenho Tinoco, em Rio Formoso, PE

Fonte: GOMES, 1998, p. 44.



Figura 12: Fachada.

- Senzala do Engenho Pimentel, em São Sebastião do Passe, BA

Fonte: AZEVEDO, 1990, p. 156.

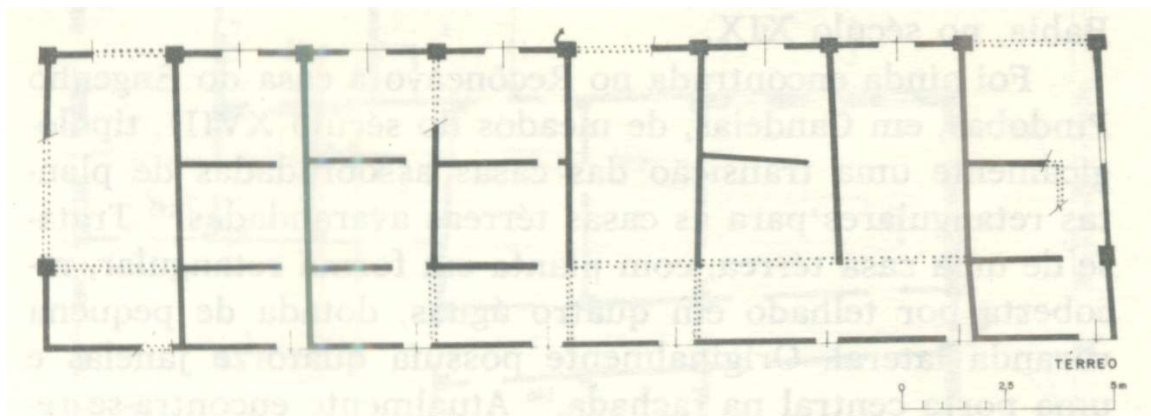


Figura 13: Planta Baixa. Compartimentos de, aproximadamente 3,0 m x 2,5m.

- Senzala do Engenho Vitória, em Cachoeira, BA

Fonte: AZEVEDO, 1990, p. 156.



Figura 14: Fachada

- Senzala do Engenho Uruaê, em Condado, PE

Fonte: GOMES, 1998, p. 44 e 45.

Figura 15: Fachada

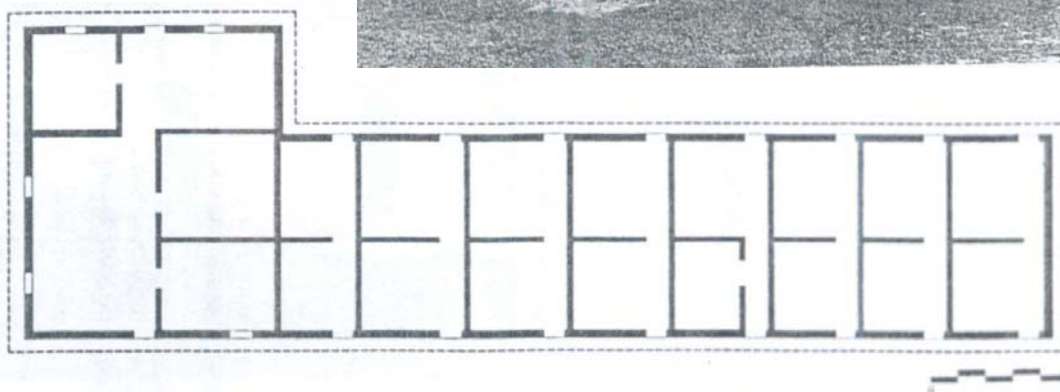


Figura 16: Planta Baixa. Compartimentos de, aproximadamente 4,2 m x 4,0m.

- Senzala do Engenho Santa Cruz, no Rio Formoso, PE

Fonte: GOMES, 1998, p. 45.



Figura 17: Fachada

• Sabe-se da existência de outras Senzalas, mas não se tem nenhum registro mais detalhado das suas plantas e fachadas. São exemplos: o Engenho Goitá, com 12 Senzalas; o Engenho São Bernardo, com 5 Senzalas; e o Engenho Mussurepe, com 2 Senzalas.

3. UM ESPAÇO BENEDITINO RURAL: A FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE

3.1 – Aspectos Históricos

O desvendamento ao público dos recursos arquivais dos Mosteiros beneditinos pelo Livro do Tombo de 1764 (1946-47) trouxe valiosa contribuição para melhor esclarecer fatos imperfeitamente conhecidos e ressuscitar episódios consideráveis caídos em olvido. A importância da documentação eclesiástica de toda a espécie sobre os eventos coloniais brasileiros atinge, senão a História geral ou regional, mas a compreensão dos acontecimentos locais e dos costumes do país realizados até hoje. Desses apontamentos emergem novos acréscimos biográficos preenchedores de lacunas, facilitando perceber o que representa a valia de tal aporte para os dias atuais.

A propósito deste particular, basta que nos lembremos o quanto nos fatos pernambucanos tem saliente lugar a obra dos beneditinos: os monges dessa Ordem eram, além de fortes empreendedores da fé católica, grandes edificadores. Priorados, Presidências, Capelas, Engenhos e Granjas chegaram a ter no Brasil a representação direta dos frades religiosos; e, à todas essas e demais propriedades, regia severa escrituração e excelente contabilidade, somadas à mais rigorosa afiliação de títulos de domínio.

Pelo índice das “*Escrituras e mais papéis*”, pertencente ao manancial dos principais registros trasladados para o Livro do Tombo (1946-47: VIII), pode-se perceber a constância de “*escrituras de doação, compra e venda, concessão de sesmarias, testamentos e verbas testamentárias, traspases de foros, atos de posse, provisões e ordens régias, obrigações de capelas de missas, termo de demarcação, de administração e obrigação de bens encapelados etc.*”. Em meio deles havia também cartas de alforria, roteiros e mapas.

A distribuição territorial específica das Fazendas e Engenhos que compõem a lista de bens do Mosteiro beneditino na Capitania de Pernambuco - e que passaram a integrar o

seu patrimônio através de transmissões gratuitas ou vendas - é abundante. No entanto, o interesse desse estudo em particular se reporta apenas para o perímetro onde fora implantada a Fazenda de São Bento de Jaguaribe, no Distrito de Igarassu.

Segundo mencionado ainda no mesmo Livro do Tombo (1946-47: 17), as terras outrora pertencentes à Sesmaria Jaguaribe foram doadas por Duarte Coelho à família de Vasco Fernandes, no ano de 1540. Daquela região, inicialmente inculta, prosperaram dois Engenhos (o Jaguaribe e o Ayamã) e se fixaram algumas Fazendas, abrindo margem para uma produção agrícola de subsistência que cultivava café, arroz, feijão, mandioca, milho, hortaliças e frutas.

A localização geográfica dos setores de subsistência demonstrava claramente o quanto eles eram subsidiários à predominância da esfera exportadora. Nas grandes propriedades, as plantações organizavam-se de duas maneiras: entremeando a cultura principal ou em solos especialmente destinados a elas. Uma parte do cultivo ficava por conta do senhor, utilizando escravos que trabalhavam voltados para exportação; e a outra era feita pelos próprios servos, geralmente aos domingos. Desse modo, em caso de baixa nos preços do produto principal no mercado externo, as grandes lavouras eram que proviam o seu sustento particular no que dizia respeito à alimentação. Por outro lado, quando havia alta nos valores dos artigos exportáveis, o setor de subsistência era estimulado e o cultivo da cana-de-açúcar passava a ocupar toda a terra disponível para aumentar a saída em níveis favoráveis (DANTAS, 1988).

Nesse contexto, a obrigação de cana poderia ser comprada até mesmo por outros Engenhos vizinhos, independentemente da propriedade das terras. Antonil refere-se a essa operação como uma prática corriqueira e legal. Em 1647, por exemplo, o Mosteiro de São Bento de Olinda comprava em “Jagoaripe” um partido de cana, vendendo-o, por sua vez, por “dois nove anos” para outras instâncias. (FERLINI, 1988: 181). A ocorrência pode ser apreciada também pela *“Escritura de venda que fes Paulo de Almeida a hum partido de canas a este Mosteyro em Jagoaripe”* (Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento de Olinda, 1948: 17), indicando, inclusive, as primeiras informações que se aproximam da provável data de estabelecimento das atividades naquela área, já que essa notícia não é hoje sabida ao certo.

Na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, os beneditinos, desde o princípio, modificaram o “habitat” natural local, com a introdução das atividades agrícolas e pastoris. Aumentaram também, gradualmente, a cadeia de comércio com a metrópole através da negociação de cerâmica, sal e cal fabricados no sítio. Mas, se dispomos de profusas informações com relação à economia de prestígio vinculada aos anseios coloniais e estimulada nessa propriedade rural, é necessário, da mesma forma, relacioná-las com determinados aspectos da prática cotidiana que as influenciavam diretamente. A saber, existia igualmente uma série de edificações complementares que, em conjunto, davam suporte às diligências exercidas naquele meio e que, com o tempo, foram sendo construídas e reformadas para melhor satisfazer o seu funcionamento.

Na medida em que analisamos o volume histórico intitulado como “Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda”²⁶ (ROCHA, 1948) podemos contemplar com apreço mais algumas descrições sobre as instalações da Fazenda Jaguaribe. Essa fonte, dentre outros aspectos, traça cronologicamente a provisão de pequenos concertos, reparos maiores, recomposições e novas construções nos edifícios do núcleo rural (Capela, Senzala, Casa de Vivenda, Olaria, Estribaria, Salina, Fornos de Cal e Armazéns), inclusive anunciando os materiais que foram empregados nas obras.

Nesse ínterim, mencionaremos a seguir os principais apontamentos elaborados para as atas do triênio administrativo do sítio que podem, direta ou indiretamente, se reportar às características morfológicas das suas unidades de Senzalas e às conseqüentes modificações nelas ocorridas:

- 16/02/1828 até 1830: “(...) *reparou-se a senzala e fez-se huma de novo* (...)”.
- 05/09 até 30/05/1835: “(...) *Fez-se a Olaria sobre pilares por ter cahido na Fazenda de Jaguaribe, e vários reparos na fazenda... (...)*”.
- 18/06/1851 até 03/04/1854: “(...) *e concertou-se tão bem a capella de Jaguaribe, e outras muitas obras nas Fazendas (...)*”.

26. Coletânea dos relatórios executados desde o ano de 1828 até 1893 – denominados “O Estado de sua Administração” - entregues por Abades e Presidentes ao Capítulo geral após cada triênio de atividades. Essa compilação documental abrangia toda a administração do Mosteiro e do seu patrimônio (urbano e rural), com as devidas receitas e despesas concernentes a cada localidade (ROCHA, 1948).

- 04/06/1854 até 20/07/1857: “(...) *acha-se também em grande ruína um dos lances das senzallas dos escravos (...)*”.
- 21/06/1857 até 31/03/1860: “(...) *as senzallas dos escravos se tem atamancado; e levantado algumas paredes que tem cahido*”.
- 27/07/1860 até 31/03/1863: “(...) *Poucas obras ali se fizeram apenas consertei o que achei reedificado somente duas senzallas (...)*”.
- 18/06/1863 até 31/03/1866: “*Nesta Fazenda todas as suas obras acham-se em completa ruína (...) e reclama uma nova cobertura bem como as senzallas, cujas cozinhas vão caindo uma atrás das outras (...)*”.
- 18/06/1866 até 31/03/1869: “*Fizeram-se vários concertos nas senzallas quanto foi possível (...)*”.

O Manuscrito relata ainda que, em grande parte das vezes, os escravos que ali conseguiram se alforriar obtiveram os seus respectivos despachos gratuitamente, após avaliação do Concelho, ou dando por si quem os substituíssem na lida. Houve poucos casos em que a liberdade foi obtida por compra particular. Em 1871, enfim, todos os trabalhadores foram libertados, considerando-se ter sido a escravidão oposta à razão, à consciência e à religião.

De acordo com Henry Koster (1978) a mão-de-obra escrava dessa propriedade beneditina alcançava uma margem próxima a 100 (cem) homens, de todas as idades, incluindo o seu feitor – um negro escravizado, com serviçais próprios. As crianças, no entanto, só começavam a trabalhar a partir dos dez ou doze anos e, mesmo assim, apenas executando tarefas leves. Todavia, na data da libertação, somente pertenciam ao sítio 37 (trinta e sete) indivíduos escravizados (ROCHA, 1948).

Estranhamente, em Setembro de 1877, os direitos sob a Fazenda de São Bento de Jaguaribe foram transmitidos para o senhor Manoel Francisco de Mello pelo valor anual de 400\$000 (quatrocentos mil réis), no momento em que, aparentemente, as terras dos frades mantinham-se em pleno proveito econômico. Após este ocorrido, no final do século XIX a área arrendada foi desativada, entrando num processo contínuo de

destruição. Presentemente é sabido da existência de um contrato de comodato com a Associação Santa Clara para reger os limites do lugar (CARRÉRA, 2005: 47).

3.2 – Dados Geo-morfológicos

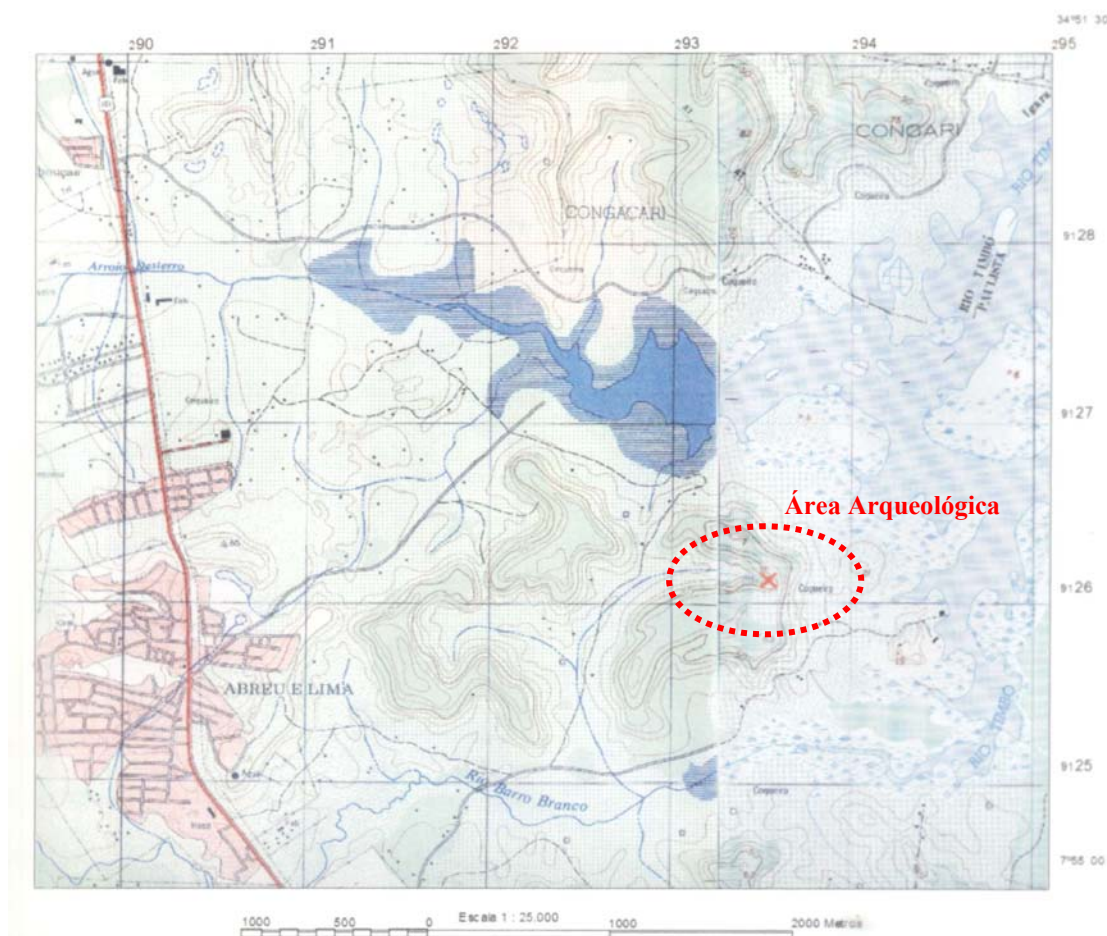
Pertencente à Região Metropolitana do Recife, o sítio arqueológico motivo de análise nesta pesquisa encontra-se situado na Zona do Litoral Norte do Estado de Pernambuco, a qual unifica os limites entre Recife, Olinda e Camaragibe e se estende até a divisa com a Paraíba. Esse setor corresponde à demarcação geral composta pelas municipalidades de Araçoiaba, Goiana, Itamaracá, Itapissuma, Itaquitinga, Paulista, Igarassu e, finalmente, Abreu e Lima - lugar de ancoramento para as nossas abordagens e onde se localiza o nosso objeto de estudo.



Mapas 01 e 02: Localização geográfica do sítio arqueológico em estudo.

Fontes: CARRÉRA, 2005: 44; www.guiapernambuco.com

A Fazenda de São Bento de Jaguaribe apresenta-se zoneada no topo de uma elevação da planície costeira, a uma altitude de 69 metros acima do nível do mar, e corresponde às coordenadas de 34°52'21,2" de longitude Oeste e 07°54'07,4" de latitude Sul. Trata-se de uma área rural onde o acesso é feito por estradas de barro, que dista 4 Km do centro do seu município e 14 Km da cidade do Recife. O rio Maria Farinha compõe o seu entorno mais próximo, circundando-a, deslocando-se entre os mangues e demais córregos e formando, ao longe, novos braços de rio.



Mapa 03: Zona de Implantação da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.
Fontes: Detalhe das cartas da SUDENE – Folha SB.25-Y-C-VI/3-SO MI-1293/3-SO

As análises mais recentes organizadas para o estudo geológico da região confirmam que o campo dos depósitos quaternários e terciários adelgaça-se da Paraíba em direção ao sul do país e se soma ao Embasamento Cristalino, que denota apenas uma estreita faixa da porção oeste da zona de Litoral Norte do Estado. Dentro dessa totalidade, a Fazenda de Jaguaribe pertence à Bacia sedimentar do liame Pernambuco-Paraíba, que está segregada pelo chamado “Lineamento de Pernambuco”. Mais especificamente, numa

observação minuciosa das suas aparências tectônicas, o sítio enquadra-se na sub-bacia Olinda, integrada pelas formações Barreiras (com depósitos areno-argilosos não consolidados, de origem continental, pertencentes aos períodos Terciário e Quaternário), Gramame (de origem marinha, com sedimentos deposicionais calcários e de margas, do Campaniano/ Maastrichtiano), Beberibe (constituída por arenitos continentais do Santoniano/ Campaniano) e Itamaracá (formada por arenitos calcíferos do Campaniano) (BARBOSA, 2004).

O clima é definido para o ambiente da Fazenda como sendo Tropical Úmido e, na classificação de Köppen, que se apóia nas variações de temperatura e das precipitações no decorrer do ano, delibera-se como do tipo Pseudo-tropical (ou As'), estando exposto às massas de ar marítimas. Afora isso, apresenta índices pluviométricos anuais de 1.610,7mm em média, servindo-se de chuvas desde Abril até Agosto. Os meses mais secos são Novembro e Dezembro.

Os fatores climáticos provocam temperaturas médias oscilando a cerca de 24° C, nos períodos frios, e máximas de 27° C, nos meses quentes. Em épocas com temperatura menos quente, a média térmica é superior a 18° C, com chuvas de Outono-Inverno motivadas por ciclones da Frente Polar Atlântica (CARRÉRA, 2005: 46).

As matas densas, indicadoras de solos férteis, constituíram “o *front*” de ataque da maioria dos lavradores coloniais, restando, na atualidade, só algumas frações remanescentes de cobertura vegetal nas encostas de colinas e morros. No grupo restante de Mata Atlântica das reservas de Miritiba e São Bento, no município de Abreu e Lima, embora bastante degradada pela invasão de trabalhadores rurais, podemos apreciar variadas espécies, tais como a Barbatimão (*Abarema cochliocarpos*), Cabotã-leite (*Thyrsodium schomburkianum*), Cajueiro (*Anacardium occidentale*), Camaçari (*Caraipa densifolia*), Cupiúba (*Tapirira guianensis*), Embaúba (*Cecropia adenopus*), Embiriba (*Eschweiera ovata*), Embiridiba (*Buchenavia capitata*), Ingá (*Ingá spp*), Louros (*Ocotea spp*), Munguba (*Bombax gracilipes*), Murici da mata (*Byrsonima sericea*), Paquevira (*Heliconia angustifolia*), Pareira da Mata (*Luchea Ochrophylla*), Pau d’arco (*Tabebuia sp*), Sucupira branca (*Bowdichia virgiloides*) e Visgueiro (*Parkia pendula*) (PERNAMBUCO; CPRH, 1991; CARRÉRA, 2005; Pesquisas Arqueológicas de Campo, 2006)

3.3 – A Prospecção Arqueológica

“En los lugares habitacionales la deposición de los vestígios materiales suele producirse de una forma paulatina e espontánea como resultado de las actividades domésticas llevadas a cabo en ellos. Estos sitios dan lugar a interpretaciones sobre las pautas de organización económica, social y política de las comunidades que los produjeron.”

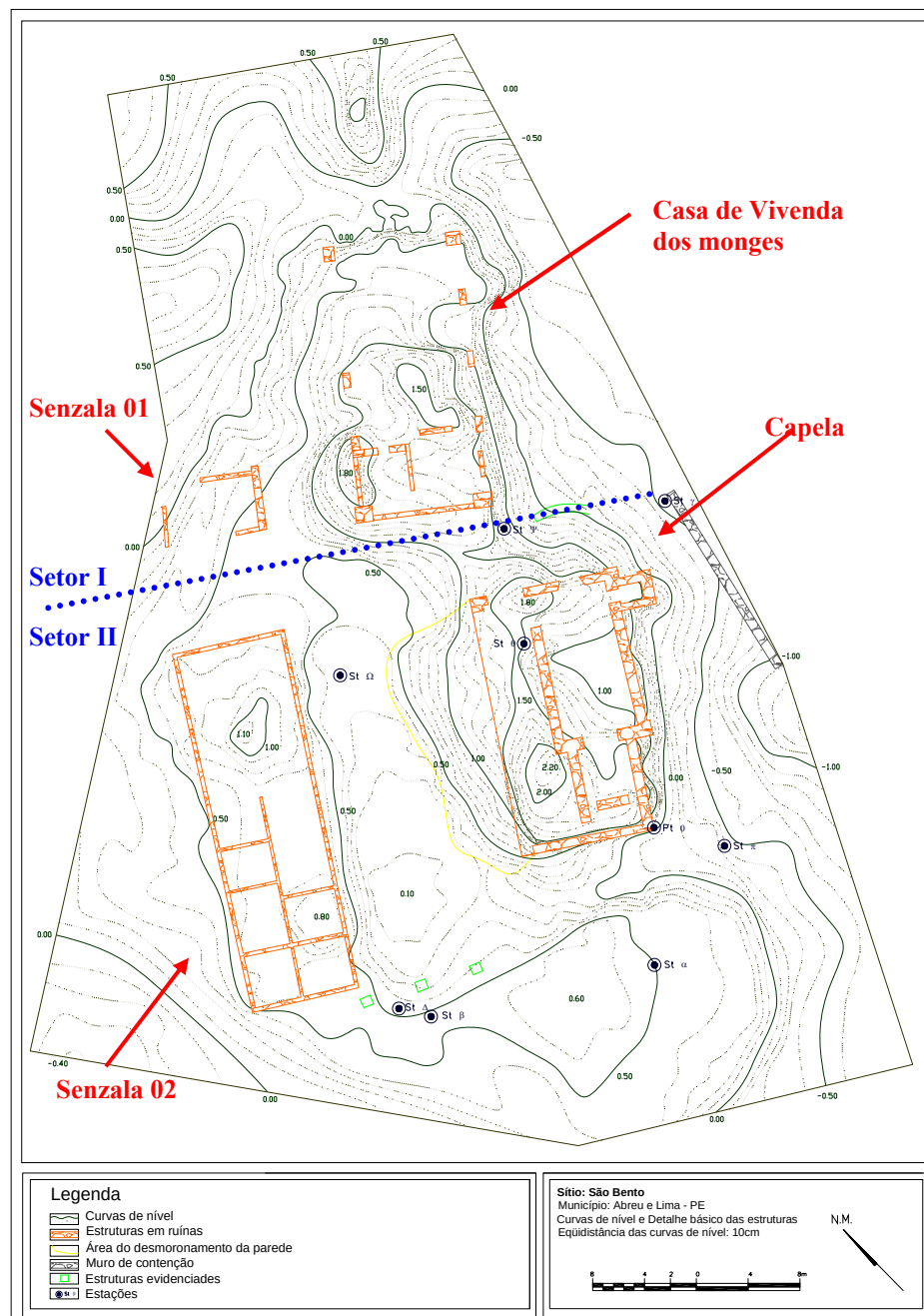
Leonardo García Sanjuán, 2005: 48.

Fundada sob a forma de uma investigação científica acadêmica, a pesquisa na Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe foi estruturada, primordialmente, sob os enfoques provenientes da Arqueologia. Através das informações obtidas, procurou-se identificar o uso das estruturas arquitetônicas evidenciadas a partir da hipótese de que o espaço significava uma área de moradia para os trabalhadores escravos. Foi, assim, necessário estabelecer um diálogo entre a cultura material - dado eminentemente arqueológico – e as fontes representadas pelo capítulo da história da técnica e engenharia luso-brasileira do Período Colonial; neste caso, os edifícios de habitação destinados aos servos.

A elaboração do diagnóstico envolveu antes uma apreciação das fontes orais e da análise da documentação textual concernente ao tema estudado, mas, no momento, nos deteremos aos aspectos relacionados às prospecções realizadas no local e aos resultados iniciais obtidos.

Uma primeira vistoria no sítio como um todo mostrou a total degradação e destruição das armações arquitetônicas superficiais. As ruínas da antiga Capela e de uma outra edificação construída mais a nordeste e a marcação no piso das delimitações estruturais do que seriam as Senzalas, a norte e a noroeste, constituem as únicas evidências materiais que podem testemunhar a distribuição espacial da antiga ocupação. Assim como na maioria dos Engenhos, essa Fazenda seguiu um padrão de ocupação que dava preferência por locais altos, com a visibilidade privilegiada e na proximidade de

curtos d'água. Esses dados puderam ser verificados por Cláudia Oliveira (2005) e comprovados na 1ª Campanha de pesquisas de campo, realizada por Mércia Carréra (2005), entre Fevereiro e Março de 2005.



Planta Topográfica 01: Estruturas remanescentes da Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

Os trabalhos da 2ª Campanha tiveram início no mês de Janeiro, envolvendo primeiramente as observações arqueológicas no chamado Setor I, onde está implantada a provável Casa de Vivenda dos monges beneditinos. As prospecções no Setor II vieram

em seguida, estendendo-se de 06 a 17 de Fevereiro de 2006, e contemplaram justamente o zoneamento de inserção do nosso objeto estudo de caso: a Senzala 02²⁷ (ver Planta Topográfica 01). Todas as atividades práticas agenciadas *in situ* nesse último setor tiveram a coordenação geral da Prof^a. Dr^a. Cláudia Oliveira e contaram com o apoio do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Fundação Seridó e da Prefeitura Municipal de Abreu e Lima, órgão que proveu a manutenção de transporte, de operários e da alimentação durante todo o período de pesquisa no local. Houve também o auxílio de uma equipe composta por alunos do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da UFPE, alunos da Graduação de História da UFPE e da FUNESO²⁸.

A primeira atividade executada no sítio, após a limpeza prévia da vegetação por meio de mão-de-obra local, foi a prospecção de superfície. Um dos componentes desse método foi a varredura sistemática, onde os membros da equipe caminharam lado a lado inspecionando o solo em busca de artefatos. A vantagem óbvia da técnica é permitir uma cobertura extensa e regular do terreno em que está a edificação, além de possuir um resultado imediato bastante revelador visto que, através dela, pode-se perceber, de princípio, onde ocorrem as maiores concentrações de material, quais as suas dimensões e como elas se distribuem no espaço. Poder contar com essas informações auxiliou enormemente a tomada de decisões, e por si só já justificou os procedimentos posteriores.

O controle espacial foi orientado através de equipamento de topografia (um Nível ótico/ mecânico), visando o domínio planialtimétrico dos achados arqueológicos. Complementando, adotou-se o sistema de balizamento por linhas²⁹ (de 2,0m x 32,0m) que, ao cruzar toda a área, permitiu uma visualização ampla do processo construtivo e deposicional local e evidenciou os diversos perfis estratigráficos existentes. O “grid” demarcado no terreno foi, então, dividido em quadrículas de 2,0m x 2,0m, identificadas por um código alfa-numérico que norteou o registro do posicionamento vertical e horizontal das peças e das estruturas. Por sua vez, cada quadrícula foi subdividida em

27. Nomenclatura utilizada apenas neste trabalho, não tendo maiores significados além do que esse que serve para designá-la individualmente e diferenciá-la do outro espaço de mesmas características.

28. Fundação de Ensino Superior de Olinda.

29. As trincheiras foram definidas dando continuidade ao alinhamento e numeração utilizados para o Setor I (Casa de Vivenda); e possuem no Setor II uma medida geral de 2,0m x 32,0m (cada fileira).

quatro quadrantes menores, de 1m² cada, nomeados com letras minúsculas (a, b, c, d) e sondados de acordo com a necessidade informativa.



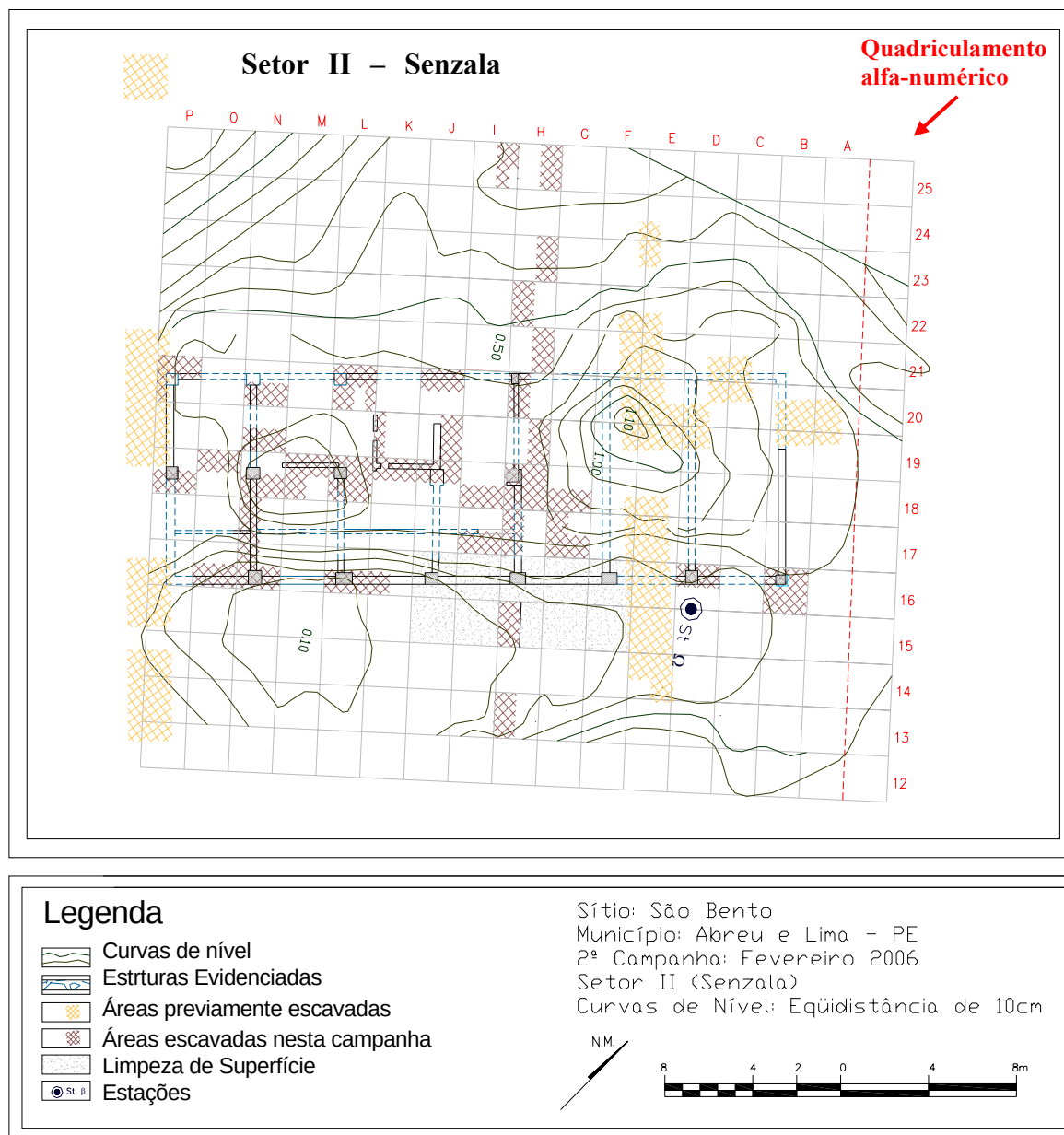
Foto 01: Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Vista da área pesquisada antes do início da prospecção arqueológica.
Autoria: Carlos Rios.

Como as camadas sedimentares do ambiente já haviam sido conhecidas pela 1ª Campanha - formando-se basicamente por sedimentos na dimensão granulométrica de areia e argila, com algumas intrusões de material de aterro -, as sondagens do Setor II foram dirigidas também via níveis artificiais, com decapagens³⁰ respeitando planos de 20 cm. A fim de evidenciar as estruturas de paredes, a escolha das quadrículas sondadas respeitou um formato horizontal do tipo “xadrez”, como referência inicial para indicar os alinhamentos em que as mesmas se posicionavam. À medida que iam aparecendo, abriam-se mais quadrantes para traçar os desenhos que eram compostos, formando os arranjos internos da edificação.

Em uma planilha foram anotados e gerenciados todos os dados obtidos em campo, incluindo fotografias e registros gráficos (perfis e plantas baixas) na escala de 1/20. Os artefatos coletados foram ensacados e encaminhados para o laboratório, com as respectivas etiquetas e a identificação específica de sua categoria (cerâmica, lítico etc.).

30. O termo “decapagem” se relaciona com a técnica utilizada em campo segundo a qual uma superfície do solo na escavação é tratada com utensílios apropriados, de maneira a não alterar a posição dos vestígios e apenas colocando-os em evidência. Representa, portanto, a exploração horizontal das camadas que os perfis notificam verticalmente (PERASSO, 1984: 17).

Após o término da prospecção, as quadrículas abertas receberam uma cobertura de plástico e todo o sedimento revolvido foi colocado novamente no lugar, fechando-as.



Planta Topográfica 02: Estruturas remanescentes da Senzala do Setor II.

3.4 – Descrição dos Alinhamentos Sondados

Alinhamento 13

A sondagem ocorreu na quadrícula “H”, apenas nos quadrantes a/b, correspondendo à parte longitudinal frontal da edificação. A intenção da abertura era verificar a transição de material e sedimentos encontrados entre a Senzala e a Capela. Foram achados poucos fragmentos artefatuais, dentre os quais havia grês, vidro e louça. Ao término da primeira decapagem, encontramos um perfil estratigráfico de sedimento orgânico e um solo de base de cor amarela não muito compactado por conta de ter sido remexido com as plantações de mandioca.

Alinhamento 15

A descrição desse alinhamento segue os mesmos dados fornecidos anteriormente pelo alinhamento A-13. Foram encontrados na 15H a/b pedaços de louça, vidro e cerâmica.

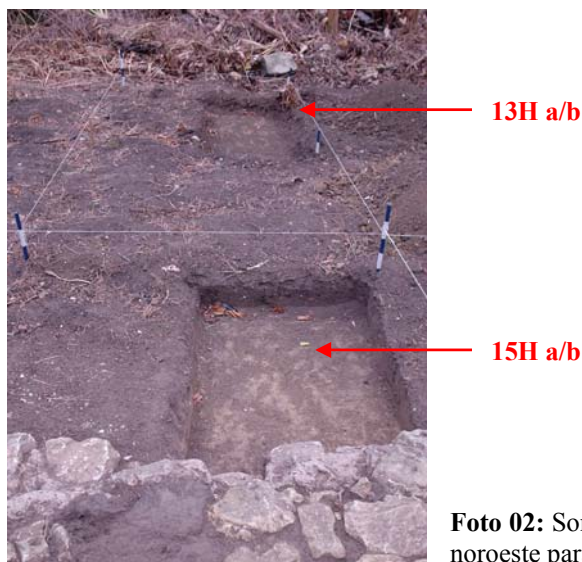


Foto 02: Sondagem nos alinhamentos 13H a/b e 15H a/b. Vista de noroeste para nordeste. Autoria: Fabíola Jansen.

Alinhamento 16

P	O	N	M	L	K	J	I	H	G	F	E	D	C	B	A			
b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	16
a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	

Desenho 01: Esquema do alinhamento 16.

Todo o alinhamento A-16 se sobrepõe aos primeiros indícios de construção do edifício. Na verdade, as quadrículas sondadas evidenciam estruturas de fundação que delimitam o comprimento total do prédio, de norte à oeste. As quadrículas 16E e 16P já tinham sido escavadas na 1ª Campanha e combinam-se acertadamente com essa observação.

Tratava-se de uma parede larga (de 0,35m de espessura), formada pela mistura de pedras grandes e irregulares (calcário e “cabeça de negro”) com pedaços de tijolos e argamassa de cal. Em sua extensão, notou-se a seqüência de oito pilares de 0,50m x 0,60m em média, construídos com o mesmo material. Via-se a marcação da divisão dos compartimentos internos partindo de cada uma dessas colunas portantes expostas.

Da 16F até a 16J foi realizada apenas uma limpeza de superfície mais apurada, uma vez que se encontrava aflorando nessas quadrículas um conjunto de pedras - calcárias na grande maioria - margeando a parede da Senzala. Pareciam formar uma escada de acesso para a edificação.



A sondagem da quadrícula “N” b revelou um contrapiso de calça - a um nível 0,12m mais baixo - que ainda resguardava as impressões das aplicações de pedras em 45°; provavelmente uma tijoleira. Nela foi encontrada uma moeda datando de 1869.



Foto 04: Contrapiso de calça com marcações em 45°. Alinhamento 16N b. Autoria: Cláudia Oliveira.

Ossos, louças, cerâmicas, botões, metal, grês e seixos foram os artefatos achados ao longo da trincheira. Ademais, fragmentos de cachimbo foram coletados na 16B.

Alinhamento 17

Não aparecem grandes indícios de estruturas nesse alinhamento, a não ser o trecho de uma das paredes internas na quadrícula “N” a/b. Além disso, surge nesse mesmo local parte de uma soleira de tijolos, com 0,18m de largura, que vai ter continuação nas quadrículas “H” a/b e “I” a/c - onde houve uma segunda decapagem que a confirmou.



Fotos 05 e 06: Confirmação da soleira de tijolos através da segunda decapagem. A-17I a/c. Autoria: Fabíola Jansen.

Nesse caso, a escolha das sondagens no alinhamento 17 deu-se exatamente em razão de se tentar encontrar as possíveis entradas da edificação e verificar os sinais da presença de um terraço frontal, já que o limiar desse piso também fora verificado na extensão da 17E, escavada na 1ª Campanha.

Na 17N a/b observou-se o prosseguimento do contrapiso de calça visto no A-16N b, entretanto, sem a marcação das pedras.

Os vestígios encontrados foram os mesmos dos outros alinhamentos, atentando para a presença de um dente na “H” a/b e um cachimbo na “G” a/b/c. Dobradiças e pregos de metal foram achados nas quadrículas escavadas. Havia telhas inteiras e quebradas caídas por toda a 17G a/b/c, H a/b e I a/c.

Alinhamento 18

P		O		N		M		L		K		J		I		H		G	
b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d
a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c

Desenho 02: Esquema do alinhamento 18.

Esse foi o alinhamento que mais teve quadrículas sondadas dentre os outros e, por isso, iremos descrevê-lo por etapas:

A-18G a/c → corresponde a uma área de corte em um entulho de 0,75m de altura. Com a decapagem, encontramos uma reunião de tijolos desorganizados, medindo, aproximadamente, 0,30m x 0,16m x 0,06m e aparentando ser um piso. Havia argamassa nos pontos de junção entre as pedras e encontrou-se ali uma moeda de 1869.

Foto 07: Tijoleira do alinhamento 18G a/c.
Autoria: Fabíola Jansen.





Foto 08: Detalhe do ferro de passar roupas. Autoria: Fabíola Jansen.

A-18H → a quadrícula foi escavada por completo e apresentou uma estrutura de parede de tijolos, perpendicular ao muro frontal da construção, que culminava no balizamento de um pilar interno. Instrumentos de cozinha (garfo e faca de metal) e um ferro de passar roupas a carvão foram os achados mais curiosos do local. Também apareceu, no quadrante “a”, uma moeda do século XIX, com a data de 1862.

A-18I a/c → apenas apareceu um solo compactado, de coloração amarela, sem estruturas arquitetônicas. Dentre os achados estava uma moeda portuguesa carimbada pelo Banco Central e datada de 1753. Resolvemos fazer mais uma decapagem nesses quadrantes com o propósito de ter uma noção geral de como se comportava o perfil estratigráfico no interior da construção. Foram identificadas quatro camadas principais de sedimentos.

A-18J b/d e 18K b/d → encontrou-se o alinhamento de uma subdivisão estrutural interna erguida com retraços de tijolos e telhas argamassados. Visivelmente corresponde à uma construção mais recente, até mesmo por conta da espessura da parede com 0,17m, uma referência mais próxima das dimensões adotadas na atualidade.



Foto 09: Estruturas dos alinhamentos 18J b/d (acima) e 18K b/d (mais abaixo). Autoria: Fabíola Jansen.

A-18L e 18M a/b/d → novamente é evidenciado um pilar interno que segue de uma das paredes perpendiculares à fachada sudeste, vindo desde o A-16L. Dele, parte uma outra subdivisão que delimita um novo compartimento interno, com as mesmas

características das quadriculas anteriores citadas. Havia muita telha misturada aos sedimentos e verificou-se uma pequena concentração de ossos na 18L.



Fotos 10 e 11: Estruturas dos alinhamentos 18L (acima) e 18M a/b/d. Detalhe da subdivisão que parte do pilar. Autoria: Fabíola Jansen.

A-18N a/c e 18O b/d → em ambas as quadriculas evidencia-se uma tijoleira de piso com resquícios de calça na base de assentamento. Estas deveriam satisfazer a algum momento de reutilização do local, em interferências mais atuais. As pedras mediam cerca de 0,30m x 0,16m x 0,06m.



Fotos 12 e 13: Tijoleira de piso dos alinhamentos 18N a/c (à esquerda) e 18O b/d (acima). Autoria: Fabíola Jansen.

A-18P → corresponde ao limite lateral do edifício, isto é, à parede da fachada sudoeste. Na mesma cota e proporção dos outros pilares centrais, aparece uma coluna de sustentação, de pedra e cal. Concentração de ossos e fragmentos de louça (parte de um prato) e de cachimbo foram os artigos mais incidentes na quadrícula.

Alinhamento 19

P		O		N		M		L		K		J		I		H	
b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d
a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c

Desenho 03: Esquema do Alinhamento 19.

O objetivo principal das sondagens nessa linha foi o de atestar o alinhamento transversal das paredes provenientes do A-18, compondo o desenho arquitetônico interno da edificação. Essas estruturas apareceram, com algumas descontinuidades, nas quadrículas “J” d/c, “K” a/b (escavado somente a 0.50m de largura) e “N” a/c, respectivamente com os mesmos materiais mencionados.

Ossos, louças, cerâmicas, botões, metal e seixos foram os objetos achados na trincheira. Todavia, especialmente no quadrante “H” d/c, observa-se uma concentração maior de vidros, inclusive com uma garrafa quase inteira, ao meio do entulho de tijolos e telhas que indicam o provável tombamento de uma parede.



Fotos 14, 15 e 16: Estruturas das quadrículas “J” d/c (à esquerda), “K” a/b (no centro) e “N” a/c. Autoria: Fabíola Jansen.

Alinhamento 20

P		O		N		M		L		K		J		I		H	
b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d	b	d
a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c	a	c

Desenho 04: Esquema do alinhamento 20.

O alinhamento completo dessa trincheira obedece à marcação da fachada posterior do edifício (à noroeste), e a prospecção nas suas quadrículas serviu, sobretudo, para compará-la com o frostispício paralelo, à sudeste. Somado a esse fato, verificou-se ainda a finalização das divisões perpendiculares internas em todo o seu prolongamento, de norte à oeste.

Só foram avistadas colunas nas quadrículas “H” a/b e “P” a/b/d – quina final da construção. Na “L” foram enxergou-se apenas a marcação das argamassas no nível do solo, próxima a uma reunião de pedras caídas. Nesse meio, por sua vez, destacou-se um fragmento de telha com a inscrição “1C” gravada.



Foto 17: Estruturas da quadrícula “H” a/b.
Autoria: Fabíola Jansen.

Foto 18: Estruturas da quadrícula “L”.
Autoria: Fabíola Jansen.



Foto 19: Estruturas da quadrícula “P” a/b/d.
Autoria: Fabíola Jansen.

Os vestígios encontrados não diferenciaram dos achados nas outras linhas.

Alinhamentos 21H c/d, 22Ha/b, 23H c/d, 25H c/d e 25I c/d

Diz respeito às sondagens realizadas por detrás da parede posterior da construção. A descrição das quadriculas é praticamente igual, configurando uma camada de solo orgânico mais espessa e dando a impressão de uma área de preenchimento, com a aparição de raízes e bastante fragmentos de cerâmica e louça descartadas.



Foto 20: Vista dos alinhamentos 23H à 17H, de noroeste para sudeste.
Autoria: Fabíola Jansen.

A sequência das escavações no decorrer dos alinhamentos possibilitou a identificação de porções de parede, assim como de áreas com compactação diferenciada. O aprofundamento das sondagens deixou aparentes uma boa parte das fundações da construção, facilitando enormemente o entendimento do seu desenho arquitetônico bem como do material empregado.

A área escavada no interior da edificação parece não ter sido revirada, posto que, após uma fina camada de terra orgânica, surge logo um solo sedimentar amarelo (argila)

no mesmo nível da fundação arquitetônica evidenciada. Talvez esse estrato mais compactado indique o nível de ocupação no interior da Senzala.

É curioso, finalmente, observar que toda a parte lateral da edificação sondada na 2ª Campanha - a partir do alinhamento “N” até o “P” - parece indicar uma construção diferenciada do restante. Um dos principais indícios dessa afirmação quem sabe seja a calça que compõe o contrapiso desse trecho e, conseqüentemente, a tijoleira que se sobrepõe a ela.



Foto 21: Vista geral da prospecção, de oeste para leste. Autoria: Fabíola Jansen.



Foto 22: Vista geral da prospecção, de sudoeste para noroeste. Autoria: Fabíola Jansen.

3.5 – Exame do Material Arqueológico Coletado

O mapeamento dos achados arqueológicos na área cultural que se articula na hipotética Senzala evidencia materiais diversos, tais como líticos, fragmentos cerâmicos, de metal, ósseos, malacológicos, louças, frações de grês, vidros, cachimbos, botões e contas.

Como testemunho palpável de uma época remota, esses objetos norteiam, por sua vez, a Arqueologia auxiliando em direção à resolução de suas problemáticas e proposições, especificamente porque podem fazer inferência sobre a variedade cultural atestada dentro de parâmetros tais como a tipologia, a apropriação e avanço das técnicas e a funcionalidade nas representações. Por outro lado, cabe também à observação desses artefatos, a tentativa de decifrar os possíveis sistemas que os condicionava.

O tratamento dos dados provenientes da etapa de campo apresenta-se aqui em forma de análise preliminar, devido ao número elevado das leituras envolvidas - ao todo foram registradas 5.324 peças, fora o material construtivo encontrado em abundância. Mesmo assim, e embora não tão pormenorizado, o exame laboratorial pressupõe neste capítulo uma constante associação com as informações obtidas na primeira etapa de prospecções, sem a qual ficaria inviabilizado um controle mínimo da associação das amostras no contexto geral do sítio estudado. Assim, os elementos arqueológicos vestigiais foram trabalhados na forma de percentuais de incidência e analisados individualmente por categorias.

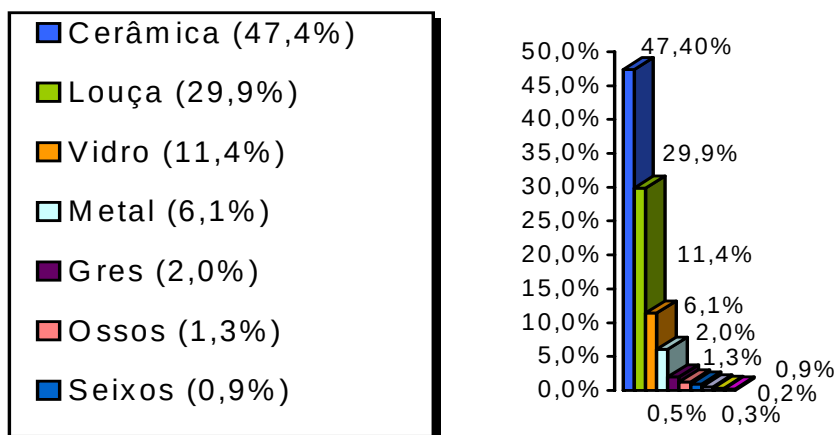


Tabela 01: Gráfico da frequência do material arqueológico no sítio. Setor II, 2ª Campanha.

3.5.1 - Vestígios Cerâmicos

Os artefatos cerâmicos constituem o material numericamente mais abundante no sítio estudado, oferecendo fortes semelhanças com aqueles encontrados na 1ª Campanha de prospecções.

A cerâmica normalmente descoberta nos sítios arqueológicos históricos apresenta-se de forma variada. São comuns aparecerem as vidradas (ou vitrificadas), as que possuem superfície polida ou engobada, as de pasta homogênea avermelhada e uma categoria que podemos considerar como cerâmica simples – a Neobrasileira, definida e caracterizada nas décadas de 60 e 70 como fruto do contato cultural entre nativos e europeus e, possivelmente, africanos (DIAS JR., 1988). Ao que parece, era imprescindível, naquela época, estabelecer uma distinção entre a cerâmica indígena pré-histórica e cerâmicas históricas relativamente mais simples (se comparadas às faianças européias ou mesmo às cerâmicas vidradas) presentes a partir do contato, ou ainda, das cerâmicas torneadas - também pertencentes ao período histórico -, que pressupunham manufatura e comércio.

Para a análise dos vestígios de cerâmica provenientes do Setor II da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, utilizou-se os seguintes procedimentos:

- todo o material coletado foi submetido à uma limpeza, seguida da numeração individual dos fragmentos e registro de procedência;
- na sequência, realizou-se a triagem das frações consideradas diagnosticáveis. O princípio adotado para isso foi a possibilidade de extrair informações sobre os padrões de decoração adotados, a tecnologia de confecção, a morfologia e os vestígios de uso nas peças, sendo selecionados, portanto, apenas os fragmentos que apresentavam atributos significativos;
- em um outro momento, os restos cerâmicos diagnósticos foram separados em conjuntos, de acordo com as suas propriedades morfológicas e do posicionamento no vasilhame (bases, bordas, bojos e apêndices, basicamente);
- uma vez identificados, esses conjuntos foram subdivididos segundo os tipos de queima e, assim, foi iniciado o exame.

Tabela 02: Totalidade dos fragmentos cerâmicos recolhidos nas sondagens

FRAGMENTOS CERÂMICOS	TOTAL	PERCENTUAL
1- Vestígios gerais coletados	2.525	100%
2- Vestígios descartados	765	30,3%
3- Vestígios analisados	1.760	69,7%
3.1- Classe diagnosticável	827	-
3.2- Classe residual	864	-
3.3- Não identificável	69	-

Vale, entretanto, antes de estreamos qualquer descrição, uma ressalva: devido à fragmentação elevada das peças, não foi possível reconstituir as suas formas originais. Mesmo assim, as notas elaboradas nesta etapa de trabalho sobre as principais características dos vestígios cerâmicos são plausíveis e podem, ao final, ser incitadas para definir alguma comparação com relação ao entendimento do uso desse artefato no passado.

A cerâmica arqueológica resgatada da Senzala 02 não apresentou variação tecnológica, sendo a totalidade dos fragmentos confeccionados com o emprego da técnica torneada (por roda de torno), possuindo a aparência granulométrica de areia fina ou média como antiplástico e espessuras variando entre 0,2 e 1,8 centímetros. Somente nos fragmentos denominados “crioulas” essa referência aumenta, alterando-se de 2,0 a 4,5 (trecho de borda) centímetros.

Para bem descrevermos os tratamentos de superfície, encaixamos o material cerâmico, até o presente, em quatro ações de tratamento: o alisamento simples que predomina e, em menor incidência, o alisamento com engobo vermelho (em ambas as faces da peça), o acabamento vitrificado – nas cores amarela, vermelha, marrom e verde - e, finalmente, as peças com pinturas. Nesse ínterim, surgem bordas, na maioria das vezes, diretas; bases planas – não houve nenhuma em pedestal -; e apêndices em formas de tampas, de alças e de asas convexas e oblíquas.

Caracterizando os campos decorativos, o material coletado apresentou uma pequena variedade na face externa, aparecendo os tipos Incisos (com incisões na superfície da cerâmica, feitas antes da queima, por intermédio da extremidade aguçada de

um objeto de ponta aguda) e com aplicações Dígito-unguladas (impressão na superfície, ainda úmida, ocasionada pela ponta do dedo e extremidade da unha, resultando em pequenas depressões regulares) (CALDARELLI, 2003: 57).

Analisando a fratura desses fragmentos, notamos que, quanto à sua coloração, de parede a parede, o material poderia ser classificado em dois padrões gerais que, por sua vez, têm correspondência com uma preferência cultural em relação à cor a ser obtida para as superfícies, revelando um “gosto” mais ou menos unificado:

- Queima 01: engloba os fragmentos que apresentam um “*continuun*” na coloração em toda a espessura da fratura, desde a superfície interna até a externa. No sítio ocorrem em tons vermelhos e, poucas vezes, em nuances mais claras, indicando uma queima oxidante completa.

Essa gradação mais clara (pasta bege) compõe a categoria das “cerâmicas leves”, que consiste em um tipo manufaturado com técnica mais elaborada, indicando um nível também mais elevado de padronização na confecção dos vasilhames (CALDARELLI, 2003: 59).

Tabela 03: Fragmentos cerâmicos do padrão de Queima 01

CATEGORIA	QUANTIDADE
Bojo	31
Borda	126
Base	12
Crioula	04
Telha	12
Cerâmica Leve (bojo/ base)	09
Vitrificada	173
Engobo vermelho	40
“Pintada” (vestígios de argamassa)	11
TOTAL	418
Classe residual	313
TOTAL GERAL	731

- Queima 02: diz respeito aos fragmentos que possuem a parte mais ou menos central da espessura da fratura se mostrando com uma coloração diferenciada das vistas nas paredes, ou seja, com um entretom distinto daqueles observados nas porções mais próximas às superfícies externa e interna. Em outras palavras, esses

cacos apresentam-se de forma bicolor (avermelhada nas extremidades e acinzentada no centro), revelando um processo de queima oxidante incompleto ou parcial - onde não houve fonte de calor suficiente dentro do objeto para proporcionar um alto grau de transformação físico-química da argila. O núcleo e as paredes são, geralmente, de espessura contínua em toda a extensão da fratura que envolve o fragmento; raros foram os casos em que ressaltamos núcleos de espessura oscilante.

Tabela 04: Fragmentos cerâmicos do padrão de Queima 02

CATEGORIA	QUANTIDADE
Bojo	122
Borda	215
Base	13
Apêndices	48
Pintada	11
TOTAL	409
Classe residual	551
Não identificados	69
TOTAL GERAL	1.029

A análise espacial em relação aos aspectos tecnológicos, morfológicos e funcionais revela que a cerâmica vestigial encontrada no Setor II é predominantemente utilitária e, de acordo com os dados levantados em cada unidade de quadrículas sondadas, parece ter sido de tamanho volumétrico reduzido. Em algumas áreas ainda ocorre, apesar dos anos decorrentes de cultivo do solo com implementos tradicionais, uma relativa alta nucleação do material arqueológico que, aparentemente, corresponde à áreas residenciais. Isso se deve ao fato de que, apesar dos desgastes pós-deposicionais, registraram-se em grande parte dos restos cerâmicos marcas de uso por fuligem, apontando um manuseio direto sobre o fogo e sugerindo, conseqüentemente, que os vasilhames poderiam estar associados ao processamento de alimentos (cocção e preparo), além de servirem simplesmente para o armazenamento e transporte de substâncias sólidas e líquidas. Uma maior proporção das categorias vidradas com relação à estatística das primeiras prospecções locais também confirma essa hipótese, visto que tal processo de vitrificação, conhecido como “Salt-glazed”, era aplicado em recipientes com igual função (LIMA, 1989: 218).

Parece ter sido relevante a apresentação detalhada desta etapa do trabalho, principalmente para que fique explicitada a maneira pela qual os dados foram extraídos e posteriormente comparados com os obtidos pela 1ª Campanha, enriquecendo as explanações e interpretações da remota exploração de recursos e de aspectos da estrutura social dos artefatos cerâmicos.

De modo geral, constatamos que as cerâmicas arqueológicas coletadas no segundo momento de sondagens no Setor II em nada se distinguem daquelas descobertas na Campanha anterior - a não ser pela presença de alguns fragmentos pintados -, apresentando, portanto, fortes similaridades de perfil técnico, o que poderia indicar que o mesmo enxoval utilizado pelos padres ao longo do sítio não se distinguiu daquele que foi permitido ser usado pelos escravos, embora não tenhamos dados muito mais consistentes para nos indicar precisamente essa relação.

→ Análise dos Cachimbos de Barro

Foram registrados, ao todo, 08 (oito) fragmentos de cachimbos nas delimitações pesquisadas da Senzala 02, também submetidos a um exame tecno-tipológico específico.

Quanto à morfologia, ocorre nos exemplares o tipo angular, o qual possui o forninho (cavidade que recebe o tabaco) e o porta-boquilha formando um ângulo reto (CALDARELLI, 2003: 64). A técnica de confecção das peças foi a moldagem, perceptível devido à visibilidade de vinco de junção nas partes; e foram observadas decorações com incisões lineares e pequenos carimbos. Alguns fragmentos não puderam ter o tipo determinado, por terem sido encontradas apenas partes dos forninhos.



Foto 23: Fragmento de bojo sem decoração



Foto 27: Cerâmica citoula torreada



Foto 24: Fragmentos de bordas diretas. Presença do tipo decorativo dígito unguilado (acima e à direita)



Foto 26: Cerâmica citoula torreada



Foto 25: Fragmentos de bases planas



Foto 28: Fragmentos cerâmicos vibrificados



Foto 29: Basebojo fragmentada com incisões curvilíneas



Foto 30: Fragmentos pintados (argemassea)



Foto 31: Fragmentos de bojo com apêlices em forma de asa corvina (acima) e asa retilínea (abaixo)



Foto 32: Fragmentos de bojo com incisões combinadas (retilíneas e curvilíneas)



Foto 33: Fragmentos de transição. Bordadojo (à esquerda) e bojo/fesse (à direita)



Foto 34: Fragmentos pintados. Coloração esbranquiçada e avermelhada

QUEIMA 02 - Oxidação Incompleta ou Parcial

 Foto 35: Fragmentos de bordas diretas	 Foto 36: Fragmentos de bases torneadas planas	 Foto 37: Fragmentos de borda com decoração longitudinal do tipo dígito-unguisado	 Foto 38: Apêndices fragmentados em forma de tampa	 Foto 39: Apêndices fragmentados em forma de alças	 Foto 40: Apêndices fragmentados em forma de asas convexas e oblíquas	 Foto 41: Fragmentos de fornilho e porta-boquilha	 Foto 42: Fragmento de cachimbo angular modelado com fornilho cônico e estrias incisivas	 Foto 43: Fragmento de cachimbo angular modelado de seção circular e estrias incisivas	 Foto 44: Fragmentos de cachimbos angulares com decorações variadas (incisões e carimbos pontilhados)	FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE 2ª Campanha Setor II VESTÍGIOS CERÂMICOS Autoria das Fotos: Fabiela Jansen PRANCHA: 02/05
--	--	--	--	--	--	---	--	---	---	---

CACHIMBOS

3.5.2 - Vestígios de Louça

Pela grande quantidade de informações que fornecem ao pesquisador propenso a estudar os sítios arqueológicos históricos, pode-se afirmar que as louças compõem um dos mais significativos elementos encontrados nestes ambientes. Em nosso trabalho, foi evidenciado um número total de 1.594 fragmentos de louça, que auxiliaram, de forma geral, nos questionamentos e conclusões da investigação na área da Senzala 02 como um todo.

Para a nossa análise desse tipo mais refinado de material utilitário doméstico, objetivamos identificar as técnicas decorativas aplicadas sobre as peças, buscando obter, presumivelmente, uma datação relativa pela combinação dos seus atributos (pasta, esmalte, cores, padrão etc.) e as atividades as quais elas estavam relacionadas. Além disso, sempre que possível, procuramos inseri-las no contexto dos subsídios bibliográficos preexistentes sobre o assunto, visto que não era tão comum a sua incidência em locais de habitação de escravos. Porém, devemos salientar que tratamos ainda de um esboço analítico um tanto quanto superficial, mas que permitirá, posteriormente, outros exames mais aprofundados.

Utilizamos os seguintes procedimentos para o tratamento dos restos vestigiais de louça, seguindo, basicamente, os mesmos artifícios de curadoria adotados para as cerâmicas:

- realizamos a limpeza e a enumeração dos fragmentos;
- identificamos e classificamos, inicialmente, as categorias em dois grandes grupos tipológicos: as faianças e as faianças finas – observados através das propriedades gerais mencionadas anteriormente. Vale salientar que nenhuma lasca de louça foi descartada, embora haja também a constituição de uma classe residual;
- em seguida, no interior dessa caracterização, foram subdivididos os fragmentos que apresentavam alguma forma de decoração daqueles que possuíam apenas um padrão mais simplificado;

- depois, foram organizados novos sub-grupos, que primavam por reunir as frações remanescentes possuidoras das mesmas técnicas de composição, remontando uma peça inteira, o que resultou na ressalva das seguintes qualidades: cor, padrão decorativo, variante, modelo e motivo decorativo.
- além disso, também buscamos estabelecer a quantidade mínima de objetos decorados. A fim de compreender melhor a amostra e aproveitando a identificação dos diversos períodos de produção nos tipos, foi necessário realizar uma análise quantitativa, a qual visou levantar informações sobre o intervalo entre a manufatura e a deposição desses itens no registro arqueológico a partir do método de datação desenvolvido por Stanley South³¹.

→ FAIANÇAS: tipo de louça branca, de pasta opaca, compacta, fratura irregular, porosa, de coloração bege a avermelhada e esmalte poroso branco (CALDARELLI, 2003: 119).

⇒ Faiança de Uso Interno:

As faianças de uso interno marcam o estabelecimento do fabrico desse produto em Portugal e datam do final do século XVI até o término do século XVIII. Estavam voltadas para atender a demanda do mercado interno lusitano e de suas colônias, e se caracterizam pela sua popularidade, com formas simples e decorações de motivos singelos.

Tabela 05: Louças do grupo tipológico das Faianças

GRUPO	Nº DE FRAGMENTOS	Nº MÍNIMO DE PEÇAS
Grupo 01	09	04 pratos
Grupo 02	38	---
Grupo 03	57	---
TOTAL	104	---

(Observação: o Grupo 02, possivelmente, se trata de uma variação do Grupo 01; e os fragmentos do Grupo 03 não foram identificados quanto ao seu padrão decorativo).

31. Diagramas dos intervalos de produção de cada tipo datável, criados como um artifício para se obter uma aproximação da época de ocupação de um sítio histórico a partir das evidências materiais nele existentes (SOUTH, 1994).

⇒ Faiança Tipo Exportação:

De tipologia variada, eram inspiradas nas porcelanas trazidas da China e demonstravam um cuidado mais apurado na sua confecção, servindo ao mercado de maior poder aquisitivo. Foi subdividida aqui por grupos, para facilitar o entendimento das suas características:

- GRUPO 01- Faiança T. E. da segunda metade do século XVI até o primeiro quartel do século XVII. São 02 fragmentos de 02 pratos.
- GRUPO 02- são 03 fragmentos de 01 prato de faiança T. E., produzido no terceiro quartel do século XVIII até o início do século XIX.
- GRUPO 03- 03 fragmentos de 01 prato do século XVIII / início do XIX.
- GRUPO 04- 04 fragmentos de 03 peças que, possivelmente, foram fabricadas entre o século XVIII e início do XIX.

Tabela 06: Louças do sub-grupo tipológico das Faianças (tipo Exportação)

GRUPO	Nº DE FRAGMENTOS	Nº MÍNIMO DE PEÇAS
Grupo 01	02	02
Grupo 02	03	01
Grupo 03	03	01
Grupo 04	04	03
TOTAL	12	07

→ FAIANÇAS FINAS: tipo de louça branca, de pasta permeável, porosa, opaca, de textura granular e quebra irregular que, para se tornar impermeável, é coberta com um esmalte (CALDARELLI, 2003: 120).

Quinze sub-categorias de faianças finas foram produzidas na nossa análise, todas presentes nas áreas sondadas do Setor II:

- GRUPO 1- Este grupo é conhecido, de forma geral, como sendo *SHELL EDGED*. O período de produção desse padrão situa-se entre 1775-1880, para as peças que possuem incisões ou relevo moldado, e entre 1780-1900, para as que foram apenas pintadas. Tais artefatos eram produzidos, principalmente, nas cores azul e verde, podendo também ser encontrados, em menores incidências, nas tonalidades rosa, púrpura, marrom, vermelha, vinho e preta. No sítio, foi achado e

classificado como pertencente a este grupo um número bastante relevante de fragmentos, aos quais podemos observar o seguinte quadro:

Tabela 07: Louças do sub-grupo tipológico 01 das Faianças Finas

FRAGMENTOS	PERÍODO DE FABRICAÇÃO
92 com incisões ou relevo modificado	1775-1880
36 apenas pintados	1780-1900
TOTAL	128 fragmentos

Entre os fragmentos analisados, podemos observar uma quantidade mínima de 15 peças, entre pratos e travessas. Verificamos também que entre os 128 fragmentos, exclusivamente 06 são da cor verde e constituíam, provavelmente, apenas uma peça.

- **GRUPO 2-** Técnica decorativa *DIPPED*, que consiste na aplicação de uma fina camada de argila colorida em forma de faixas e listras, criando relevo. O seu período de produção se inicia por volta de 1790 e se estende até o início do século XX. Esse tipo de decoração era utilizado basicamente em xícaras, canecas, malgas, bacias e urinóis. No sítio, foram encontrados um total de 184 fragmentos, constituindo um número mínimo estimado de 60 peças. Entre os fragmentos analisados, observamos uma grande variação na decoração, as quais podemos relacionar:

- a) As louças decoradas com faixas grossas e frisos policrômicos. Este tipo de decoração foi desenvolvido por volta de 1790 e perdurou até início do século XX. Fragmentos resgatados no sítio, pertencentes a este grupo, pertenciam a no mínimo 17 peças (127 fragmentos), e, possivelmente, tratavam-se de canecas e/ou malgas.
- b) Uma variação desta técnica decorativa é a chamada *WAVE*, que foi produzida até cerca da década de 40 do século XIX. Também policrômico, foi encontrado um número mínimo de 04 peças (07 fragmentos).
- c) Igualmente foi resgatada no sítio a variação da técnica *DIPPED* chamada “Faixa Azul”, produzida por volta de 1840 e durante a década seguinte. Da área, podemos observar o mínimo de 04 peças, provavelmente na forma de caneca (26 fragmentos).

- d) Variação denominada “Moca”. Produzidos entre 1830-1860, foram observados fragmentos (43 partes) de, no mínimo, 08 peças, possivelmente na forma de caneca e malga.
- e) 04 fragmentos da variante *ENGINE-TURNED*, em 02 peças. Esse tipo de decoração foi usado entre 1820-1900.
- f) 01 peça que apresenta decoração em seu centro, além de uma faixa grossa azul e frisos verdes. Trata-se de uma tigela. Podemos definir tal tipo de técnica como pertencente ao período de 1790 até início do século XX, porém, a datação obtida por meio da análise do esmalte a situa entre 1790-1810.
- g) 03 fragmentos de 03 peças das quais não foi possível datar, mas em que se verifica a aplicação da técnica *DIPPED*.
- h) 08 fragmentos de 06 peças que apresentam decoração pintada à mão com a técnica *DIPPED* nos seus centros. Os arranjos decorativos foram aplicados sobre o esmalte *PEARLWARE*, que passou a ser utilizado em 1779 por Wedgwood.
- i) 09 peças analisadas através de 16 fragmentos na técnica *DIPPED*, todavia com a borda decorada em relevo na cor verde. Tomando como base a aplicação da cor esverdeada na peça, podemos situar o início da produção dessa variante, a partir de 1818.

- GRUPO 03- Técnica decorativa *SPATTER*. Não foi possível identificar se entre os 04 fragmentos resgatados há variações da técnica de decoração, ampliando assim o período de fabricação da peça entre a segunda década até o final do século XIX.

- GRUPO 04- 02 peças (09 fragmentos) na técnica decorativa *SPONGE*, que foi utilizada na produção das louças entre 1860-1935, na Inglaterra e EUA.

- GRUPO 05- Foram resgatados também um número mínimo de 22 peças (total de 84 fragmentos), sendo entre elas 20 peças de chá – xícaras e pires – e 01 peça não identificada quanto ao seu uso, na técnica decorativa carimbada. O período de fabricação destas peças situa-se entre 1845 e o início do século XX.

- GRUPO 06- Este grupo é caracterizado pela sua decoração disposta em faixas e frisos sobre, principalmente, aparelhos de chá e pratos. O período de produção do referido tipo de decoração se estende do final do século XVIII ao início do XX.

Foi possível identificar uma quantidade mínima de 18 peças, observadas em 59 fragmentos. Por conta da sua enorme possibilidade de variações, não dispomos de informações que estreitem o período de fabricação das peças analisadas, além do já mencionado.

- GRUPO 07- 38 fragmentos pertencentes ao mínimo de 10 peças na técnica *TRANSFER PRINTING*, porém com os motivos de decoração não identificados. De forma geral, esta técnica decorativa passou a ser utilizada a partir de 1750.
- GRUPO 08- Aqui também foram resgatados alguns fragmentos decorados com a técnica *TRANSFER PRINTING*, dentro das seguintes variações: 61 fragmentos com a técnica *TRANSFER PRINTING/ BORRÃO*, compondo o mínimo estimado de 10 peças. 05 das peças (12 partes) desse conjunto apresentam o motivo *Chinoiserie*, produzido entre 1828-1867; 02 peças (17 fragmentos) possuem o motivo *Floral*, produzido entre 1834-1904; e o restante dos fragmentos, por não serem identificados quanto aos seus motivos, recebem a periodização geral já apresentada.
- GRUPO 09- Foram resgatados um numero mínimo estimado em 06 peças - 01 prato, 01 pires, 01 xícara e 01 possível malga – no padrão decorativo *TRANSFER PRINTING* em motivo *Floral* na cor lilás, o que nos permite indicar seu período de fabricação entre 1818 e 1871.
- GRUPO 10- 01 peça (05 fragmentos) na técnica *TRANSFER PRINTING* com a decoração de borda linear com cartucho, na forma de um prato e de cor violeta. Produzido entre 1828-1870.
- GRUPO 11- 02 fragmentos na técnica *TRANSFER PRINTING* na cor azul e decoração geométrica na borda, provavelmente associada ao estilo *Chinoiserie*, na forma de prato. Produzida entre 1784-1864.
- GRUPO 12- Mínimo de 17 peças, de aparelho de chá e tigela, pintadas à mão livre, com decoração de pequenos elementos florais (*Spring Style*), que teve seu período de popularidade entre 1830-60.
- GRUPO 13- Mínimo de 14 peças também pintadas à mão livre e pertencentes a conjuntos de chá. Diferencia-se pelo estilo denominado *PEASANT*, que foi empregado principalmente entre 1810-1860, e se caracteriza pela decoração *Floral* empregada em largas pinceladas, cobrindo grande parte da superfície da peça.

- GRUPO 14- Louças de aparelhos de chá, pintadas à mão livre com motivos *Florais*, mas não identificadas quanto ao estilo empregado. Periodizada entre 1810-1860. Total de 101 fragmentos.
- GRUPO 15- não foram identificados quanto a técnica decorativa, 18 fragmentos de faiança fina.

⇒ Marcas de Faiança Fina

Entre os fragmentos pesquisados, alguns apresentam as marcas dos fabricantes. Podemos notar as seguintes descrições:

- 01- J. & G. MEAKIN, LTD: empresa fundada em 1851, em Staffordshire Inglaterra, pelos irmãos James e George Meakin.
- 02- COPELAND & SONS, LTD: produziu entre 1847 e 1867 e localizava-se em Stoke, Staffordshire, Inglaterra.
- 03- WILLIAM ADAMS & SONS, LTD: localizada em Combridge, Staffordshire, e foi fundada em 1769. A forma da impressão da marca utilizada na peça nos permite restringir o período de sua produção entre 1800-1864.

As datas obtidas pela visualização dos períodos de fabricação das louças analisadas indicam o ano de 1750 como a época mais remota de ocupação na Senzala 02. Contudo, destacando-se a ocorrência de que as categorias de faianças européias e não portuguesas só chegaram comercialmente ao Brasil a partir de 1808, com a abertura dos portos (CALDARELLI, 2003: 135), assume-se o início do século XIX como o tempo inicial presumível para a introdução dessas louças no universo doméstico representado pela Fazenda de São Bento de Jaguaribe.

Os valores estimados para a permanência humana na área investigada, a partir do número mínimo de peças (NMP) e dos modelos decorativos e marcas de fabricação das louças identificadas são os seguintes:

- Intervalo de ocupação: 1750 a 1935 (*terminus post quem e terminus ant quem* sucessivamente, ou melhor, cronologias mais antigas e mais tardias aceitáveis para a fabricação das louças descritas).
- Data média de ocupação: 1842

O intervalo de formação do registro remanescente deve abranger o período entre o tipo de faiança que apresenta a data de produção terminal da tecnologia mais recuada da amostra (1750 – 1880) e aquele cuja data de produção inicial corresponde, ao contrário, à tecnologia mais recente (1860 – 1935). Desse modo, para o caso das louças arqueológicas do Setor II da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, foi apontado o momento entre 1860 e 1880 como o intervalo de formação da camada arqueológica.

Através dos dados históricos (ler novamente o Capítulo 3, p. 51), vimos que a edificação estudada foi construída entre 1828 e 1830, o que demonstra uma razoável aproximação com a data inicial fornecida pelo material arqueológico, isto é, o ano de 1860. Todavia, como um marco cronológico da ocupação local ou, ao menos, dos primórdios de inserção e adoção desse material no trecho estudado, tais evidências, mesmo vinculadas a um status sócio-econômico mais altivo, por si sós não tornam incipientes as nossas hipóteses primeiras sobre o uso daquele espaço arquitetônico como sendo uma *Senzala*.

Em termos de associações com a funcionalidade social do recinto sondado, podemos inferir que o potencial interpretativo da presença dos vestígios de faianças utilitárias domésticas pode estar conexo ao fato de não serem mencionadas nos documentos religiosos beneditinos a ocorrência de áreas de cozinha em outras partes que não fosse naquele edifício. Dessa maneira, seria aceitável que grande parcela do enxoval culinário direto dos monges (pratos e conjuntos de chá ou café) fosse constantemente deslocada da Casa de Vivenda e, conseqüentemente, transitasse ao longo de todo o interior daquela propriedade destinada à moradia dos negros escravizados, remetendo, novamente, a um setor de intensa atividade social. Ainda assim, torna-se oportuna uma outra proposição que admite que o material poderia pertencer, numa época mais contemporânea, aos trabalhadores livres ou às pessoas que, por ventura, puderam reocupar o lugar.

1- DE USO INTERNO

2- TIPO EXPORTAÇÃO

FAIANÇA FINA



Foto 45: Grupo 01



Foto 46: Grupo 02



Foto 47: Grupo 03



Foto 48: Grupo 01



Foto 49: Grupo 02



Foto 50: Grupo 03



Foto 51: Grupo 04



Foto 52: Grupo 01



Foto 53: Grupo 01



Foto 54: Grupo 02 (A)



Foto 55: Grupo 02 (B)



Foto 56: Grupo 02 (C)



Foto 57: Grupo 02 (D)



Foto 58: Grupo 02 (E)



Foto 59: Grupo 02 (F)

FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE

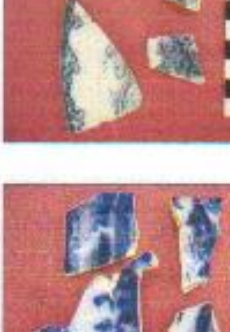
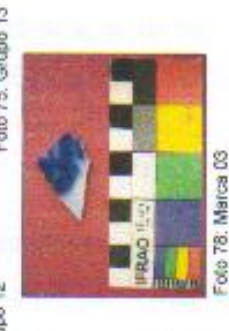
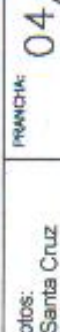
2ª Campanha
Setor II

VESTÍGIOS DE LOUÇAS

Autoria das Fotos:
Ana Carolina Santa Cruz

FOLHA:

03/05

 Foto 64: Grupo 04	 Foto 63: Grupo 03	 Foto 62: Grupo 02 (I)	 Foto 61: Grupo 02 (II)	 Foto 60: Grupo 02 (G)	 Foto 69: Grupo 08	 Foto 68: Grupo 07	 Foto 67: Grupo 06	 Foto 66: Grupo 05	 Foto 65: Grupo 05	 Foto 70: Grupo 08	 Foto 75: Grupo 13	 Foto 74: Grupo 12	 Foto 73: Grupo 11	 Foto 72: Grupo 10	 Foto 76: Marca 01	 Foto 75: Grupo 13	 Foto 74: Grupo 12	 Foto 73: Grupo 11	 Foto 72: Grupo 10	 Foto 79: Marca não identificada	 Foto 78: Marca 03	 Foto 77: Marca 02	 Foto 76: Marca 01	 Foto 75: Grupo 13																									
FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE										2ª Campanha Setor II										VESTIGIOS DE LOUÇAS										Autoria das Fotos: Ana Carolina Santa Cruz										INSCRIÇÃO: 04/05									

3.5.3 - Vestígios de Vidro

A identificação das amostras arqueológicas de vidro exumadas do Setor II também fez com que os fragmentos passassem por uma etapa de classificação dos seus atributos indicativos, a fim de discutir questões relacionadas às morfologias e às funções desse material. Para tanto, foi necessário considerar uma série de variáveis, visando eliminar, ao máximo, a distorção ocasionada pela condição da grande fragmentação apresentada nos vestígios. Os principais elementos observados foram a coloração, a técnica, a forma (cilíndrica, quadrangular ou outras) e a espessura dos restos vítreos, considerando-se a sua posição nas peças (topos, gargalos, bases, bojos etc.).

Para fazer inferências relacionadas ao comportamento de consumo dos grupos domésticos que ocuparam o local investigado, com base nesse material, foram consideradas ainda quatro amplas categorias funcionais que, segundo Caldarelli (2003) definem-se como:

- recipientes medicinais: vidros cilíndricos ou retangulares de remédios que foram amplamente comercializados no século XIX nas cores verde claro e água marinha, possuindo, comumente, o nome do produto gravado na superfície em relevo;
- garrafas de bebidas: de início produzidas manualmente através de um tubo de sopro (livre ou em molde) e, depois, já no século XX, por confecção automática. Até quase o final do século XIX essas garrafas eram feitas principalmente em tons verde escuro ou preto;
- peças de mesa: são os vasilhames que foram adquiridos para uso e não por causa do seu conteúdo específico. Diz respeito às peças utilizadas para servir ou consumir alimentos e bebidas (copos, jarros, malgas e outros);
- vidros de alimentos: frascos utilizados geralmente para armazenamento de óleos, vinagres, pimenta e demais produtos não facilmente perecíveis, vendidos desde o século XIX em várias formas e cores.

O conjunto de peças de vidro resgatadas na Senzala 02 da Fazenda de São Bento de Jaguaribe foi considerado discreto – ao todo, são 605 fragmentos – e parece ser procedente do século XIX, em função de vasilhames de produção artesanal (soprados), moldados em peça única, e da praticamente ausência de marcas de fabricante e/ou

produtos. A maioria das frações de vidro não apresentou evidências que permitissem verificar as suas procedências, nem identificar as marcas comerciais ou de fabricante.

Pôde-se observar na análise a significativa incidência dos vidros verde escuros, conquanto houve, além desse tom, mais cinco diferentes cores na amostragem, representadas pelo verde-água, verde claro, marrom escuro, branco leite e hialino. As ocorrências mais expressivas apontaram para o acúmulo de garrafas cilíndricas de bebida - e, por essa ocasião, provavelmente, a um maior consumo alcoólico, algo relativamente corriqueiro entre as comunidades de escravos da época -, muito embora aparecessem indícios de materiais que se adequavam às outras categorias mencionadas anteriormente. Infelizmente, o estado avançado de fragmentação também não permitiu a identificação dessas peças em relação ao conteúdo que embalavam.

Talvez o processo de reutilização desses recipientes para líquidos tenha sido uma das principais variáveis a atuar sobre a frequência de descarte dessas peças no registro arqueológico. É bastante presumível, portanto, que as garrafas de bebida do Setor II tiveram ampliada longamente a sua vida útil, somente vindo a ser rejeitadas em casos de quebra accidental. Inclusive, foi evidenciada uma garrafa inteira dentro da edificação. Assim, a grande constância dessas peças em relação aos outros tipos de conjuntos pode dever-se mais aos artifícios de reciclagem pelo qual elas passaram, sendo utilizadas habitualmente como suportes em um novo processo de manufatura.

Para explicar a menor frequência dos vidros de mesa (copos e taças) em relação às outras categorias basta considerar o fato de que esses objetos eram, no geral, muitas vezes mais caros do que várias peças de faiança fina e porcelana utilizadas para servir e consumir alimentos. A sua extrema especificidade funcional e o alto valor a eles atribuídos indicam que, além da sua função utilitária, eles também estavam imbuídos de significados na arena social, sugerindo que não foram priorizados ou não eram muito disponíveis para a aquisição.

Por fim, a baixíssima presença de vidros de alimentos e de recipientes medicinais pode dever-se ao motivo de grande parte das peças não terem sido identificadas, o que,

possivelmente, tenha levado a uma sub-representação dessa categoria durante a análise. Se, por outro lado, tais dados estiverem corretos, eles demonstram que os grupos domésticos que ocuparam o lugar não tiveram o hábito de consumir alimentos industrializados, apropriando-se mais dos produtos oferecidos pela região, como aqueles que podiam ser extraídos do próprio sítio.



Foto 80: Garrafa de bebida de vidro marrom, fabricada em molde duplo.



Foto 81: Fundo da garrafa da foto 80, apresentando a letra "P" (marca do fabricante não identificável).



Foto 82: Fragmentos de bases/bojo de garrafas nas cores marrom (direita) e verde escuro.



Foto 83: Fundos irregulares das bases. Alguns foram produzidos por sopro livre e têm marca de decantador.



Foto 84: Garrafa de bebida de coloração verde escura, produzida por sopro livre.



Foto 85: Outra face da garrafa. Apresenta gargalo arredondado, típico da produção da técnica artesanal.



Foto 86: Fragmentos de base na coloração verde água. Produção artesanal aparente de sopro por molde.



Foto 87: Fragmento de base hexagonal na cor branco leite, de produção automática.



Foto 88: Gargalo comum em frascos de remédio. Vidro translúcido com coloração arroxeada.



Foto 89: Apêndices fragmentados em forma de tampa. Prováveis peças de mesa.



Foto 90: Base/bojo de copo de vidro translúcido, de aparente produção automática.



Foto 91: Fragmentos vítreos com marcas gravadas não identificadas.

3.5.4 - Vestígios Osteológicos

Foram recuperados 61 frações ósseas, 01 dente e 07 osterdermos (placas) de tatu na 2ª Campanha do Setor II (nível da primeira decapagem). Quase todas as peças estavam completamente fragmentadas, o que não permitiu a identificação da maioria dos elementos. A análise de todo o material faunístico contou com a consultoria técnica do Profº. Drº. Albérico Nogueira e sucedeu-se no Laboratório e Museu de Arqueologia da UNICAP.

Dentre os elementos que apresentaram condições de determinação, pudemos mencionar uma tíbia esquerda de boi adulto (*Bos taurus*), além de uma falange média esquerda e de um dente - primeiro molar superior esquerdo. Também foi identificada uma falange média direita pertencente ao porco doméstico (*Sus scrofa*), a qual apresentava uma marca de corte na região lateral próxima à epífise distal (ver foto 22).



Foto 92: Falange média de porco (*Sus scrofa*) apresentando marca de corte na região lateral do osso (indicado pela seta). Fonte: Acervo iconográfico do Laboratório e Museu de Arqueologia-UNICAP.

Dois outros ossos (tarso-metatarso e tibio-tarso) de ave doméstica, isto é, de uma galinha (*Gallus gallus domesticus*), foram encontrados.

Devido à pouca quantidade do material ósseo arqueofaunístico descoberto, não pudemos utilizar unicamente essa categoria para discutir sobre a economia local. Entretanto, a evidência de uma marca de corte pode ser um indício de que os animais, possivelmente, deveriam ter sido abatidos na área onde foram resgatados tais

remanescentes ou de que se tratava de um campo de refugio de restos de alimento, seja após o abate ou mesmo depois da própria alimentação.

3.5.5- Vestígios Metálicos

Todos os objetos arqueológicos metálicos identificados no Setor II da Fazenda de São Bento de Jaguaribe, com exceção das moedas, eram confeccionados em material ferroso e estavam distribuídos em diferentes classes, abrangendo desde elementos relacionados às estruturas arquitetônicas, até artefatos de uso pessoal, de cozinha, munições, de mobiliário, entre outros.

Não adotamos para a nossa análise nenhum procedimento de limpeza, mesmo apresentando esses produtos um alto grau de corrosão. A conservação dos remanescentes dessa categoria somente será realizada em um momento futuro, com um tempo hábil para a aplicação de técnicas mais adequadas.



Foto 93: Pregos e cravos.
Autoria: Henrique Nelson.



Foto 94: Pregos e roldanas de porta. Autoria: Henrique Nelson.



Foto 95: Ferro de passar à carvão.
Autoria: Henrique Nelson.



Foto 96: Tesoura. Autoria: Henrique Nelson.



Foto 97: Objeto cortante. Autoria: Henrique Nelson.



Foto 98: Balas de chumbo. Autoria: Henrique Nelson.

De acordo com Caldarelli (2003: 193), toda moeda constitui um documento histórico importante por refletir as circunstâncias políticas, econômicas, culturais e religiosas da época de sua emissão, além de funcionar como importante elemento cronológico de eventos históricos, aspecto em que é de extremo valor para a Arqueologia. Ela serve para facilitar as trocas tanto no interior de uma sociedade, quanto entre várias sociedades; e a sua evidenciação no trecho estudado pode estar associada ao fato da permissão pelos padres beneditinos de as famílias de escravos terem as suas próprias áreas de lavouras, gerando pequenos lucros.



Foto 99: Moeda, em cobre, de XX Réis, no ano de 1753 No anverso os algarismos apresentam-se separados por florões, enquanto, no reverso (à direita) o Escudo Real Português encontra-se inscrito na Esfera Armilar, caracterizando moedas do Reino Unido. Autoria: Henrique Nelson.

Foto 100: Moeda de 10 Réis, em bronze, com bordo liso e datada de 1869. O anverso da peça apresenta a cabeça do Imperador D. Pedro II, de perfil voltado para a direita. Autoria: Henrique Nelson.



Foto 101: Moeda de 20 Réis (um vintém), em bronze, com bordo liso, cunhada pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro, entre 1868 e 1870 (o desgaste impede precisar a data de emissão). Autoria: Henrique Nelson.



Foto 102: Outras moedas, não identificadas. Autoria: Henrique Nelson.



3.5.6- Outros Vestígios

Tais informações, apesar de limitadas, complementam o quadro do ambiente doméstico dessa parcela estudada do sítio histórico, conforme esboçado pelas análises anteriores, revelando facetas do cotidiano de seus ocupantes as quais não seriam acessíveis sem a análise geral das categorias de materiais.



Foto 103: Fragmentos de grês.
Autoria: Henrique Nelson.



Foto 104: Malacológicos.
Autoria: Henrique Nelson.



Foto 105: Seixos.
Autoria: Henrique Nelson.



Foto 106: Contas e sementes.
Autoria: Henrique Nelson.



Foto 107: Botões.
Autoria: Henrique Nelson.

4. ANÁLISES PRÉVIAS DAS ESTRUTURAS DA SENZALA NA FAZENDA DE SÃO BENTO DE JAGUARIBE

“Reconstituir a originalidade imaginando a Cabana de Adão há tempos ocupou muitos arquitetos em busca da moradia ideal e do paraíso perdido. Recordar num desenho a sua pureza, precisão e engenho, pressupostos em qualquer abrigo original, quando a Arquitetura e a construção são uma e a mesma coisa, será propiciar o encontro com a essência e a perfeição de um feito arquitetônico.”

Giulio Argan (1992).

Saber descobrir e interpretar o espírito do tempo e do lugar, com o intuito de traduzí-lo na materialização de um fato construído, é uma das chaves para a obtenção da leitura de um produto arquitetônico de certa transcendência. Existem numerosas variantes que determinam o valor da Arquitetura, mas, certamente, tempo e lugar constituem as coordenadas iniciais para superar o simples episódio construtivo e assumir o entendimento de uma produção com significado cultural.

Sem dúvida, uma observação ao universo das edificações permite apreciá-las em seu contexto e entendê-las como um fato plural, expressão espacial da sociedade, retomando-as humildemente em sua essência tátil (de Arquitetura), antropológica e histórica. Entretanto, devemos reconhecer que a consistência física das ruínas não nos informa muito nesse sentido ortodoxo e isso implica na recorrência efetiva aos procedimentos arqueológicos, em prol de fundamentar a relevância dos discursos pautados nas finalidades de resgate e reconstituição de um testemunho. A Arqueologia - com todo o seu aparato técnico e metodológico -, portanto, será capaz de fornecer uma materialidade, uma experiência concreta maior, para esse conhecimento fugaz do passado.

O presente capítulo discorre sobre as considerações elaboradas preliminarmente a respeito dos achados arquitetônicos perfilhados nas atividades de campo que foram cumpridas no Setor II. Para tanto, o espaço territorial da Senzala e as estruturas em ruína

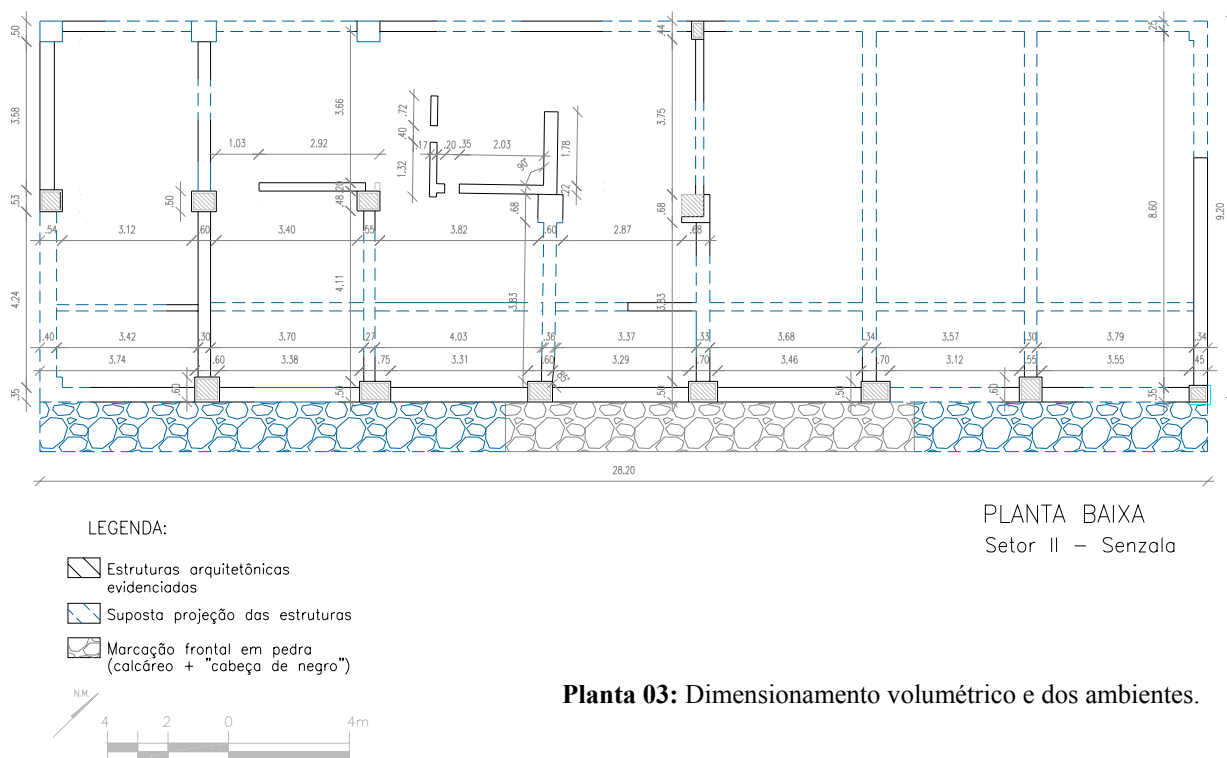
nele existentes foram analisados de acordo com as linhas de tendência programáticas e de organização (de partido e de sistemas e materiais construtivos) coincidentes em cada um dos edifícios de mesmo uso, conhecidos referencialmente pela historiografia.

A origem de uma obra, por ser memorável, deve ser, em qualquer caso, familiar. Daí o motivo da prospecção não ter significado, necessariamente, só a produção de informação cultural ou social. A pesquisa também nos aproximou de pormenores arquitetônicos que aprovisionassem dados um pouco mais particularizados sobre a fundação de Senzalas, a fim de saber, seu tamanho, forma, direção, e assim por diante.

Mas, na medida em que as Fazendas eram lugares vivos e ativos, cuja organização e plano poderiam ser alterados com o tempo, é aceitável presumir que também mudavam as habitações dos escravos. A afinidade dos beneditinos no trato artístico e no soerguimento das construções só veio facilitar o manejo e a execução dos projetos, fato esse que se confirma devido a que, ao longo de anos, aquela área rural fora administrada por diversos padres e cada um, a seu modo, imprimiu aos edifícios suas marcas pessoais, suas experiências e seus desejos. E esses valores, agregados ao longo da história, também não podem ser desconsiderados.

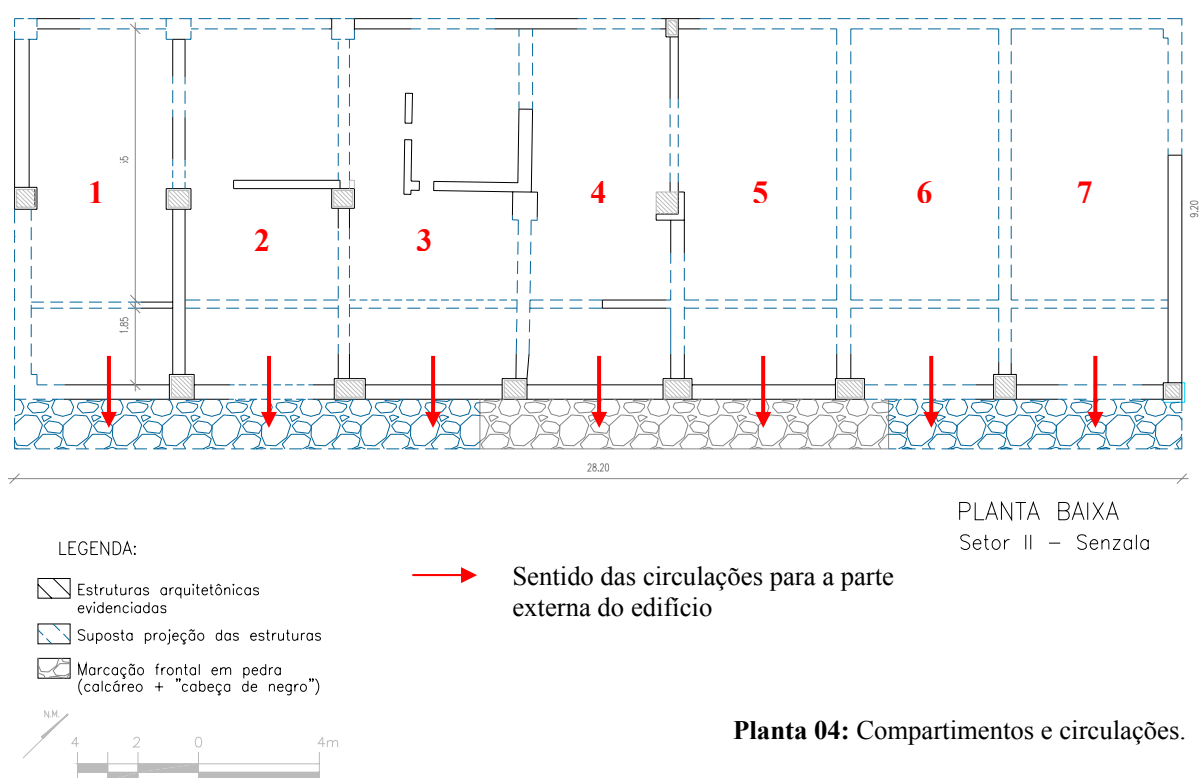
4.1 – Morfo-tipologia Arquitetônica e Dimensionamento Interno dos Ambientes

Na Fazenda de São Bento de Jaguaribe, a Senzala (reunião das unidades de morada para escravos) forma um grande pavilhão de 9,20m x 28,20m (259,44m²), constituído, de modo geral, por sete conjuntos de dois cubículos - todos com dimensões diferentes, porém próximas -, que se estendem da fachada principal, voltada para o nordeste, até a fachada posterior.



As estruturas arquitetônicas remanescentes definem as arestas de um prisma retangular, posicionado no sítio a noroeste e elevado a uma altura de, aproximadamente, 30cm do nível que dá acesso à Igreja. Os seus esquemas funcionais e distributivos estão fundamentados na clareza e obviedade da organização em planta, a qual condiz com a adoção de uma espécie de varanda frontal individual, com $6,50\text{m}^2$ em média, para cada divisão interna das unidades. As celas mediam cerca de $23,60\text{m}^2$ e eram, provavelmente, ventiladas apenas por uma porta de ingresso.

A tipologia predominante não foi a que utilizou um arranjo análogo ao da chamada “morada inteira”, onde existe uma circulação central que conduz o caminho desde a entrada principal, ao longo de todo o limite longitudinal da edificação, até o interior das alcovas. Ao invés disso, a organização do desenho nos induz a pensar que, originalmente, houve a formação de compartimentos dispostos em sequência, sem circulações coletivas, ocorrendo a passagem diretamente através dos próprios cômodos.



Conforme relatam os “Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda” (ROCHA, 1948), havia várias cozinhas dentro da Senzala, levando a crer também que essa hipótese de divisão dos aposentos é válida. Tal arranjo, por sua vez, iria permitir uma privacidade satisfatória às famílias dos cativos, o que dificilmente ocorria no modo de repartição mais tradicional.

Pela avaliação procedida em campo, não se tem como saber ao certo a altura do pé-direito e o modelo tipológico das fachadas do prédio, uma vez que o estado de arruinamento elevado só permitiu que perdurassem no local alguns indícios dos componentes arquitetônicos no solo (“esqueletos” de construção), sem nenhuma verticalidade significativa.

4.2 – Análise das Técnicas e Materiais Construtivos

Um olhar atento à trajetória da Senzala pode sugerir uma interpretação sobre a sua evolução construtiva e, por conseguinte, revelar as distintas etapas e continuidades em seu uso. A começar que a edificação examinada recentemente não se enquadra na figura das construções primitivas que compunham a paisagem da região, visto que as descrições da época relatam a ocorrência de terem elas caído totalmente e anunciam a conseqüente necessidade de se fazerem outras residências para abrigar os escravos. Foi então que surgiu o lugar para o “novo” edifício. Mesmo assim, no decorrer do tempo, ainda se tem notícia de que foi preciso realizar vários acréscimos e reformas nos lances desse último cativoiro levantado.

O pau-a-pique, que já apresentava sinais de decadência na confecção e utilização, teve como solução evoluída o arcabouço de pedras e tijolos, permitindo a execução de paredes mais esbeltas e a maior proporção das aberturas, como requeria um contexto amplo a caminho da qualidade construtiva adequada aos recursos disponíveis e ao clima. A adoção dessa sintaxe diferenciada para a Senzala foi, em outras palavras, uma experimentação prática que incluiu o aproveitamento de materiais locais e de métodos construtivos mais compatíveis com os manufaturados prontamente empregados na Capela e na Casa de Vivenda, dentro de uma combinação de repertório restrita aos elementos de arquitetura de comprovada durabilidade.

Geralmente os programas e os usos de uma edificação têm um período limitado de aplicabilidade. No entanto, constata-se que a construção da Senzala adaptou-se bem às funcionalidades e às sucessivas mudanças que sofrera enquanto estava de pé. Nesse âmbito, entendemos que as estruturas de delimitação do pavilhão/retângulo são memórias significantes do ordenamento primitivo que as investigações efetuadas atestaram. Trata-se, portanto, do alinhamento de oito pilares nos frontispícios principais - dos quais só existem sete na fachada nordeste e um na noroeste – e de uma coluna no centro das laterais, todos acordados por paredes de 0,35m de espessura. O sistema construtivo desse conjunto foi executado com pedras grandes e irregulares (“cabeça de negro” e calcário), de mistura com outras miúdas, vendo-se às vezes o tijolo de permeio; tudo com reboque de cal. Uma escadaria de rocha calcária margeava a frente do prédio.

Foto 108: Material (pedras e tijolos) utilizado na delimitação do pavilhão. Nota-se a escadaria à direita, predominantemente em calcário. Vista de sul para norte.

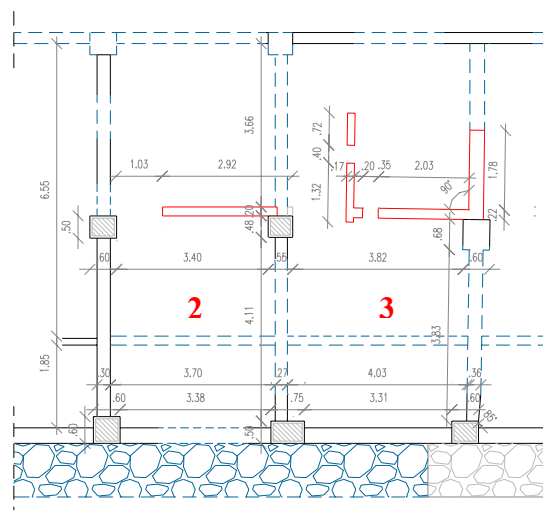
Autoria: Fabíola Jansen.



Foto 109: Detalhe do material construtivo. Extremidade leste da Senzala (Quadrícula 16B).
Autoria: Fabíola Jansen.

Embora as análises laboratoriais dos tipos de argamassas coletadas em campo não tenham sido concluídas até o presente momento, o que se observou foi que, ao menos nas paredes externas do pavilhão, há uma homogeneidade estrutural e de acabamento com relação às demais unidades funcionais do sítio. Somente em pequenos trechos dos muros posterior e lateral e nas divisórias internas se vê a utilização isolada de tijolos (0,22 x 0,15 x 0,07) com argamassa (1,5 cm de espessura), o que não atribui precisamente o sentido de ser uma outra etapa de construção ou reforma.

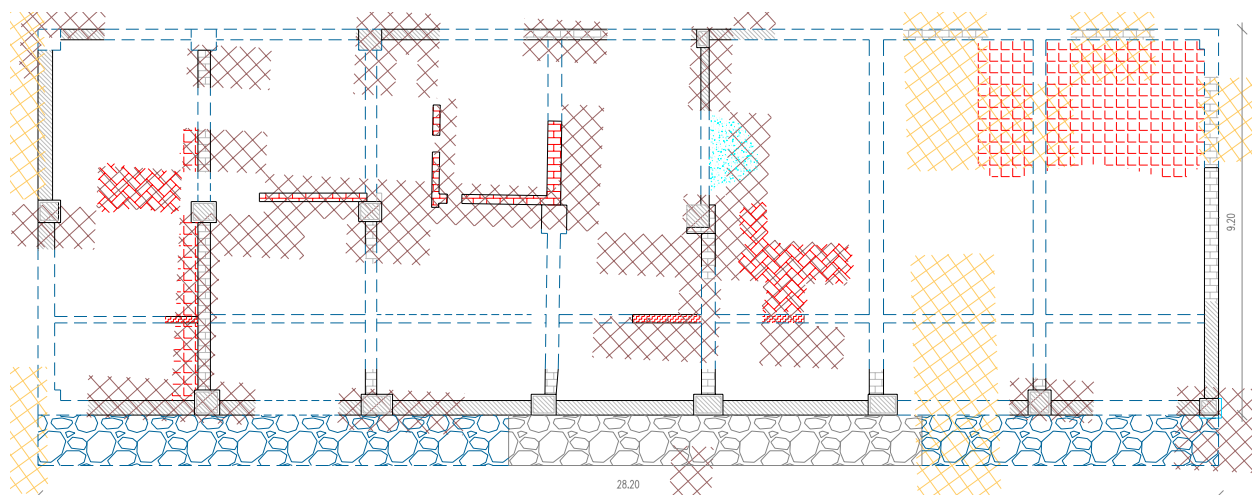
De início não havia revestimentos para o chão; era a terra batida e compactada pelas caminhadas que o compunha. Todavia, assimilando as influências estéticas e, principalmente, visando melhores condições de higiene e salubridade, foi-se ladrilhando os planos de piso. E aqui repousa, justamente, a segunda fase de construção da Senzala, associada, inclusive, ao provimento de seções internas em dois dos compartimentos.



PLANTA BAIXA – Secção
Setor II – Senzala

Planta 05: Secção do desenho para mostrar a alteração dos compartimentos com a construção de estruturas mais recentes.

É notável a diferenciação do material assentado nas divisórias e, talvez, isso remeta à uma outra definição de uso para o espaço que não fosse o de Senzala. Essas muretas internas foram construídas de uma forma distinta da anterior, com fragmentos de tijolos e telhas ligados com argamassa, e possuem uma espessura semelhante à das construções do século XX, tendo cerca de 17cm. Afora isso, em alguns trechos foram revelados detalhes de contrapiso de calça – resguardando as marcações da instalação das pedras, em 45° - e áreas de soleiras e tijoleira de barro cozido (0,30m x 0,16m).



PLANTA BAIXA
Setor II – Senzala

LEGENDA:

- Área escavada (1º Camp.)

- Área escavada (2º Camp.)

- Estruturas arquitetônicas evidenciadas

- Suposta projecção das estruturas

- Entulho (frag. tijolos, telha e argamassa)

Materials construtivos primitivos

-  Marcação frontal em pedra
(calcáreo + "cabeça de negro")

- Pedras grandes + tijolo + cal

- Tijolo (0,22 x 0,15 x 0,07)

Materiais construtivos secundários

- Fragmentos de Tijolos

-
- Tijoleira

- 
- Soleira

- Calça



Planta 06: Materiais construtivos.



Fotos 110 e 111: Detalhe do contrapiso em calça (à esquerda) e da tijoleira (à direita), compondo a nova etapa construtiva da Senzala. Autoria: Fabíola Jansen.

As coberturas de edifícios dessa natureza eram comumente resolvidas com telhas cerâmicas do tipo canal e beirais, mas não temos como validar se essa afirmação técnica foi utilizada na Senzala. As inferências, nesse caso, resumem-se às poucas peças de telhas caídas em algumas das quadrículas sondadas.

Se a natureza tão bem se encarregou de colaborar com o processo de deterioração daquela construção, podemos asseverar que a mão do homem igualmente contribuiu de forma decisiva para esse fato. Das ruínas da Senzala se extraíram pedras, tijolos, telhas e ladrilhos e grande parte desse material foi aproveitada, posteriormente, em outras construções pelos moradores das redondezas.

4.3 – Exame Comparativo da Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe

A recuperação das informações históricas sobre o Sítio São Bento³² foi reforçada com os resultados das pesquisas arqueológicas, oferecendo a possibilidade de explicar certos fatos ocorridos na Arquitetura e demonstrando os rumos construtivos, bem como os produtos materiais correspondentes a eles, adotados para a região.

32. Denominação pertinente ao registro de tombamento do sítio arqueológico no IPHAN – Instituto Histórico e Artístico Nacional.

As atividades de prospecção na 2ª Campanha advindas no Setor II permitiram, a princípio, inferir que:

- aquela área foi realmente utilizada por uma população que estava vivendo de maneira organizada a partir de padrões europeus existentes nos primeiros séculos de ocupação no Brasil;
- apesar de todas as interferências no ambiente - naturais e antrópicas -, foi possível resgatar no registro arqueológico as evidências da antiga Senzala;
- a permanência de vestígios estruturais arquitetônicos mostrou a possibilidade de recuperar a antiga planta da Senzala daquele complexo religioso;
- a construção atual não corresponde ao período de implantação do restante do conjunto, mas a um período posterior, embora faça uso das mesmas técnicas e materiais construtivos;
- conquanto não gozasse de uma vista direta dos rios que circundam a Fazenda, a Senzala situava-se numa posição privilegiada com relação ao zoneamento dos outros edifícios, formando um semi-círculo. Através desse arranjo espacial encerrava-se mais facilmente o controle dos servos escravizados pelos párocos administradores.

Um exame comparativo entre as plantas baixas dos antigos cativeiros (ver tópico 2.3 desta Dissertação) demonstra uma clara descendência morfo-tipológica do pavilhão que encontramos implantado nas delimitações da Fazenda e, mais especificamente, no alto da elevação, à noroeste.

Algumas características são comuns a todas as Senzalas observadas e se relacionam com a planta tipo repetida localmente, até mesmo com a riqueza de variantes nos “restos” de estruturas demarcados no solo daquele complexo arquitetônico. A expressão formal de aparência simples e sem grande refinamento na concepção do partido, a divisão interna em compartimentos não muito amplos e quase simétricos, e a permissão de nichos de varandas ou alpendres margeando uma das fachadas são exímias características identificáveis para a significação da funcionalidade dos edifícios de habitação escrava colonial nos séculos XVIII e XIX, também mencionadas em eventuais descrições no documentário da época.

O “habitar” denotou, nesse caso, e em geral no percurso das Senzalas conhecidas, uma procura pela elementaridade, ou seja, pela redução ao mínimo dos elementos que compõem um edifício. E para que se construísse apenas o essencial e se relativizasse, tanto quanto possível, a impressão de uma especialização das funções do programa, adaptada às necessidades precípuas do novo modelo sócio-econômico, a idéia do propósito racional ordenador do espaço negro ganhou materialização na aplicação de materiais mais hábeis, comumente utilizados em construções de maior importância.

A Arquitetura beneditina buscava, empiricamente, um ideal de conforto no seu sentido mais abrangente: qualidade construtiva adequada aos recursos disponíveis e ao clima (durabilidade), conforto ambiental (aproveitamento da ventilação, temperatura e luminosidade), dimensional e distributivo (privacidade e funcionalidade), entre outros quesitos possíveis para justificar a coerência do princípio organizativo adotado no âmbito das propriedades rurais. É essencial, porém, assinalar que, neste processo, não se introduz nenhuma resolução forçada ou mal dimensionada que tente explicar a lógica conceitual a qual permitiu a aplicação das mesmas técnicas utilizadas em construções de maior realce, nas mais modestas. A estereotomia das paredes de pedra e cal, sem se impor obsessivamente como regra, apenas se anuncia comprovando o domínio sobre os materiais e o uso compartilhado pelos antigos construtores religiosos, além de incitar, muito discretamente, uma maneira de comportamento social mais ameno diante da mão-de-obra escrava.

Os elementos da construção da Senzala (base, armações portantes, aberturas, etc.) foram analisados individualmente e logo interrelacionados como parte de um conjunto ao qual se achavam associados. Somado a isso, obteve-se a leitura das peças da cultura material móvel, o que também permitiu confrontar certas semelhanças cronológicas no contexto do sítio. Dessa forma, pudemos chegar à compreensão do uso a que a edificação realmente se destinava: um alojamento para trabalhadores rurais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O emprego de escravos nos conventos foi uma consequência da situação brasileira do século XVI, à qual também os beneditinos não escaparam, tomando o exemplo das outras Ordens e adotando cativos africanos para os múltiplos serviços das comunidades.

Lamentamos que a falta de documentação suficiente não nos permita formar um juízo adequado sobre a escravidão nos Mosteiros beneditinos, visto nenhuma comunidade religiosa ter deixado apontamentos satisfatórios sobre os seus negros, e isso por motivos óbvios. Somente de passagem aparece uma ou outra nota referente aos africanos nas crônicas e nos relatórios que os Conventos e Cúrias provinciais tinham que enviar ao Governo local.

A medida de destruir os papéis relativos à escravidão produziu um triste efeito, qual foi o de nos privar de documentos preciosos para reconstituir pelo menos parte da história da raça africana, que tão profundamente deixou sinais indeléveis de sua passagem nas terras da América e, especialmente, do Brasil. Mas, ainda que seja lacunoso todo o acervo que no presente estudo reunimos das fontes mais diversas, esperamos que a nossa investigação represente uma pequena contribuição para o esclarecimento de uma matéria ainda tão pouco discutida: a habitação dos escravos, em seus aspectos arquitetônicos.

Nesse caso, a Arqueologia, longe de constituir-se em uma mera ilustração daquilo que foi escrito e descrito pela História, pôde ocupar um papel preponderante, acessando e recuperando informações indispensáveis ao desenvolvimento de um projeto de reconstituição espacial consonante com uma honestidade científica prática. Partimos, desde o início, do pressuposto de que, através da análise dos vestígios arqueológicos, juntamente com o exame da deposição sedimentar e de sua contextualização, é possível compreender inúmeras condutas humanas que não foram registradas nos apontamentos históricos, mesmo em se tratando de um sítio com rico acervo documental.

A pesquisa ora realizada visou, no entanto, refletir sobre a validade das afirmações com que nos defrontamos na caracterização geral de implantação da zona de potencial

arqueológico formada pelas ruínas existentes na antiga Fazenda de São Bento de Jaguaribe, em Abreu e Lima. Buscamos rever, dentre os dados elaborados sobre a disposição das unidades funcionais desse complexo rural, a veracidade da hipótese de ter sido construída, na lateral da Igreja, uma Senzala para alojar os escravos.

A área pesquisada sob um enfoque interdisciplinar foi restrita, mas serviu para fornecer os indícios da sua utilização no passado; e agora, ao fim desse estudo, acreditamos poder reavaliar algumas das nossas conjecturas iniciais.

Em primeiro lugar, os resultados das observações morfo-tipológicas confirmaram que os remanescentes das estruturas arquitetônicas superficiais encontradas nas sondagens do Setor II condizem com os modelos das Senzalas/pavilhão erguidas nos Engenhos e Fazendas do século XVIII e XIX. Isso, por sua vez, admite que a função social do edifício como alojamento para escravos, em determinada época de provisionamento das atividades rurais, pode ter sido correta - o que tínhamos receio em acreditar por conta, inclusive, do posicionamento privilegiado desse prédio no terreno.

Depois, a contemplação das técnicas e materiais construtivos empregados na obra também auxiliou a formulação das conclusões, haja vista a informação prévia de que a organização espacial dos conjuntos coloniais era definida pelo tipo de relações sociais neles estabelecidas, e não pelo modo de produção ou de administração coordenados. Assim, mesmo que não fosse tão comum a adoção de acabamentos mais refinados para levantar as edificações dos servos cativos, tem-se, por outro lado, o fato de os religiosos da Ordem beneditina manterem, na medida do possível, atitudes mais humanitárias perante os seus trabalhadores, não tornando impossível a aceitação de tais medidas arquitetônicas. Isso sem contar a bagagem intelectual e artística que os religiosos já possuíam, facilitando a execução e o manejo de projetos de qualquer natureza.

Do ponto de vista dos artefatos, os fragmentos de cerâmica, faiança, grês, vidro, metais, restos faunísticos e utensílios pessoais achados no interior das unidades de habitação, também vão de encontro ao cotidiano escravo, mas atribui-se serem objetos pertencentes aos habitantes daqueles aposentos por remeterem a uma utilidade que faz inferência à vida efetivada na Senzala. Tal situação é rara, posto que os presos não tinham

muitos dotes, mas compreensível se pensarmos novamente nos passos que a religião seguiu para usufruir de uma boa convivência com a mão-de-obra disponível.

A pesquisa na Senzala da Fazenda de São Bento de Jaguaribe não se finda por si mesma e sugere, ao contrário, o estímulo para a sua continuação, contemplando novas sondagens no local e a curadoria mais apurada do material resgatado, o que irá colaborar em uma mudança significativa para o conhecimento da História do local. A valorização e conservação desse patrimônio cultural representam uma garantia da sua manutenção no presente e da sua transmissão para as gerações futuras.

A Arqueologia Histórica Brasileira estuda especificamente as conseqüências da expansão européia no séc. XV no tocante à dinâmica do contato cultural com as populações indígenas, à experiência negra, à constituição da sociedade moderna e aos processos de exploração e desenvolvimento urbano, através dos vestígios materiais remanescentes. Mesmo assim, ainda necessita de incitações para a elaboração de pesquisas orientadas, fugindo da limitação dos grandes projetos que visam unicamente a restauração dos monumentos. Muitas hipóteses precisam ser exploradas, a fim de reinterpretar a narração dos tantos fatos acontecidos no tempo, seguindo os traços de um novo caminho aplicado nessa abordagem que ainda não conhecemos totalmente, mas que pode e deve ser impulsionada.

Não se tem agregado ainda o devido valor aos edifícios de Fazenda (ou parte deles) como um todo, refletindo a ausência da formação de uma identidade com esse patrimônio. Por isso, se faz necessário facilitar que seja invertido o quadro de amnésia que se volta atualmente para essa produção, evitando a sua crescente descaracterização e destruição frente à incompreensão no seu reconhecimento e proteção como sendo um valioso bem da sociedade atual e vindoura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Paulo Tadeu. A Faiança dos Séculos XVI a XIX em Vila Flor, RN. Dissertação (Mestrado) em História. Recife: UFPE/ CFCH, 1991.

ALMOÊDO, Virgínia M. Subsídios Documentais à Pesquisas Arqueológicas: as Missões Religiosas em PE, PB e RN. In: *Revista de Arqueologia, Volume 8*. São Paulo: SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira, 1994/ 95.

_____. Palavra de Rei... Autonomia e Subordinação da Capitania Hereditária de Pernambuco. Tese (Doutorado) em História. Recife: UFPE/ CFCH, 2001.

ANTONIL, A. Cultura e Opulência do Brasil. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1967.

ARGAN, G. A História da Arte como a História da Cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AZEVEDO, Esterzilda B. Arquitetura do Açúcar. Engenhos do Recôncavo Baiano no Período Colonial. São Paulo: Nobel, 1990.

BARBOSA, José Antônio. Evolução da Bacia Paraíba Durante o Maastrichitano - Paleoceno - Formações Gramame e Maria Farinha, Nordeste do Brasil. Dissertação (mestrado) em Geociências Recife: UFPE/ CTG, 2004.

BINFORD, Lewis R. An Archaeological Perspective. New York, San Francisco & London: University of New Mexico, 19862.

CALDARELLI, Solange B. (coordenação). Arqueologia do Vale do Paraíba Paulista – SP 070. Rodovia Carvalho Pinto. São Paulo: DERSA Desenvolvimento Rodoviário S.A., 2003.

CARRÉRA, Mércia. Reconstituição de uma Fazenda Colonial: Estudo de Caso da Fazenda de São Bento de Jaguaribe. Dissertação (Mestrado) em Arqueologia/ Conservação do Patrimônio, Recife: UFPE, 2005.

CASTILLO, Juan Antonio. Arqueología da la Arquitectura en España. 2003.

COELHO, Marcos de A. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1990.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. **Povos Indígenas no Nordeste Brasileiro: um Esboço Histórico** p. 431 – 456. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (org.). *“História dos Índios no Brasil”*. São Paulo: Companhia das Letras, FAPESP, 1992.

DANTAS, Leonardo (organização). **Estudos sobre a Escravidão Negra**. Volumes 1 e 2. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1988.

DEETZ, James. **In Small Things Forgotten. The Archaeology Early American Life**. United States of America: First Anchor Books Edition, 1977.

DIAS JR., O. F. **A Cerâmica Neobrasileira**. In: “Arqueo-IAB” (Textos Avulsos). Rio de Janeiro: 1988.

DINIZ, Paulo. **A Natureza Motorizada**. In: *Revista Atrium*. Recife: FAUPE, 2004.

ENDRES, D. José. **A Ordem de São Bento no Brasil quando Província – 1582/ 1827**. Salvador: Editora Beneditina, 1980.

FERLINI, Vera L. A. **Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Aurelio B. de H. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FOREST, Melânia G. N. **Engenho Maranguape: uma Leitura Arqueológica**. Dissertação (Mestrado) em Arqueologia/ Conservação do Patrimônio, Recife: UFPE, 2006.

FUNARI, Pedro Paulo A. **Archaeology, History and Historical Archaeology in South América**. International Journal of Historical Archaeology, 1997.

_____. **Linguística e Arqueología**. San Pablo: Delta, 1998.

- GALLAY, Allan. De la Vie Aux Vestiges. In: *L'archéologie Demain*. Paris: Pierre Belfond, 1986.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil, 1924.
- GOMES, Geraldo. Engenhos e Arquitetura. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1998.
- GOENDER, Jacob. O Escravismo Colonial. São Paulo: Ática, 1978.
- HODDER, I. Interpretación e Arqueologia. Corrientes Actuales. Barcelona: Crítica, 1988.
- JOHNSON, Matthew. Teoría Arqueológica. Una Introducción. Barcelona: Ariel História, 2000.
- KANT, E. Critique de la Raison Pure. Paris: Alcan, 1972.
- KERN, Arno Alvarez. A Arqueologia Histórica, a História e os Trinta Povos das Missões. In: *Revista Clio – Série Arqueológica*, N° 5. Recife: UFPE, 1989.
- KOSTER, Henry. Viagens ao Nordeste do Brasil. Recife: Governo do Estado, Secretaria da Educação e Cultura, 1978.
- LIMA, Tânia Andrade. Arqueologia Histórica: Algumas Considerações Teóricas. In: *Revista Clio – Série Arqueológica*, N° 5. Recife: UFPE, 1989.
- _____. Pratos e mais Pratos: Louças Domésticas, Divisões Culturais e Limites Sociais no Rio de Janeiro, Século XIX. In: *Anais do Museu Paulista, Volume 03*. São Paulo: Nova Série, 995.
- LIVRO DO TOMBO DO MOSTEIRO DE SÃO BENTO DE OLINDA. Separata da: Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Volume XLI. Recife: Imprensa Oficial, 1946-1947.
- LOPES, Fátima M. Índios, Colonos e Missionários na Colonização da Capitania do Rio Grande do Norte. Mossoró: Fundação Vingt-un Rosado/ Instituto Histórico e Arqueológico do Rio Grande do Norte, 2003.

LUNA, Dom Joaquim. **Os Monges Beneditinos no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições “Lumen Christi”, 1947.

McDONALD, Roderick A. **The Economy and Material Culture of Slaves: Goods and Chattels on the Sugar Plantations of Jamaica and Louisiana**. United States of America: Louisiana State University Press, 1993.

MEDEIROS, Ricardo Pinto de. **Povos Indígenas do Sertão Nordestino no Período Colonial: Descobrimentos, Alianças, Resistências e Encobrimentos**. In: *FUNDAMENTOS II*, 2002.

OLIVEIRA, Cláudia A. (coordenação). **Prospecção de Sítios Arqueológicos da Sesmaria Jaguaribe, Litoral Norte do Estado de Pernambuco**. In: *Revista de Arqueologia*. Campo Grande: SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

_____. **Programa Jaguaribe – Preservação Ecológica e Cultural da Sesmaria Jaguaribe**. In: *Revista de Arqueologia*. Campo Grande: SAB - Sociedade de Arqueologia Brasileira, 2005.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma Etnologia dos “Índios Misturados”? Situação Colonial, Territorialização e Fluxos Culturais**. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). “*A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*”. Rio de Janeiro: Contracapa, 1999.

ORSER JR, Charles. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

_____. **Images of the Recent Past. Readings in Historical Archaeology**. Londo: Altamira Press, s/d.

OSCAR, João. **Escravidão & Engenhos. Campos; São João da Barra; Macaé; São Fidélis**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PALLESTRINI, Luciana. **Interpretação das Estruturas Arqueológicas em Sítios do Estado de São Paulo**. São Paulo: Coleção Museu Paulista, 1975.

PERASSO, José A. **Interpretacion de Estructuras em Arqueologia Histórica: Sítio Trinidad (Itapúa, Paraguay)**. Asunción: Arte Nuevo Editores, 1984.

PEREIRA DA COSTA, F. A. Anais Pernambucanos. Coleção Pernambucana, 18 volumes. Recife: FUNDARPE, 1983.

PERNAMBUCO; Governo do Estado; Companhia Pernambucana do Meio Ambiente (CPRH). Diagnóstico Sócio-ambiental e Mapeamento das Potencialidades e Restrições de Uso: Área Piloto da RBMA – Complexo de Igarassu, Itapissuma e Itamaracá. Volume 1. Recife: 1998.

PINSKY, Jaime. A Escravidão no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004.

RENFREW, C.; BAHN, P. Archaeology: Theories, Methods and Practice. London: Thames and Hudson, 1991.

REZENDE, Maria Beatriz S. de. “Preservação na Gestão das Cidades”. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

ROCHA, Dom Mateus. Manuscritos do Arquivo do Mosteiro de São Bento de Olinda. In: *Separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, Volume 42*. Recife: 1948.

SALDANHA, Antonio Vasconcelos. As Capitânicas. O Regime Senorial na Expansão Ultramarina Portuguesa. Secretaria Regional do Turismo, Cultura e Emigração/ Centro de Estudos de História do Atlântico, 1992.

SANJUÁN, Leonardo G. Introducción al Reconocimiento y Análisis Arqueológico del Territorio. España: Ariel Prehistoria, 2005.

SANTIAGO, Silviano (coordenação). Intérpretes do Brasil. Retrato do Brasil/ Casa Grande & Senzala/ Sobrados e Mucambos. Volume II. Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar S.A., 2002.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, Shirlei Martins. Reconhecendo os Engenhos da Freguesia de Santo Antônio do Cabo – PE: Uma Leitura Interpretativa da Cultura Material Remanescente do Final do Século XVI e Princípio do Século XVII. Dissertação (Mestrado) em História, Recife: UFPE, 1995.

SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SLENES, Robert W. **Na Senzala uma Flor: Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava, Brasil, Sudeste, Século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUTH, S. **Arqueología en Santa Elena – Entrada al pasado**. Columbia: Universidad de Carolina del Sur, 1991 [1994].

SZMRECSÁNYI, Tamás (organização). **História Econômica do Período Colonial**. São Paulo: Hucitec/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica/ Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial, 2002.

TOCCHETO, Fernanda Bordin e outros. **A Faiança Fina em Porto Alegre: Vestígios Arqueológicos de uma Cidade**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 2001.

TRIGGER, B. J. **História do Pensamento Arqueológico**. Barcelona: Crítica, 1992.